

MÍDIA E DISCURSO

Comissão Editorial

Ma. Gislene Alves da Silva

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

Ma. Silvana Nascimento Lianda

Conselho Editorial

Dr. André Rezende Benatti (UEMS)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB)

Dra. Áurea da Silva (UNEB)

M. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE)

M. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA)

Dr. Washington Drummond (UNEB)

**Juliana Aparecida dos Santos Miranda
Silvana Nascimento Lianda
Organizadoras**

MÍDIA E DISCURSO


Editora
Alagoinhas
2019

© 2018 by Editora Bordô-Grená

Organização do volume – Mídia e discurso:
Juliana Aparecida dos Santos Miranda e Silvana Nascimento Lianda
Projeto gráfico: Gislene Alves da Silva
Editoração e revisão: Editora Bordô-Grená
Capa: Gislene Alves da Silva

Editora Bordô-Grená

E-mail: bordogrena@editorabordogrena.com

E-mail para orçamentos: orcamento@editorabordogrena.com

Sítio da Internet: <https://www.editorabordogrena.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

M629 Mídia e discurso [recurso eletrônico] / orgs. Juliana
Aparecida dos Santos Miranda e Silvana Nascimento
Lianda. — Alagoinhas: Bordô-Grená, 2019.
Dados eletrônicos (pdf).

ISBN 978-85-906599-5-2

1. Análise do discurso - Aspectos sociais. 2. Linguagem.
3. Comunicação de massa e cultura. I. Miranda, Juliana
Aparecida dos Santos. II. Lianda, Silvana Nascimento. III.
Título.

CDD 302.2

Os conceitos emitidos em artigos são de absoluta e exclusiva
responsabilidade dos autores.

Todo o direito dessa edição reservado à Editora Bordô-Grená

SUMÁRIO

Apresentação <i>Juliana Miranda e Silvana Lianda</i>	9
A ACD nos estudos sobre discurso e (abuso de) poder: discurso de um perfil público em crítica ao movimento feminista <i>Elisama Ferreira de Souza</i>	13
A construção midiática do estereótipo Lula no discurso humorístico <i>Clécio Luis Gonçalves de Oliveira</i>	27
A raiva e a beleza: a representação da mulher na mídia e a construção da identidade feminina a partir da comparação entre Dilma Rousseff e Marcela Temer <i>Marco Túlio Pena Câmara</i>	39
A vitrine da loja de pratos, o museu e a canção de Chico Buarque: o que eles têm em comum? - discussões sobre a cognição e a interpretação do mundo <i>Letícia Moraes</i>	55
Charge virtual em sala de aula: uma proposta de leitura <i>Aryane Amelia de Paula Souza e Helena Maria Ferreira</i>	67
Discursos midiáticos sobre violência contra a mulher e como eles contribuem para a (permanência da) violência machista <i>Bianca M. Q. Damacena</i>	83
Efeitos de sentido e elementos de intertextualidade na campanha política d'a bala, de Geraldo Alckmin <i>Carlos Fabricio de Castro e Paulo Gerson Stefanello</i>	97
Efeitos de sentido na encenação midiática: uma análise de peças publicitárias sobre o <i>Novo Ensino Médio</i> <i>Jailson Almeida Conceição e Geison Araujo Silva</i>	109
Estratégias enunciativas: uma análise semiolinguística da construção do acontecimento <i>Jornadas de Junho</i> nas mídias hebdomadárias <i>Jaqueline dos Santos Batista Soares</i>	125
Somos todos Amarildo: um devir menor na linguagem jornalística	141

Bianca Queda

Vozes indígenas no espaço virtual: os povos Guarani e Kaiowá no Facebook 155

Nair Cristina Carlos de Medeiros

APRESENTAÇÃO

Nessa coletânea buscamos reunir estudos que versam sobre linguagem, mídia, discurso e suas interseccionalidades. Assim, os textos aqui apresentados abordam como a linguística, nas suas diversas perspectivas teóricas, problematiza os processos e práticas socioculturais que envolvem a comunicação midiática. Almeja-se, portanto, ampliar os debates sobre o discurso midiático enquanto dispositivo para a criação de ideologias, tendo em vista como o uso da língua pelas elites dominantes tem suscitado novas interações comunicativas entre os sujeitos sociais. Nesse sentido, o volume é aberto com *A ACD nos estudos sobre discurso e (abuso de) poder: discurso de um perfil público em crítica ao movimento feminista*, de Elisama Ferreira de Souza, com a discussão acerca de como os sujeitos, no processo de construção individual, se constituem através da linguagem. Defende como no âmbito das redes sociais há maior abertura para a difusão de variados discursos e modos de pensar e ao longo do texto apresenta a análise de um discurso, repleto de crítica ao movimento feminista, extraído de uma página pública em uma rede social.

Na sequência, em *A construção midiática do estereótipo Lula no discurso humorístico*, de Clécio Luis Gonçalves de Oliveira, é exposto um estudo da construção midiática do estereótipo Lula no discurso humorístico do curta metragem *Os três porquinhos versão Lula*, a partir da análise do enunciado verbo-voco-visual. O estudo se fundamenta na perspectiva dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin, em especial, as concepções de polifonia e cronotopo, além de teorizações a respeito de estereótipo, cenografia e *ethos* discursivo. Já em *A raiva e a beleza: a representação da mulher na mídia e a construção da identidade feminina a partir da comparação entre Dilma Rousseff e Marcela Temer*, de Marco Túlio Pena Câmara, é realizada a análise da reportagem *As explosões nervosas da presidente*, da revista IstoÉ; e análise da matéria *Bela, recatada e do lar*, da revista Veja. O autor do estudo em questão declara que a partir da construção de notícias e seus enquadramentos, a mídia contribui para privilegiar determinadas interpretações hegemônicas da realidade, reforçando discursos machistas.

O próximo capítulo, intitulado *A vitrine da loja de pratos, o museu e a canção de Chico Buarque: o que eles têm em comum? — discussões sobre a cognição e a interpretação do mundo*, de autoria de Letícia Moraes, aborda questões referentes ao sentido e a cognição. Foram utilizados alguns dos conceitos da teoria semiogenética do Groupe μ : signo, interpretação, indexicação, grade, segmento e expectativas. Já no estudo seguinte, de Aryane Amelia de Paula Souza e Helena Maria Ferreira, que tem por título *Charge virtual em sala de aula: uma proposta de leitura*, é abordado como a charge virtual pode conjugar diferentes semioses e representar diferentes desafios para os leitores. É discutida a charge virtual *Na delegacia... noite dessas...*, que coloca em cena falas, imagens, sons, movimentos, cores e enquadramentos, sendo eles diferentes recursos indiciadores de sentido.

O volume ainda conta com *Discursos midiáticos sobre violência contra a mulher e como eles contribuem para a (permanência da) violência machista*, de Bianca M. Q. Damacena. Em tal estudo é discutida a violência contra a mulher como uma prática que atravessa gerações e faz vítimas até os dias de hoje e, diante disso, a autora propõe uma reflexão acerca da relação entre discurso e ideologia a fim de identificar de que modo a ideologia machista contribui para que o lugar relegado às mulheres continue praticamente o mesmo, e que a violência machista siga fazendo vítimas. Aborda, para tanto, o conceito de ideologia e de violência contra as mulheres no sistema capitalista.

Dando continuidade à disposição dos capítulos, logo em seguida é apresentado *Efeitos de sentido e elementos de intertextualidade na campanha política D'a bala, de Geraldo Alckmin*. Nesse estudo, de Carlos Fabricio de Castro e Paulo Gerson Stefanello, é lançado um olhar sobre os elementos que caracterizam intertextualidade em dois textos-base, cuja temática envolve a questão do uso de armas de fogo pela população comum: o primeiro compreende uma campanha publicitária britânica, do ano de 2007; o segundo trata-se de uma campanha política brasileira, veiculada em 2018. Já em *Efeitos de sentido na encenação midiática: uma análise de peças publicitárias sobre o “novo ensino médio”*, Jailson Almeida Conceição e Geison Araujo Silva partem de pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, buscando analisar os efeitos de sentido e os mecanismos de

persuasão presentes em três peças publicitárias a respeito da reforma do Ensino Médio, veiculadas pela mídia televisiva e virtual no ano de 2017.

Outro estudo presente é *Estratégias enunciativas: uma análise semiolinguística da construção do acontecimento Jornadas de Junho nas mídias hebdomadárias*, de Jaqueline dos Santos Batista Soares, no qual são abordadas, por meio de análise comparativa, as estratégias enunciativas do discurso na construção do *Jornadas de Junho*. Na sequência, há ainda o capítulo *Somos todos Amarildo: um devir menor na linguagem jornalística*, de Bianca Queda, texto no qual é sugerida uma reflexão acerca de como a Ocupação Amarildo de Souza foi construída pelo Jornal Diário Catarinense e pela Gazeta do Amarildo. É realizada uma análise de como se deu o processo de significação da reforma agrária dentro do movimento, segundo o olhar da grande mídia.

E, encerrando esse volume, é apresentado *Vozes indígenas no espaço virtual: os povos Guarani e Kaiowá no Facebook*, de Nair Cristina Carlos de Medeiros, abordando os processos de territorialização vivenciados pelos povos Guarani e Kaiowá e suas estratégias de sobrevivência construídas a partir de então. Assim, foi problematizado o uso da rede social Facebook como ferramenta de ativismo político, de ressignificação e de reconstrução de sentidos por parte destes sujeitos, sendo que a referência teórica utilizada foi a análise do discurso de linha francesa e foram abordados os conceitos de memória, interdiscurso, formações discursivas, identidade e processos identitários.

Portanto, mediante os textos reunidos nesse volume, espera-se oferecer aos leitores uma seleção de reflexões atuais sobre o discurso midiático, contribuindo para a ampliação do espaço de discussão dos estudos linguísticos.

Juliana Miranda
Silvana Lianda

A ACD NOS ESTUDOS SOBRE DISCURSO E (ABUSO DE) PODER: DISCURSO DE UM PERFIL PÚBLICO EM CRÍTICA AO MOVIMENTO FEMINISTA

Elisama Ferreira de Souza¹

INTRODUÇÃO

No modelo funcionalista, a linguagem é tomada como instrumento de comunicação e interação entre os seres humanos (CAMACHO, 1994, p. 34) com o objetivo de “estabelecer princípios gerais relacionados ao uso da linguagem e investigar a interface entre aspectos sociais e o sistema interno das línguas” (MELO, 2011, p. 1337).

No estudo do discurso há um emaranhado de conexões que podem ser feitas, uma vez que “o uso da língua e o discurso são ao mesmo tempo atos linguísticos, cognitivos, socioculturais e políticos” (VAN DIJK, 2016b, p. 27) e não há como deixar de considerar quaisquer desses aspectos.

Os discursos, inegavelmente, compõem toda atividade social humana. No contexto midiático, enfaticamente no contexto atual de comunicação e disseminação de informações via redes sociais e afins, os discursos tomam uma forma mais aberta e livre, o que denota preocupação, principalmente pela desconfiança sobre os rumos que podem tomar esses discursos. Sendo a linguagem o meio em que se constitui o sujeito (BENVENISTE, 1971), faz-se necessária a análise dos discursos a fim de se conferir como está sendo constituído o sujeito mediante suas ideologias atuais.

¹ Mestranda em Letras, área dos Estudos Linguísticos, do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: elisama.ufs@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2120073961861512>.

Vemos na Análise Crítica do Discurso uma perspectiva que se preocupa com os discursos e com os contextos que o envolvem, bem como a presença ou ausência de poder e de abuso de poder na construção desses discursos. Desse modo, vale observar esses aspectos existentes nas formas de comunicação do meio digital o qual atualmente se encontra tão disseminado e acessível.

BREVE PANORAMA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A Análise Crítica do discurso (doravante ACD) surgiu determinantemente como produto de uma discussão entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, fato que promoveu a análise do discurso como sendo parte de uma prática social (RESENDE, RAMALHO, 2004; FAIRCLOUGH, 2012).

De acordo com Pedrosa (2005), além de perceber os discursos como práticas sociais, a ACD leva em consideração os contextos durante suas análises. Ela compreende que “a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente” (PEDROSA, 2005, p. 13).

De forma resumida, mas não empobrecida, Van Dijk (2016a) expõe elegantemente o proceder investigativo da ACD:

A análise crítica do discurso é um tipo de investigação que se concentra na análise discursiva e estuda, principalmente, a forma na qual o abuso de poder e a desigualdade social se representam, reproduzem, legitimam e resistem no texto e na fala em contextos sociais e políticos. [...] os analistas críticos do discurso tomam uma posição explícita e, dessa maneira, buscam entender, expor e, fundamentalmente, desafiar o abuso de poder e a desigualdade social. Esta é também a razão pela qual a ACD pode ser caracterizada como um *movimento social* de analistas discursivos politicamente comprometidos (VAN DIJK, 2016a, p. 204, grifo do autor, tradução nossa).

De modo geral, pode-se afirmar que a ACD se trata de uma corrente teórica que está preocupada com debates acerca do discurso e do seu modo de produção e recepção, principalmente com as

questões de poder, ideologia e contextos sociais, políticos e históricos de determinadas perspectivas críticas de investigação. Vale, então, evidenciar que os trabalhos envolvendo ACD trazem consigo um vocabulário comum, que traduz o seu campo de investigação, tal como: “poder, dominação, hegemonia, classe, gênero, raça, discriminação, interesses, reprodução, instituições, estrutura e ordem social” (Ibidem, p. 206, tradução nossa).

Para Ramalho (2005), a ACD tem muito a contribuir no meio social e pode, inclusive, favorecer a superação de problemas/obstáculos sociais como as relações de poder/dominação e outros. A luta social, por meio das análises do discurso é uma marca indiscutível na ACD, principalmente devido a sua inclinação ao desenvolvimento de trabalho de cunho crítico que pode proporcionar uma reflexão mais aguçada.

SER CRÍTICO EM ACD

Também é importante, antes de seguirmos adiante, refletir sobre a criticidade com que são tratados os trabalhos em ACD. De acordo com os pressupostos teóricos de Rajagopalan (2003), vale refletir que:

A palavra ‘crítica’ é frequentemente usada para designar uma postura reflexiva e indagadora em relação aos fenômenos da vida. Na tradição das ciências sociais, o termo foi introduzido pela Escola de Frankfurt na década de 1930 (Horkheimer, Adorno, Benjamin) e seus herdeiros do pós-Guerra, os ‘neo-Frankfurtianos’, entre os quais Jürgen Habermas seja talvez o mais bem conhecido. O que une todos esses pensadores é que todos eles examinam a vida social, enfim a própria sociedade, a partir de uma perspectiva que eu chamaria de ‘subjetividade refletida’. Eles não acreditam em ‘fatos nus’ de qualquer ciência, sobretudo quando a ciência em questão lida com os seres humanos. O ponto de vista do observador, e os seus interesses em observar o que quer que seja, têm de ser levados em conta (MEY, 2001, p. 315 apud RAJAGOPALAN, 2003).

Desse modo, a ideia do ser crítico pode ser fortemente atrelada à noção de reflexão. Pensando de acordo com os modelos teóricos da ACD, a reflexão deve ser tomada não de forma aleatória e sobre um assunto qualquer, mas sim sobre a vida social, mais precisamente à reflexão do discurso como uma parte do mecanismo social a que é inerente e indissociável.

De acordo com Melo (2011), a postura crítica nos leva a pensar além do óbvio, a refletir sobre os enunciados proferidos, atitude que provoca o envolvimento com vários fatores externos ao momento de produção dos textos. Para o autor, consoante os estudos linguísticos,

[O] sentido do termo crítico [...] implica desvelar conexões entre os textos e os fatores que os permeiam, como o contexto histórico e social de produção e compreensão textual. Nessa perspectiva, “a crítica [...] torna transparente o que previamente estava oculto, e, ao fazer isso, inicia um processo de reflexão própria, nos indivíduos ou em grupos” (MELO, 2011, p. 1335).

Nesse mesmo sentido, o discurso e o social têm de caminhar juntos dentro da perspectiva da ACD. De modo que “toda pesquisa crítica deve ser reflexiva” (RAMALHO; RESENDE, 2004, p. 203), não há espaço para a mera exposição dos problemas sociais. Dessa forma, os trabalhos em ACD dirigem-se não apenas a analisar um fato determinado sobre algum aspecto social, mas principalmente refletir, questionar, sair da zona de conforto e buscar caminhos para a resolução desses conflitos. Para tanto, cabem àqueles que trabalham nesse espaço crítico atuarem na tentativa de mudança em prática sociais em que a dominação seja um fator presente.

Quanto à natureza crítica do trabalho em ACD, tomando como empréstimo as palavras de Ramalho (2005, p. 287), “a visão científica de crítica social justifica-se pelo fato de a ADC ter como objetivo prover base científica para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e poder (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 15)”. Trata-se, então, de questões emergentes de discussão no seio social em que a

ACD toma-as para si na tentativa de melhor explicá-las cientificamente.

Magalhães (2016) aponta para a complexidade conferida ao termo crítica, haja vista o referido termo poder se relacionar a vários outros sentidos e adequar-se a distintas finalidades. Mediante os preceitos de Pennycook (2012), a supracitada autora elenca alguns significados para o termo crítica, dos quais, nesse trabalho, destacaremos alguns desses sentidos de acordo com os objetivos aqui estabelecidos. Nessa perspectiva, nos atentamos à crítica como:

[...] Uma contribuição para dar acesso a domínios frequentemente negados (p. 142);

Uma percepção da sociedade como inerentemente cheia de conflitos, com interesses de classe mutuamente exclusivos ou outras divisões de gênero, etnia ou raça (p. 143);

Uma percepção de momentos que levantam questões de linguagem, gênero, poder e discriminação (p. 144).

É partindo principalmente desses pressupostos que visamos direcionar esse trabalho, pois é a partir do pensamento crítico sobre os acessos mal respondidos a grupos subalternos que se pode conquistar a expressividade necessária às reflexões propostas. Ademais, o fato de a ACD se interessar por questões que envolvam problemas de gênero, por exemplo, nos leva a pensar esse tema como uma questão emergente no seio social.

DISCURSO E PODER (OU ABUSO DESTES)

O interesse de estudo sobre o discurso, como é sabido, vem de longas datas. Por outro lado, os conceitos a seu respeito tendem a divergir a depender da condição ideológica de quem o define. De forma abrangente, e como ponto de partida para a análise do discurso crítica, observa-se o discurso desde a sua relação com o sujeito, com o emaranhado de relações que são estabelecidas mutuamente como as “relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas” (MELO, 2016, p. 4).

As formas discursivas correspondem aos pontos de partida para a análise em ACD. Todo o potencial de análise do discurso advém do fato de que todo ele é permeado de ideologias que lhe confere a característica de poder e controle ou de submissão e conformidade, entre outros aspectos. Desse modo, não há espaço para a neutralidade no discurso, ainda que voluntariamente.

Um texto significa o que significa não por causa de quaisquer traços linguísticos objetivos inerentes, mas porque é gerado pelas formações discursivas, cada qual com suas ideologias particulares e de modos particulares de controle e poder. Nenhum texto é inocente e todo texto reflete um fragmento do mundo em que vivemos. Em outras palavras, os textos são políticos porque todas as formações discursivas são políticas. Analisar texto ou discurso significa analisar formações discursivas essencialmente políticas e ideológicas por natureza (KAMARAVADIVELU, 2006, p. 140).

Sem dúvida, os discursos constituem as práticas sociais e refletem diretamente o comportamento social e suas ideologias. Percorrendo um caminho de duas vias, o discurso pode se apresentar tanto como sendo socialmente constitutivo quanto constituído socialmente (RAMALHO; RESENDE, 2005, 2006). Essa é uma observação muito pertinente, pois indica que, primeiramente, as estruturas sociais são construídas através do discurso; secundamente, a depender do campo ou contexto social, os discursos são alterados, modificados em sua produção.

Sendo o discurso fruto dos processos de prática social, os sujeitos, por meio do uso da língua, se constituem como importantes difusores de ideologias que tendem a circular nessa esfera, uma vez que estes indivíduos “são membros de grupos, instituições e organizações sociais, e que interagem e se comunicam com outros membros por meio do discurso” (VAN DIJK, 2016b, p. 14). Desse modo, compartilha-se a língua, conhecimentos socioculturais, bem como valores, normas e ideologias que rondam o social (Ibidem, op. cit.).

Um elemento que muitas vezes permeia o discurso é a questão do poder. Vale apontar que, ademais de autores de grande destaque,

não é difícil notar que o que mais se sobressaiu aos estudos sobre discurso e poder foi Teun A. Van Dijk, que trouxe contribuições desde as configurações de poder instauradas na sociedade ao cuidadoso acréscimo dessas noções à ideia de abuso de poder a partir dos Estudos Críticos do Discurso (ECD).

Baseando-se nas palavras de Mayer (2008), Van Dijk (2016a) acerta que a capacidade de dominação de discursos por meio do poder tem como pressuposto a apreensão de mecanismos que possibilitem a manifestação do poder no meio social como “o acesso privilegiado a recursos sociais escassos, como a força, o dinheiro, o status, a fama, o conhecimento, a informação, a ‘cultura’, ou inclusive várias formas de discurso e comunicação pública” (VAN DIJK, 2016a, p. 207, tradução nossa), sendo, portanto, necessária a apreensão de elementos como estes para que seja possível controlar/dominar discursivamente atos e mentes alheias. É relevante salientar, ainda, o fato de que o poder depende, além de outros fatores, dos componentes do grupo para que sejam exercidas, ou não, formas de dominação.

O poder nem sempre é exercido sob a forma de atos abusivos executados por membros de um grupo, mas sim pode ser representado por um grande repertório de ações naturalizadas na vida cotidiana (Foucault, 1980) [...]. Igualmente, nem todos os membros de um grupo poderoso são sempre mais poderosos que todos os membros dos grupos dominados: definimos aqui o poder somente em relação com os grupos, entendidos como um todo (VAN DIJK, p. 2017, tradução nossa).

Para Van Dijk (2008), poder social pressupõe controle, principalmente quando esse controle está sendo referido ao controle de formas discursivas. Nesse sentido, “um grupo tem poder sobre outro grupo se for capaz de controlar ações (específicas) (dos membros) de outro grupo, assim limitando a liberdade do outro grupo” (VAN DIJK, 2016b, p. 17).

Cabe ainda atentar para a questão do poder olhando de modo especial para o abuso deste. É importante tratar da existência do poder tendo em vista os elementos presentes nas relações sociais que

ou o estabeleçam ou denotem a sua exorbitância. O abuso de poder se apresenta “se tal controle discursivo sobre os modelos mentais dos receptores é utilizado em benefício dos falantes ou escritores, e contra os interesses dos receptores” (VAN DIJK, 2016a, p. 211, tradução nossa) que pode ser manifestada como manipulação, doutrinação ou desinformação (Idem, 2008).

De modo mais amplo e encurtado, “os abusos de poder significam a violação dos direitos sociais e civis das pessoas” (Ibidem, p. 29). Essa violação, no entanto, precisa perpassar os parâmetros de legitimação social. Isso indica que, na sociedade, algumas normas e limites são estabelecidos a fim de melhor reger a ordem social.

MOMENTOS CRÍTICOS EM CRÍTICAS AO FEMINISMO E NO PODER

Por outro lado, mesmo tendo em vista o caráter difuso do controle na sociedade — haja vista o fato de que “poucas pessoas têm liberdade total para dizer e escrever o que querem, onde e quando querem e para quem querem” (VAN DIJK, 2008, p. 18)— percebe-se que, no meio digital — especificamente nas redes sociais —, as figuras públicas parecem ter mais comodidade para explanar suas opiniões e ideologias políticas ou sociais.

Partindo desse pressuposto, faremos uma sucinta análise do vídeo sob legenda “Feministas...”, extraído do perfil público André Fernandes, no Facebook. O nosso interesse não se baseia na crítica ao dono da página, mas tão somente na análise crítica ao discurso ali proferido. O perfil público em questão trata de assuntos variados e, em geral polêmicos, que, de alguma forma, afetem a sociedade ou tenham alguma relação a ela.

O vídeo em questão² de pouco mais de dois minutos de extensão, com aproximadamente um mês de publicado, já foi reproduzido mais de 3,4 milhões de vezes, além de ter sido amplamente compartilhado. Dele, existem três momentos críticos do discurso público que, a nosso ver, merecem destaque. Após uma breve explanação histórica acerca do movimento feminista, a figura pública destaca:

De fato, o feminismo foi importante. Foi um movimento que lutou pelo direito das mulheres, pela igualdade de direitos e já conseguiram. A realidade hoje é totalmente diferente. Dizem que a mulher tem dificuldade para entrar no mercado de trabalho. Mentira! Vá no Mercantil, numa clínica ou numa lotérica. 99% dos cargos de recepcionista, atendente, balconista, caixa... são ocupados por mulheres. Vai numa loja de roupa e vê se 99% dos vendedores não são mulheres. Então isso é mentira. Isso é coisa do passado.

Esse primeiro momento de fala, e talvez o mais importante, traz uma preocupação à tona: Por que associar o gênero feminino apenas a empregos que, socialmente, são menos prestigiados? Por que somente a estes tipos de cargo e não a cargos de gerência e chefia, por exemplo? É crítico o fato de que as mulheres estejam associadas apenas a cargos de menor prestígio, remontando a ideia patriarcal historicamente construída de hierarquia entre os gêneros nas ocupações sociais. Sob um contexto histórico diferente estaria assim sendo mantidas ideologias de outros tempos?

‘Ah, mas não tem porque a mulher ganhar menos que o homem só porque é mulher.’ De onde tu tirou isso? ‘Ah, as pesquisas dizem.’ Pesquisa nada! Me diga qual emprego hoje a mulher ganha menos que o homem só porque é mulher? Me aponte um. Não existe mais isso. Existia antigamente, mas hoje isso não existe mais.

² Acessar: <https://www.facebook.com/search/top/?q=movimento%20feminista>.

No segundo momento aqui destacado, tenta-se desmistificar um dado proveniente do conhecimento popular através de noções provenientes da opinião pessoal. Embora se exemplifique os direitos conquistados pelas mulheres, há como demonstrar veracidade apenas por suas próprias opiniões? Além disso, o discurso é construído provocando reflexões ao receptor, de maneira que, de alguma forma, leve-nos a concordar com tal afirmação.

Não consideramos a manifestação de pensamento aqui apresentada como uma forma pura de controle, mas sim como uma tentativa de controle. Aquele que expõe suas ideologias a respeito de determinado assunto em uma página pública e de ampla visibilidade expõe suas ideias na expectativa de que elas sejam validadas no meio social ao passo que as pessoas comuns passem a concordar, aprovar e apropriar-se dela. Como “em geral, o controle da mente é indireto” (VAN DIJK, 2008, p. 18), o interlocutor elabora um discurso que provoca reflexão e, com ela, a indução à sua confirmação. Desse modo, uma forma de controle social é aqui exercida, ainda que de maneira mais sutil se comparada a outras formas de poder e controle de discurso.

Tendo manifestado o gozo de um poder simbólico, a partir de uma página com grande número de seguidores, é possível exercer poder através do discurso público. De forma ativa, o interlocutor do discurso público tem acesso ao poder, uma vez que seus vídeos têm grande visibilidade e, portanto, age como potencial influenciador para as pessoas comuns da sociedade. O poder ali se configura pelo acesso privilegiado à mídia como forma de comunicação pública. Por outro lado, de modo passivo, os receptores têm acesso ao discurso público, mas na atuação via mídia social, estes também atuam, de certo modo, ativamente já que as pessoas ali também expõem seus pensamentos e ideologias.

Um último, mas também importante ponto a ser discutido, gira em torno do modo como o poder detento à figura pública é usado.

E aqui vai meu recado para a minoria que se diz feminista: você urinando de pé, defecando na rua, mostrando os seios nas ruas ou então fazendo encenação de Maria abortando

Jesus, você não vai estar lutando pelos seus direitos, você só vai estar mostrando que você é uma completa imbecil.

Através dessa última leitura, chamamos atenção para o modo como o uso do poder é exercido. Seria necessário o uso do termo depreciativo “imbecil”? O interlocutor abusa do poder que têm ao fazê-lo? Sendo o abuso de poder “o uso ilegítimo do poder” e a “violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm poder e contra o interesse dos outros” (VAN DIJK, 2008, p. 29), não podemos configurar esse discurso final como uma total forma de abuso de poder. No entanto, percebe-se que é usado o poder de visibilidade midiática que o interlocutor tem para enfatizar a depreciação em relação àqueles que cometem atos considerados repudiáveis dentro do movimento feminista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se, ainda, necessário refletir sobre os discursos a serem proferidos, ainda mais se nos referimos a discursos públicos. De fato, nem todos os membros sociais terão acesso ao poder da mesma forma, mas espera-se que esse poder não venha a ser usado com fins de subjugar grupos sociais em virtude desse acesso privilegiado.

Levando em consideração a necessidade de análise de assuntos que tenham “relevância para as nossas vidas, para a sociedade de modo geral.” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 12) é importante trazer à tona discursos críticos ao movimento feminista enquanto movimento social que reivindica seus direitos como minoria. O poder, de fato, sempre estará presente de alguma forma nos seio social, mas convém chamar atenção para o seu (bom) uso em detrimento do seu abuso. O respaldo discursivo sempre será necessário enquanto se pretenda estabelecer boas relações sociais de modo que o abuso de poder — tão prejudicial que é — não se assole através das formas discursivas.

Acertando-se nas veredas da ACD, e levando em consideração as concepções sobre criticidade, discurso e (abuso de) poder, podemos tomá-la como um campo que trate das estruturas

discursivas como práticas sociais e de como se dão as relações em que estas práticas são estabelecidas.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística general*. 19 ed. Siglo XXI Editores, 1971.

CAMACHO, R. G. *O papel do contexto social na teoria linguística*. Alfa, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3954>. Acesso em: 11 fev. 2017.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*, n. 25, v. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FEMINISTAS. Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=movimento%20feminist>. Acesso em: 18 jul. 2017.

KAMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: LOPES, L. P. M. (Org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 129-148.

MAGALHÃES, I. Crítica social e discurso. In FERREIRA, R.; RAJAGOPALAN, K. (Org.). *Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 225-253.

MELO, I. F. Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 40, v. 3, p. 1335-1346, set-dez 2011. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/viewFile/1257/807>. Acesso em: 14 abr. 2017.

MELO, I. F. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. In NASCIMENTO, L.; MEDEIROS, B. W. L. (Org.). *Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso*:

heranças, métodos, objetos. Saarbrücken. Alemanha: NEA Editores, 2016, p. 2-22.

PEDROSA, C. E. F. *Análise Crítica do Discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem*. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 9. Tomo 2: Filologia, Linguística e Ensino. Rio de Janeiro: Cifefil, 2005, p. 43-70.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAMALHO, V. C. V. S. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica*, v. 17, n. 2, p. 275-298, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/3731>. Acesso em: 23 maio 2017.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão*, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307/323. Acesso em: 17 abr. 2017.

VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. Análisis Crítico del Discurso. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, n. 30, 2016a, p. 203-222.

VAN DIJK, T. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), p. 8-29, nov. 2016b. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/23189>. Acesso em: 29 maio 2017.

A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DO ESTEREÓTIPO LULA NO DISCURSO HUMORÍSTICO

Clécio Luis Gonçalves de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

Para se pensar a linguagem em sua dialogicidade verbovocovisual midiática na produção e circulação do estereótipo Lula no *Youtube*, consideramos o método dialético-dialógico do Círculo de Bakhtin para operacionalizar a relação entre pesquisador e *corpus* e entre *corpus* e teoria. A metodologia bakhtiniana entende o objeto da pesquisa, aqui, o vídeo *Os três porquinhos versão Lula*², não como objeto em si, mas sim como sujeito que transforma o pesquisador por meio da interação, ainda que o pesquisador eleja o *corpus* da pesquisa. Amorim (2001) considera o *corpus* enquanto o outro do pesquisador, que com ele se relaciona, desse modo, a perspectiva dialógica da linguagem bakhtiniana propõe o método dialético-dialógico para se pensar a linguagem em sua natureza dialógico-ideológica. Sob essa perspectiva, o método bakhtiniano se distancia do método positivista ou cartesiano, uma vez que a abordagem dialético-dialógica procura relacionar, a partir de uma visão socioideológica, o enunciado com a vida, tendo como base a arquitetônica de um projeto de dizer de sujeitos, ambientados em cronotopos específicos, constituído, sobretudo, por relações dialógicas.

O material do presente estudo é de cunho bibliográfico e se divide em dois tipos: I) o material teórico, uma vez que propomos pesquisar as obras do Círculo de Bakhtin, a fim de verificar a

¹ Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão/ GEDIS – Grupo de Estudos Discursivos. E-mail: cleciooliver@gmail.com <<http://lattes.cnpq.br/9537271652001376>>

² Curta-metragem disponível no canal youtube, por meio do link <www.youtube.com/watch?v=VGZdSa5foEw>

produtividade de sua abordagem para analisar enunciados verbocovisuais do vídeo *Os três porquinhos versão Lula*, publicado no *Youtube* pelo canal elojo2008; II) o material analítico, que será composto por materialidades verbais, musicais, vocais e imagéticas desse vídeo, de modo a contribuir para a análise verbocovisual do estereótipo Lula na mídia *Youtube*.

Nesse sentido, a natureza da pesquisa apresenta-se no/pelo tripé descrição-interpretação-análise do estereótipo Lula em enunciados verbocovisuais midiáticos. A pesquisa é de natureza descritiva, uma vez que, se faz necessário, descrevermos as condições de produção do vídeo em estudo e dos enunciados que o compõe, considerando as filiações sócio-histórico-ideológicas dos dizeres que dele emergem. A pesquisa é também interpretativista, uma vez que, por meio do olhar do pesquisador poderemos observar como se dá a construção do estereótipo Lula nos enunciados verbocovisuais midiáticos. E, ainda, a pesquisa é de natureza analítica, uma vez que analisaremos os enunciados verbocovisuais que constituem o todo arquitetônico do vídeo *Os três porquinhos versão Lula*, publicado no *Youtube*, buscando a produção de sentidos possíveis na relação dialógica que se estabelece na produção e circulação do estereótipo Lula nesta mídia.

A partir da teoria da filosofia da linguagem do círculo de Bakhtin, o presente trabalho investiga a construção midiática do estereótipo Lula na materialidade verbocovisual³ do curta-metragem intitulado *Os três porquinhos versão Lula*, publicado no *Youtube* pelo canal elojo2008, em 2008. Essa materialidade é

³ Torna-se imprescindível explicar que ao mencionar “enunciado verbocovisual” nos referimos em relação a presente pesquisa: i) ao enunciado verbal quando transcrevemos o áudio do vídeo “Os três porquinhos versão Lula”, publicado no *Youtube* e objeto de estudo aqui; ii) ao enunciado vocal quando do próprio áudio do vídeo, composto de voz e canção; III) ao enunciado visual que diz respeito dos elementos que compõem o visual no vídeo, como a imagem, a performance, o ritmo, o movimento cenográfico.

construída a partir da representação da personagem caracterizada como um contador de histórias infantis, que tem suas mãos postas no campo visual do espectador, juntamente com outros objetos, dentre os mais relevantes: um livro infantil da clássica história “os três porquinhos” e uma marca de copo na mesa na parte superior direita.

A personagem, ao narrar a clássica história *Os Três Porquinhos*, abre o livro e passa suas páginas à medida que a história é contada. Nota-se que, nessa projeção, a mão esquerda não possui o dedo mínimo, uma alusão à personagem histórica Lula. Compreendemos que Lula, a personagem do *corpus* estudado, não pode ser considerado equivalente ao sujeito biológico Lula, uma vez que esse possui seu lugar na história da política e dos movimentos sociais do Brasil, como um complexo discursivo sócio-histórico, enquanto aquele é compreendido como uma projeção de vários discursos que, ao fazer uso de tal complexo discursivo sócio-histórico, remonta outra personagem, imagética, de referencialidades denotadoras de posicionamentos adversos ao que se intitula “Lula” sob o aspecto empírico.

Desse modo, a voz do contador de histórias infantis materializada pela personagem política Lula põe em jogo a construção da noção de retórica política, analisada como um conjunto de dizeres sócio-historicamente formado e atribuído a um sujeito político. Toma-se nesse estudo a noção de retórica política não como a equivalente à Retórica de Aristóteles, mas a consideramos como um todo materializado, um ajuntamento de dizeres, isto é, o *ethos* discursivo. Essa concepção, que conforme Maingueneau,

implica uma forma de mover-se no espaço social [...] O destinatário o identifica apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais, avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos, que a enunciação contribui para reforçar ou transformar (MAINGUENEAU, 2008, p. 65).

No montante de discursos que constitui a personagem Lula, ecoa o humor por meio de uma agregação de dizeres políticos e

infantis, essa agregação é costurada ideologicamente, ou seja, enunciados que remontam a momentos históricos da sociedade brasileira formam a composição de uma clássica história infantil de um determinado “modo de dizer”. Assim, os dizeres que ecoam na narrativa infantil, agora reconstituída sob outros moldes, revelam marcas dialógicas, embates, enfrentamentos, dualidades que não são propriamente oriundos da infantilidade humana, mas de posicionamentos ideológicos, políticos, partidaristas e de classe.

A relação teórico-metodológica aqui empregada visa contribuir para análise de uma materialidade que não se limita a um discurso singular, pelo contrário, trata-se aqui da multiplicidade de dizeres que se encontram, agrupam-se e, por fim, formam determinada personagem por meio da materialidade verbal, vocal e visual. O empreendimento de leitura do curta-metragem deve, conseqüente, considerar o outro como uma instância de interação verbal, social e ideológica, isso quer dizer que o vídeo põe em encontro a voz política e o outro.

O DIALOGISMO BAKTHINIANO SOB O OLHAR CRONOTÓPICO

O exposto aqui não se trata de uma formação fílmica construída sem ou sob qualquer anterioridade; ela é, antes, uma massa heterogênea de discursos, que revelam enfrentamentos e oposições. Não é mera coincidência tais discursos sob as mais diversas materialidades — visuais, vocais e verbais — remontarem a momentos históricos e sociais, a grupos e ideologias. Tais momentos e inscrições, por si, revelam posicionamentos, constituem embates, conflitos e contradições.

A palavra, dessa maneira, não encerra em si mesma um sentido único, ela revela posições.

‘O signo e a situação social estão indissolúvelmente ligados.’
Ora, todo signo é ideológico. Os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as

menores variações das relações sociais, mas isso não vale somente para os sistemas ideológicos constituídos, já que a ‘ideologia do cotidiano’, que se exprime na vida corrente, é o cadinho onde se formam e se renovam as ideologias constituídas (BAKHTIN, 2014, p. 16).

No vídeo *Os Três Porquinhos Versão Lula* a palavra, por meio da personagem, traz a tona ideologias. Revestida pelo gênero de histórias infantis, ela elabora um discurso que provoca efeitos na relação com outras materialidades que constituem o *corpus*, no caso a imagem e o extrato sonoro.

A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2014, p. 36).

A voz que enuncia para um público o supõe como infantil e a voz literária, do contador de histórias, se constitui como outra enunciação, outra construção vocalicamente demarcada e fundamentada na estereotipação. Trata-se da construção de um sujeito sob os moldes de uma personagem discursiva, isto é, que enuncia algo ao ouvinte, entretanto, esse dizer não é somente um dito isolado e determinado ao outro, ele compõe um ajuntamento de discurso que revela outras vozes por meio da deformação⁴ de um sujeito discursivo marcadamente histórico, o sujeito Lula.

A respeito da deformação, vozes que a integram permitem montar determinada ridicularização e escárnio do discurso outrora historicamente marcado, reposicionando-o em um novo lugar, que

⁴ Compreendemos deformação aqui como degradação do discurso instituído, no caso, do sujeito discursivo Lula, que historicamente foi um ícone de reivindicações de direitos de trabalhadores do setor metalúrgico brasileiro durante a década de 1980.

agora é ilegítimo sob as referencialidades político-ideológicas, já que se resignificou em um novo enunciado, o contador de histórias. Nesse caso, mesmo que se considere a personagem Lula como não sendo equivalente ao sujeito biológico Lula, a relação metafórica não pode ser deixada de lado, pois a construção da personagem vai além de uma simplista similaridade vocal e física (no que tange a imagem das mãos no vídeo), ela é um postulado em que emergem dualidades, sob que ora é um narrador de estórias, ora um sujeito político (sindicalista); ora um ícone histórico brasileiro, ora objeto caricaturado de uma pilhéria.

A personagem que narra a história, o representativo Lula, põe-se diante de inscrições que remetem a história do Brasil e diante dela, quanto a sua constituição, é possível verificar um tipo de discurso, ou seja, uma cena englobante: o discurso humorístico. Esse discurso supõe seu público, crianças; supõe seu narrador, o contador de histórias infantis que relata uma história imagética de seres fantásticos. A respeito da cena englobante, Maingueneau esclarece que “é aquela que corresponde ao tipo de discurso, a seu estatuto pragmático. Quando recebemos um panfleto na rua, devemos ser capazes de determinar se se trata de algo que remete ao discurso religioso, político, publicitário etc.” (2008, p. 115).

De fato, a cena englobante que constitui o vídeo é feita a partir da personagem como um complexo de dizeres que revelam o discurso humorístico. Tal cena é edificada sob a dupla face de dizeres, o contador de histórias e o político. Só é possível fazer tal inferência, a princípio, por três relações: de sentido, de lugar e de tempo.

Essa determinada vocalidade implica uma determinação do corpo do enunciatador [...]. Assim a leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce papel de fiador. De fato, a noção tradicional de ethos [...] recobre não somente a dimensão vocal, mas também o conjunto das determinações físicas e psíquicas atribuídas pelas representações coletivas à personagem do orador (MAINGUENEAU, 2005b, p. 72).

A respeito da relação de sentido, essa se constitui na cena a partir da relação com as outras duas instâncias: lugar e tempo. Ao se relacionar evoca lugares — o discurso de/no palanque e o discurso de/no quarto — aqui representados pela personagem diante da manifestação oral, como em “era uma vez três porquinhos, companheiro [...]”.

Nesse primeiro trecho o enunciado “era uma vez” remete a uma clássica expressão própria da introdução de histórias infantis, porém, aqui dirigida a alguém que o narrador denomina de “companheiro”. O “companheiro” é historicamente marcado como forma de tratamento que se refere aos que se associavam a grupos de uma mesma ideologia, membros de uma determinada associação ou militantes de um partido. No caso, a remissão que a personagem faz para si mesma, quando diz “companheiro”, faz ecoar o cumprimento clássico do sindicalismo, movimento que ganhou notoriedade nos anos de 1980, tendo como um dos ícones o ex-presidente Lula, naquela ocasião, líder sindical. Esse processo de construção de estereótipo “consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo [...] Se se tratar de uma personalidade conhecida, ele será percebido por meio da imagem pública forjada pelas mídias” (AMOSSY, 2005a, p. 125-126).

Na relação entre lugares, aquele que conta no quarto uma história e aquele que remete ao discurso de palanque, a personagem aqui se apropria dos dizeres sindicais e enuncia um discurso infantil, ou seja, a narração de uma história infantil. A voz do sindicalista é abafada pela voz do contista, não um contista qualquer, mas um contista de estórias. Esse que deveria ecoar um dizer propriamente ideológico, como sujeito político, conta uma história destinada a crianças. O público que ouve o discurso de palanque, não está diante desse palanque, agora está, supostamente, em um quarto, não como ouvintes militantes, mas como crianças que ouvem algo para dormir.

O discurso político é igualmente propício à diversidade das cenografias: um candidato poderá falar a seus eleitores como jovem executivo, como tecnocrata, como operário, como homem experiente etc., e conferir os “lugares”

correspondentes a seu público (MAINGUENEAU, 2005b, p. 76).

Nesse cruzamento de lugares e tempos o discurso humorístico se forma delineando e decompondo o sujeito discursivo Lula: ora sindical é contista infantil, ora diz ideologias verossímeis a respeito da luta pela diminuição das desigualdades sociais, em prol de melhores condições trabalhistas e, em outro momento, fala a respeito de elementos fantásticos, no caso, a histórias de três porcos construtores que edificam moradas para se proteger do sopro de um lobo. Vale ressaltar que tais elementos fantásticos não são, simplesmente, elementos dispostos aleatoriamente, mas constituintes de uma relação metafórica com a realidade, que denúncia lugares e seus respectivos posicionamentos.

A construção de sentido do curta-metragem *Os três porquinhos versão Lula* está vinculada a relação temporal e de lugar, a leitura a partir dessas instâncias não pode escapar.

[...] a capacidade de ver o tempo, de ler o tempo no todo espacial do mundo e, por outro lado, de perceber o preenchimento do espaço não como fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas, mas como um todo em formação, como acontecimento; é a capacidade de ler os indícios do curso do tempo em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e ideias humanas (até conceitos abstratos) (BAKHTIN, 2011, p. 225).

Sob a dupla face de lugares, o palanque político e o quarto onde se contam estórias; sob a dupla face cronológica, o estadista-populista de ontem e o nostálgico contista contemporâneo, assim, sob essas faces moldam-se a pele da personagem Lula que faz constantes remissões ao passado, dentre elas a remissão à copa do mundo de 1998, ao programa social, criado em 2003⁵, denominada

⁵ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, criado em 2003 pela Medida provisória nº 132, de 20 de outubro

Bolsa-família e também à figura do “delator”⁶, posta no discurso do porquinho que ameaça contar algo a revista *Veja*⁷, respectivamente em:

1min02-1min09: [narrador] “Vejem só, era como o Brasil favorito contra a França em 98”.

1min12-1min23: [narrador] “[...] quando viu que não adiantava, resolveu ir embora e se inscrever na Bolsa Família, que é o maior programa de inclusão social da história deste país[...]”.

0min41-0min55: [narrador] “Os dois porquinhos então fugiram para a casa do terceiro porquinho, que disse que não sabia de nada, mas os dois porquinhos tinham provas e disseram que ou entram ou iam contar tudo pra *Veja*”.

Que a relação cronotópica é essencial para a relação de sentidos a partir das referencialidades na construção do humor é evidente, entretanto, vale ressaltar que os sentidos que conferem uma tonicidade cômica são possíveis graças ao embate e à dialogicidade que se constrói ao se pôr o discurso estadista da personagem política Lula em direção a um público infantil. Nessa cena, que se forma a partir alteridade que se dá do público, outra deformação também se molda, os interlocutores agora são tidos como crianças e não mais militantes apoiadores de uma causa do discurso de palanque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dialogia incorporada na relação entre o antagonista da história infantil dos três porquinhos, o lobo mau, e o bolsa-família é

de 2003 e instituído pela Lei 10.836/2004, de 09 de janeiro de 2004. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 26 jun. 2015.

⁶ Pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/392552?show=full>. Acesso em: 24 jul. 2015.

⁷ REVISTA VEJA, São Paulo: Editora Abril, n. 1918, 17 ago. 2005, p. 56.

uma pista da efusiva contemplação nostálgica que o narrador empenha, uma vez que, durante a apresentação do programa bolsa-família esse é caracterizado como “o maior [...] da história” (1min.16s.) e o lobo mau não é caracterizado como um simples lobo, mas o que pertence à oposição (13s). Tal idealização do bolsa-família advém de uma relação nostálgica do sentimento político do narrador infantil Lula, que nesse espaço, é objeto imagético atrelado a outro ser fundamentalmente fabuloso e oposicionista: o lobo mau. Daí as duas oposições: os que eram contra o sindicato, por isso “lobo da oposição” e esse mesmo lobo, agora desamparado, outrora oposicionista, beneficiário de algo tão social quanto o sindicato, o programa Bolsa-Família.

Essa ordenação de elementos que fazem referência aos oposicionistas do ex-presidente Lula e os limiares ligados ao social, como o sindicato e Bolsa-Família somente são possíveis porque tal estrutura diz respeito ao sentido e a sua forma, sendo que “a arquitetônica do mundo da visão artística não ordena só os elementos espaciais e temporais, mas também os de sentido; a forma não é só espacial e temporal, mas também do sentido” (BAKHTIN, 2011. p. 127).

O sentido a partir do enunciado verbo-voco-visual é, portanto, (re)construído por dizeres políticos, sindicais e sociais, tais inscrições emergem do vídeo em toda a sua estrutura: visual, verbal e vocal, desse modo elas se formam no interior da construção estética, por meio de atravessamentos temporais e espaciais (cronotópicos), um todo arquitetônico de dizeres, de projeções de imagens e de sons diversos da personagem Lula, refletido e refratado sob uma gama de vozes que instaura a voz dualística e revela posicionamentos e ideologias na formação de sentidos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa, 2001.

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005a.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch; VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch; VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-E-Silva [et al.]. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005b.

REFERÊNCIA DO CORPUS

Os três porquinhos versão Lula. Direção Jarbas Agnelli. São Paulo: Ad Studio, 2008. In: Canal elojo2008. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=VGZdSa5foEw>. Acesso em: 29 maio 2015.

A RAIVA E A BELEZA: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA A PARTIR DA COMPARAÇÃO ENTRE DILMA ROUSSEFF E MARCELA TEMER

Marco Túlio Pena Câmara¹

INTRODUÇÃO

Historicamente, o papel da mulher sempre foi lembrado em relação à figura masculina, portando-se em segundo plano tendo o homem como protagonista. Mais do que meros preconceitos, a submissão feminina era amparada por leis que consolidavam a desigualdade não só no ambiente domiciliar, mas também no mercado de trabalho e na vida pública. Impedida de votar, estudar e trabalhar, a mulher teve seus direitos básicos velados por décadas, sem o apoio da legislação, que reforçava sua condição de segunda categoria, como sendo aquela incapaz de trabalhar e se desenvolver individualmente (ARAÚJO, 2003).

Mesmo com a igualdade respaldada em lei, anos mais tarde, a prática não seguiu o mesmo caminho imediato. A luta feminista continua ativa, com pautas como a equiparidade salarial, fim da violência de gênero e, especialmente importante para este artigo, igualdade na participação política, já que a presença feminina nos governos ainda é pequena, o que acarreta em perda de direitos, ausência de lugar de fala e de representatividade que as mulheres necessitam (PINTO, 2010).

Na recente democracia brasileira, o país pôde vivenciar um marco político quando se trata de representatividade feminina. Em

¹ Doutorando em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: marcotulioamara@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9431676052052565>.

2010, o Brasil elegeu a primeira mulher a ocupar o cargo da presidência, tendo sido reeleita em 2014. No entanto, a presidenta Dilma Rousseff passou por um processo de impeachment que a afastou do cargo. Desde a sua posse, Dilma é tratada não somente a partir do cargo que ocupa, mas também em relação ao seu gênero. Desde a nomenclatura de presidenta² a comentários sobre sua aparência³, notou-se uma cobertura diferenciada sobre seu governo na mídia, colocando como primeiro plano, muitas vezes, questões supérfluas de gênero.

Em uma reportagem publicada na revista IstoÉ em abril de 2016, intitulada “*As explosões nervosas da presidente*”, a então presidenta foi tratada como uma pessoa irritada e desequilibrada, o que interferiria em seu comportamento profissional. Com base nessa matéria, considerando conceitos como enquadramento, ponto de vista e representação, o presente artigo objetiva observar como as emoções femininas são tratadas na grande mídia, a fim de desmoralizar as mulheres.

Outro material constituinte do corpus desta pesquisa é a reportagem “*Bela, recatada e do lar*”, do portal da revista *Veja*, publicada também em abril. Nela, a jornalista traça o perfil de Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer. Na descrição, Michel é considerado um homem de sorte por ter ao seu

² O termo existe nos dicionários desde 1925, designando “a mulher que desempenha as funções de presidente”. Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/presidenta-existe-na-lingua-portuguesa-desde-1872/n1597210547562.html>. No entanto, importantes veículos da imprensa nacional, como a Folha, se recusaram a tratá-la com esse termo (<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1776691-veiculos-estatais-deixam-de-usar-termo-presidenta-em-suas-publicacoes.shtml>).

³ Alguns jornais apresentavam reportagens específicas sobre suas roupas, mesmo na editoria de política, prática incomum em coberturas sobre presidentes homens. Ex: <http://oglobo.globo.com/politica/dilma-acertana-escolha-da-cor-da-roupa-mas-peca-ao-usar-vestido-casaco-na-posse-2844173>

lado uma mulher que atende aos requisitos apresentados no título da matéria, aproximando do modelo ideal de mulher da década de 1950 (FREIRE FILHO, 2015), tornando-se sinônimo de ideal a ser buscado de mulher feliz, já que realiza trabalhos domésticos, cuida da família, satisfaz os prazeres do marido sem transparecer vulgaridade (FREIRE FILHO, 2015 apud AHMED, 2010). Dessa forma, pretende-se analisar como é a construção da imagem da mulher e a perpetuação desse discurso hegemônico carregado de estereótipos e pré-conceitos.

O presente artigo busca, a partir da análise do discurso das mídias e a sua relação com o poder, entender essa cadeia de produção e representação feminina. Ciente do importante papel na formação de opinião que a mídia carrega, torna-se fundamental estudá-la a fim de analisar criticamente sua função na sociedade. A imprensa deve levantar debates e incitar questões visando à promoção de mudanças sociais, não corroborando para a manutenção da hegemonia.

O ENQUADRAMENTO E A RELAÇÃO ENTRE MÍDIA E POLÍTICA

Para estudar a mídia e o papel dela atualmente, é imprescindível passar pelo conceito de enquadramento, pois é possível compreender como a mídia aborda os temas propostos com base na análise do conteúdo político dela, aprofundando as esferas da produção e da recepção, inseridas no contrato de comunicação. O primeiro paradigma a ser quebrado nessa situação é a imparcialidade midiática. Considerar a mídia apenas como “fonte de informação”, onde ela é passada de forma objetiva, é ignorar o papel do sujeito na instância da produção, que carrega valores e opiniões que perpassam na produção daquele conteúdo, agregando pontos de vista e subjetividade na informação.

No campo da Comunicação, os enquadramentos determinam a produção de notícias, que definem e constroem a realidade a partir de determinada visão. Assim, as notícias “são um recurso social cuja

construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea” (PORTO, 2004, p. 79 apud TUCHMAN, 1978, p. 215). Nesse contexto, o enquadramento, entendido com uma “ideia central organizadora”, é um modo de organizar o discurso através de práticas específicas, construindo uma determinada interpretação dos fatos. O enquadramento é, portanto, um jogo de “seleção e saliência”, já que “seleciona alguns aspectos de uma realidade percebida e fazem-nos mais salientes em um texto comunicativo” (PORTO, 2004, p. 82 apud ETMAN, 1994, p. 294).

É nesse sentido que Charaudaeau (2012) afirma que a notícia opera com um real construído, a partir do filtro de um ponto de vista. Ou seja, não é o retrato puro e bruto do acontecido, mas sim um recorte a partir da visão e interpretação do fato.

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo (CHARAUDEAU, 2012, p. 151).

Assim, o autor defende que a mídia constrói o espaço público, já que “correspondem às categorias de pensamento da opinião pública” (CHARAUDEAU, 2012, p. 145). Dessa forma, a mídia atua como instrumento de legitimação social de determinados setores da sociedade, pois caracterizam suas interpretações com caráter factual, em detrimento de outros. Na política, tal característica se torna mais visível, ao passo que a cobertura midiática do tema atua na manutenção dos interesses políticos e econômicos dos empresários dessas empresas, favorecendo suas causas e partidos conservadores.

Em sua obra mais recente, o autor explora a relação entre mídia e opinião pública, a partir da encenação da realidade e da peopolização do mundo político.

A peopolização é a característica do discurso que fala da vida privada dos grandes desse mundo, arrancando o véu de sua intimidade. A informação chega à cena pública com uma ‘promessa de revelação’ do que está oculto, e mesmo inconfessável numa encenação mais ou menos dramatizante (CHARAUDEAU, 2016, p. 121-122).

Essa exposição pública da vida cotidiana dos políticos é destinada a produzir um efeito de credibilidade, já que, por um lado, promove a dessacralização da função do político e, por outro, promove humanidade em um cargo considerado desumanizado. A peopolização, portanto, é um fato midiático, pois externaliza os bastidores da cena política e a personalidade de seus atores, tornando-se cúmplices de seu público. Dessa maneira, “o privado toma o lugar do público, a pequena história da grande história, o particular do universal, numa ilusão de transparência total (CHARAUDEAU, 2016, p. 124)”. Como veremos a seguir, tal característica é evidenciada nos objetos em análise, pois tratam de exposição da vida particular de atores públicos, a fim de conquistar o público para consumir seu produto e concordar com o ponto de vista hegemônico das empresas jornalísticas.

Dividido em diversas categorias, os objetos em análise apresentam características inseridas nesses tipos de enquadramento. Emediato (2013) classifica em quatro tipos: por tematização, quando se produz efeito a partir da memória, agindo sobre a representação do outro, com a construção de pontos de vista; por designação, ao qual se manifestam as tomadas de posição, enquadrando um ser em uma classe ao qual deve agir de acordo com o que se espera, como analisaremos nos objetos de estudo; o enquadramento do dizer do outro trata dos verbos utilizados, que podem expressar pontos de vista; e o enquadramento pelo questionamento, incitando o receptor à problematização a partir de uma visada incitativa. A partir dessa dimensão argumentativa, o enunciador busca prender a atenção do receptor, fazendo com que ele consuma os fatos e ditos relatados por

meio da perspectiva daquele tipo de enquadramento (EMEDIATO, 2013).

O enquadramento objetiva, portanto, causar efeitos na audiência, influenciando a instância de recepção. Como ele é feito, na maioria das vezes, de forma implícita, o receptor não consegue identificar a fonte do seu conhecimento, tomando aquela versão, fruto de pontos de vista, como verdade absoluta, não conseguindo identificar quem é o responsável pela narrativa (CHARAUDEAU, 2012). Este é o destino final do enquadramento: influenciar, de preferência inconscientemente, o receptor a tomar aquela seleção como representação real do fato. Dentre as classificações propostas por Porto (2004), analisamos os objetos a partir de três tipos: “enquadramento dramático”, a partir da patemização do fato; “enquadramento moral”, considerando o senso comum como aplicação da moral; e o “enquadramento oficialista”, que relaciona os dois anteriores para a construção da verdade.

AS REPORTAGENS E SUAS REPRESENTAÇÕES

Como vimos, o enquadramento é o que determina o desenvolvimento da reportagem como forma de orientação do ponto de vista e formação de opinião, por meio de vários fatores como verbos utilizados, temas abordados e imagens ilustrativas. Com isso, analisaremos como se deu o enquadramento das reportagens apresentadas.

O ponto de vista pode ser expresso de diversas formas, desde a escolha de uma foto representativa ao posicionamento mais declarado (CORTEZ, 2013). Assim, coloca a perspectiva de si e do outro no discurso, por meio da orientação argumentativa em formas nominais, verbos e a própria percepção na formação de sentido. A autora afirma que através de um mecanismo textual-discursivo, “o locutor apreende e apresenta os objetos de discurso para fazer valer seu ponto de vista em meio ao ponto de vista de outros enunciadores” (CORTEZ, 2013, p. 294). Exemplo disso são as fotos

ilustrativas da reportagem veiculada na revista *IstoÉ*, como mostrado na figura 1.



Figura 1: Foto que abre a reportagem

Fonte: Revista IstoÉ

Na foto, podemos ver Dilma Rousseff com as mãos para cima, mas não é possível ver a expressão do seu rosto para apreender o possível sentimento ao qual estaria expressando pelo gesto. No entanto, a legenda da imagem na reportagem realiza o julgamento a fim de ratificar o ponto de vista que defende em todo o texto: “Descontrole: A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares”. Dessa forma, a revista induz o leitor a concluir que a foto foi tirada após um desses “momentos de fúria” e toma tal hipótese como verdade absoluta, expondo também uma informação de “auxiliares” da então presidente, sem, no entanto, identificar tal fonte.

Do mesmo modo, a foto que ilustra a reportagem da revista *Veja* também reafirma seu posicionamento, em consonância com o título, ao apresentar a imagem de Marcela Temer com roupa de tom “sóbrio”, sem decote, cabelos presos, sem um figurino que chame a

atenção, ratificando o adjetivo “recatada” ao qual a revista lhe atribui. (Figura 2)



Figura 2: Marcela Temer posa para foto que serve de ilustração da reportagem sobre ela

Fonte: revista Veja

Tais imagens são inseridas no corpo das reportagens para ilustrar a formação discursiva ao qual está inserido, culminando no realce do ponto de vista do veículo a partir da relação visível entre a foto e os textos adjetivados. A representação, então, é um processo de uma encenação discursiva, não simplesmente o efeito de realidade. Ela se apresenta tanto pelas características quanto baseada na recepção, em como o público é capaz de interpretá-la. Dessa maneira, podemos identificar mais enunciadores, que tem seu ponto de vista manifesto no objeto de discurso. Na mídia, essa construção se dá no texto em que se explicita a posição ideológica do enunciador, seja ele o jornalista, o veículo ou a sociedade. Com isso, marca as relações entre os enunciadores, com pontos de vista ancorados nessa relação, concluindo-se que eles representam a projeção coletiva de opinião. Essa característica pode ser notada quando as reportagens em análise destacam ideais do senso comum, difundidos em nossa sociedade machista, como podemos observar na figura 3, em que a *Veja* relata os cuidados que Marcela tem com a aparência.

Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora”, informa Biaggi. Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”. Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros.

Figura 3: Trecho da reportagem sobre os cuidados com a beleza de Marcela Temer

Fonte: Revista Veja

No trecho em destaque a reportagem justifica os atributos “bela” e “do lar” que utilizou no título para descrever Marcela Temer. A repórter ainda a compara com Grace Kelly, princesa de Mônaco reconhecida também pela sua beleza, como um modelo de primeira-dama. Tal descrição é importante para nossa análise, pois enaltece a valorização da beleza padrão: loira, de olhos claros e recatada.

A construção e propagação dessa ideologia é marcada, então, nos indícios de produção, que enquadra o objeto relatado de acordo com os interesses não só pessoais, mas também ideológicos referentes à empresa ao qual se insere. Para Emediato (2013), a produção de narrativas está intrinsecamente ligada à descrição das qualidades dos atores e suas ações, determinando, a partir do enquadramento dado, o ponto de vista a ser apreciado. Dessa forma, o autor classifica o “enquadramento por designação”, presente na mídia impressa, que atribui características aos seres e, a partir delas, a perpetuação do seu ponto de vista.

A designação nominativa na imprensa escrita impõe uma maneira de ver que merece ser julgada em termos de orientação argumentativa. Ora, o discurso de informação midiática se serve constantemente dos nomes comuns como uma operação em que a dimensão argumentativa chega a ser evidente. O enquadramento de um ser em uma classe genérica

faz dele um exemplo e sua ação implica, de forma direta ou indireta, intencionalmente ou não, a classe à qual ele pertence. Tais designações podem provocar um raciocínio indutivo e sugerir um laço de causalidade não fundada (EMEDIATO, 2013, p. 82).

O autor ainda afirma que esses acontecimentos são enquadrados a partir de escolhas dos jornalistas, reafirmando o ponto de vista do veículo. Tal característica pode ser observada nos objetos em análise, já que contribuem para a manutenção do discurso hegemônico estereotipado. Durante toda a narrativa de ambas as reportagens, esses estereótipos são reforçados. Na reportagem sobre Marcela Temer, a jornalista considera Michel Temer um “homem de sorte” por ter a modelo “bela e recatada” como esposa, enquanto na reportagem sobre Dilma Rousseff há o uso de palavras fortes com denotação negativa para caracterizar o momento e para quem a cerca, como “tensão” e “destempero”.

Isso ocorre quando atribui características como a de “recatada” como qualidade (como vimos na figura 3) e a fúria como defeito (figura 4), buscando retratar um modelo de mulher ideal, orientando como elas devem agir para que consigam ser aceitas na sociedade carregada de posicionamentos machistas.



Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturridos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. Lembra o Lula dos grampos em seus impropérios. Na última semana, a presidente mandou eliminar jornais e revistas do seu gabinete. Agora, contenta-se com o clipping resumido por um de seus subordinados. Mesmo assim, dispara palavras aos borbotões a cada nova e frequente má notícia recebida. Por isso, os mais próximos da presidente têm evitado tecer comentários sobre a evolução do processo de impeachment. Nem com Lula as conversas têm sido amenas. Num de seus acessos

Figura 4: Trecho do início da reportagem da revista IstoÉ
Fonte: Revista IstoÉ

É importante destacar os termos usados para caracterizar Dilma Rousseff, de modo a construir uma imagem negativa da então presidenta. Palavras e expressões como “explosões nervosas”, “destempero”, “desconexão”, “perdeu as condições emocionais”, “descompostura”, “irascível”, “fora de si”, “agressiva”, “mandou eliminar”, “dispara palavras” revelam o posicionamento da revista em relação ao comportamento de Dilma, com julgamento de valor negativo em relação a ele. Ao descrever tais atitudes, a reportagem retrata Rousseff como uma pessoa descontrolada, ilustrada por uma imagem raivosa e descontrolada (como vimos na figura 1), em contrapartida à imagem dócil feminina que nos é imposta e expressa em nossa sociedade.

Assim, a partir do enquadramento pela designação das características apresentadas sobre as mulheres, percebe-se o fortalecimento do discurso machista entre o bem e o mal, personificados aqui como Marcela e Dilma, baseado na descrição de suas características apresentadas como qualidades e defeitos.

No entanto, a representação e o reforço da manutenção da ideologia dominante podem ser expressos indicando outras vozes ainda não apresentadas ou exploradas. Outro tipo de enquadramento presente nos textos em análise é “do dizer do outro”, que se refere aos verbos de atitude empregados na reportagem. Para Emediato (2013),

os verbos de atitude podem representar uma opinião do sujeito enunciadador/informante sobre o dizer de um ator social, (como) exercício de interpretação por parte do jornalista. [...] Indica ao leitor em qual perspectiva ele deve compreender esse dizer, além de provocar o acontecimento ao suscitar reações dos atores sociais ao discurso relatado, abrindo uma perspectiva de debate (EMEDIATO, 2013, p. 83-84).

Dessa maneira, os verbos também expressam pontos de vista e podem denotar carga positiva ou negativa a cada discurso relatado. Na reportagem da *IstoÉ*, por exemplo, são utilizados verbos fortes com carga emocional negativa, como “vociferou”, “esbravejou”, sempre se referindo à Dilma Rousseff como autora dessas declarações e formas de falar (figura 5). Já na reportagem do portal

Veja, os verbos são mais neutros, em tom informativo, sempre na opinião de terceiros, enaltecendo as qualidades de Marcela Temer (figura 6).

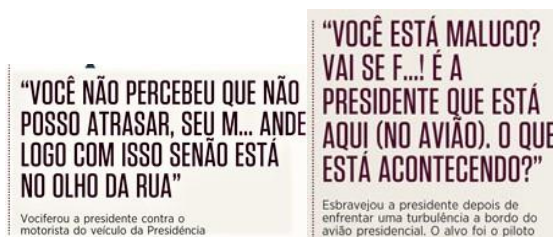


Figura 5: Trechos de discurso relatado de Dilma Rousseff
Fonte: Revista IstoÉ

veja.com

Eleições 2016 SP Rio BH Curitiba IV

Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente. Um fica longe do outro a maior parte da semana, uma vez que Temer mora de segunda a quinta-feira no Palácio do Jaburu, em Brasília, e Marcela permanece em São Paulo, quase sempre na companhia da mãe. Sacudida, loiríssima e de olhos azuis, Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer. Amigos do vice contam que, ao fim de um dia extenuante de trabalho, é comum vê-lo tomar um vinho, fumar um charuto e “mergulhar num outro mundo” – o que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular. Três anos atrás, Temer lançou o livro de poemas intitulado *Anônima Intimidade*. Um deles, na página 135, diz: “De vermelho / Flamejante / Labaredas de fogo / Olhos brilhantes / Que sorriem / Com lábios rubros / Incêndios / Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma / Tudo meu / Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido / Dissolvido / Finalmente / Restam cinzas / Que espalho na cama / Para dormir”.

Michel Temer é um homem de sorte.

Figura 6: Relato sobre Marcela a partir de amigos de Michel Temer
Fonte: Revista Veja

Dessa forma, as falas do outro, apresentadas já com juízo de valor no verbo escolhido, não são meras fontes informativas, mas sim que reforçam o ponto de vista defendido no texto. O sentido de um enunciado, então, passa a ser os encadeamentos discursivos que ele evoca, não a informação que ele traz (EMEDIATO, 2013). Ou

seja, a produção de sentido é provocada a partir dos efeitos esperados a partir dessas escolhas e dos enquadramentos utilizados, incitando o leitor a seguir o ponto de vista defendido pelo veículo, de forma implícita no corpo da matéria, se identificando com o público.

Tal situação é uma estratégia manipuladora que deseja propor o seu ponto de vista, a partir de dialogismos internos do texto, com a gestão da palavra e da enunciação de outrem na reportagem. Como vimos, essa gestão pode ser feita por verbos, adjetivos e qualificações. Os títulos também incitam a mesma ação, pois é considerado uma orientação argumentativa, de forma mais objetiva. Alinhado ao editorial, o título é o laço correspondente ao ponto de vista do enunciador (EMEDIATO, 2013). O autor acredita que o título “apresenta a opinião como verdade e evidência”, para que o leitor “preencha as lacunas na direção esperada” (p. 93).

Os títulos das reportagens em análise são exemplos disso. “Bela, recatada e do lar” e “Uma presidente fora de si”, carregam denotações e produções de sentido bem distintas. De um lado, constrói-se a imagem da mulher ideal a partir dos três atributos apresentados logo no título, ao traçar o perfil de Marcela Temer e, implicitamente, a relação com Michel Temer e o filho, como um retrato da boa família tradicional, como alternativa segura para o Brasil. Em contrapartida, a imagem de Dilma já é apresentada de forma negativa, como alguém descontrolada, o que implica na impossibilidade de governar o país devido a seus “surto” relatados na reportagem.

Essa análise nos permite classificar as reportagens como um encontro dos três tipos de enquadramento propostos por Porto (2004): enquadramento dramático, moral e oficialista. O enquadramento dramático pode ser observado na tentativa de aproximação com o público na reportagem da *Veja*, ao relatar um pouco o dia-a-dia de Marcela Temer, o jantar romântico e expor poema íntimo de Michel Temer à sua esposa (figura 6). Na reportagem da *IstoÉ* (figura 4) a patemização se torna mais evidente, já que em todo o texto o jornalista explora, negativamente, as emoções da então presidenta Dilma Rousseff, a fim de provocar

ainda maior rejeição à figura política, que, idealmente, não pode se deixar abalar pelas emoções.

O enquadramento moral considera o senso comum na aplicação da moral, explorando a memória coletiva da sociedade (CORTEZ, 2013). Tal característica é bastante explorada em ambas as reportagens, já que toma a os atributos de Marcela Temer como produtos de uma boa moral e o sentimentalismo de Dilma como aversão ao cargo que ela ocupa, indo na contramão das emoções de Marcela, que se apresenta como sendo “bela, recatada e do lar”, enquanto Rousseff se opõe a essa imagem, tanto retratadas em fotos quanto nas falas transcritas, verbos utilizados, e emoções exploradas, como vimos nas figuras acima mostradas.

Por fim, com a união desses dois tipos de enquadramento chega-se no enquadramento oficialista, para a construção da verdade. Assim, somando-se o exacerbo de emoções fortes de Dilma e a falta de racionalidade moral causada pela intensidade sentimental, a revista constrói imagem depreciativa de Dilma Rousseff, acusando-a ser incapaz, moral e emocionalmente, de prosseguir à frente do Brasil. Por outro lado, a construção da identidade “recatada” de Marcela, aproximando-a da vida do público pela representação da família ideal, juntamente com a imagem moralmente aceita na sociedade que ela passa, o portal constrói o tipo de mulher ideal para ocupar o cargo de primeira-dama, exaltando, conseqüentemente, a figura de Michel como substituto adequado ao cargo de presidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com o ideal de que a mídia deve adotar um ponto de vista distanciado e global, seguindo o princípio da objetivação da informação, percebemos que, na prática, não é isso que ocorre. Assumindo que a imparcialidade é um mito, entendemos que a informação se constrói a partir do enquadramento de um fato, da visão do jornalista. Além disso, vimos que a reportagem deve propor um questionamento sobre o assunto tratado, pelo princípio de inteligibilidade. No entanto, também observamos que, na maioria dos

casos, não é isso que ocorre na grande mídia, já que ela reproduz o discurso hegemônico sem a total abertura para opiniões e participações contrárias.

Assim, o discurso da informação midiática objetiva provocar no leitor diferentes tipos de inferências e de efeitos, a partir de diferentes formas de enquadramento. Nesse sentido, a noção de representação põe em evidência a relação entre as vozes que constituem o discurso, construindo objetos que resultam nos pontos de vista, com finalidade argumentativa. Isso ocorre a partir da interpretação sobre o dizer de outros enunciadores e a possibilidade dele representar falas, atitudes, pensamentos e percepções.

Tal característica é evidente na reportagem da IstoÉ, onde compara Dilma à Maria, A Louca, a primeira mulher a assumir a coroa portuguesa, reforçando o estereótipo de loucura feminina, a fim de deduzir que são incapazes de governar. Nesse sentido, Porto (2004) acredita que a mídia contribui para privilegiar determinadas interpretações hegemônicas da realidade, valorizando a pluralidade de sentidos a fim de desenvolver, nas pessoas, entendimentos mais variados sobre a política.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política*. Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), v. 17, n. 49. São Paulo: Editora da USP, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública*. São Paulo: Contexto, 2016.

CORTEZ, Suzana. A representação de pontos de vista em reportagens de revista feminina. In: Emediato, W. (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: NAD, 2013, p. 293-316.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: Emediato, W. (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: NAD, 2013, p. 69-103.

FREIRE FILHO, João. “*Mas por que, afinal, as mulheres não sorriem?*”: *Jornalismo e as razões da (in)felicidade feminina*. Ciberlegenda (UFF. Online), v. 2, 2015, p. 8-20.

ISTOÉ, Revista. *Uma presidente fora de si*. 2016. Disponível em: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/ Acesso em 01/10/2018.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Feminismo, história e poder*. Curitiba: Revista Sociologia Política 18, 2010, p. 15-23.

PORTO, Mauro P. Enquadramento da mídia e política. In: Albino, Antonio; Rubim, Cabelas, A. (Orgs.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 74-104.

VEJA, Portal. *Bela, recatada e do lar*. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 1 out. 2018.

A VITRINE DA LOJA DE PRATOS, O MUSEU E A CANÇÃO DE CHICO BUARQUE: O QUE ELES TÊM EM COMUM? - DISCUSSÕES SOBRE A COGNIÇÃO E A INTERPRETAÇÃO DO MUNDO

Letícia Moraes¹

INTRODUÇÃO

O *Groupe μ* nasce de um esforço coletivo de pesquisadores, com formação em diversas áreas do conhecimento, em busca de respostas para as questões afeitas da semiótica no sentido mais amplo do termo. Além dos semioticistas e linguistas da Bélgica e de uma rede de pesquisadores de diversos países, o *Groupe μ* contou, também, com importantes nomes, tais como Jacques Dubois, Philippe Minguet, Francis Pire, Hadelin Trinon, Francis Édeline e Jean-Marie Klinkenberg. Esses últimos assinam a mais recente publicação do grupo, a obra *Principia semiótica. Aux sources du sens*, lançada em 2015, ainda sem tradução para a língua portuguesa, considerada pelos pares como um tratado sobre as bases do sentido. É a partir dessa obra que buscamos refletir sobre o estatuto do signo e a interpretação do mundo, usando exemplos do nosso dia a dia, como a vitrine de uma loja de pratos, o museu de arte e a canção do Chico Buarque.

O nosso objetivo é discutir o fenômeno da interpretação a partir do ponto de vista da semiótica erigida pelo *Groupe μ* . Para isso, consideramos ser necessário, em primeiro lugar, fazer um apanhado introdutório sobre as condições que propiciam o surgimento da possibilidade da interpretação no percurso da semiótica. Se por um lado, fazemos esse retorno às bases da teoria para adentrar

¹ Doutoranda do Departamento de Linguística, da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: lesemiatica@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7524306126988722>. Bolsista CNPq/CAPES PDSE 001. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4642-5974>.

ao assunto principal deste texto, por outro, também o fazemos com a intenção de evidenciar as principais características na concepção epistemológica da semiótica do *Groupe μ* . Acreditamos, dessa maneira, que o presente trabalho contribui para as discussões mais recentes que vêm sendo realizadas no âmbito das ciências humanas e sociais a respeito de como a cognição afeta a nossa percepção sobre o mundo e a construção do sentido.

Na perspectiva desta semiótica, graças à adoção do ponto de vista do monismo, acredita-se que o contato entre o sujeito e o mundo se dá pelos cinco sentidos. De tal forma que na semiótica cognitiva do *Groupe μ* , o acesso ao mundo pressupõe que tanto o universo do sensível quanto o do inteligível sejam integrados, pois ambos os conhecimentos possuem um único valor.

O conceito de interação é fundamental para compreender a epistemologia de tal semiótica; é a interação com o mundo que propiciará a possibilidade da existência do sentido. Ela é a responsável por produzir um novo resultado, um novo elemento, que pode ser simplificado pela fórmula $(1+1= + \text{que } 2)$. Em outras palavras, cada vez que um elemento se relaciona com outro, essa interação produz um elemento novo, que é resultado da relação entre os dois primeiros.

Para que possamos entender a questão da interpretação, é preciso primeiro definir o signo. Nessa perspectiva, o conceito de signo não se refere somente ao signo linguístico; o signo é tomado enquanto um estoque de sentido, de forma que qualquer coisa possa ser transformada em um signo, desde que exista a possibilidade de se imputar o sentido ali. Por exemplo, se passamos em frente a uma loja de artigos de decoração e avistamos um prato de porcelana na vitrine, estamos lidando com um signo. No entanto, isso não quer que todos os pratos do mundo sejam signos. O que diferencia, então, o prato da vitrine da loja de decoração de todos os outros pratos do mundo? Para responder à questão é necessário pensar o signo como fruto de uma estabilização.

Decorrente da sistematicidade de aparições das formas do plano do conteúdo com as formas do plano da expressão, a

estabilização nos permite associar as qualidades de um plano do conteúdo com as qualidades do plano da expressão que formam o conjunto. É a partir dessa interação recorrente e estável no mundo natural que o ser humano categoriza as coisas. A título de exemplificação, podemos dizer que o que faz com que reconheçamos uma fruta como tomate em qualquer cidade de qualquer país é o fato dela ter pelo menos algumas das características que reconhecemos de outros tomates vistos outras vezes na vida, tal como a cor vermelha/verde, a esfericidade, a textura, etc.

CONDIÇÕES DO SIGNO: O PRATO DA VITRINE DA LOJA DE PRATOS

Temos, agora, condições para a melhor responder à pergunta que propusemos: o que faz com que o prato da vitrine seja um signo, e os outros não, é a estabilização daquele objeto como um protótipo que guarda as características de todos outros pratos do estoque do estabelecimento. Isto é, ele representa todos os outros pratos comuns que estão nas prateleiras de venda ou encaixotados no fundo da loja e, por isso, tendemos a vê-lo como uma vitrine. Há um valor agregado ao prato, ele deixa de ser um objeto comum e passa a ser um signo.²

Ao passar pela vitrine da loja detectamos certas qualidades que ao serem reagrupadas formam a entidade. Identificamos aquele espaço como uma loja de objetos decorativos e identificamos o vidro da parte da frente como uma vitrine (um *display*), local onde são expostos os artigos. A partir de nossas experiências, recorrendo à nossa memória, com outras vitrines e outras lojas e outros objetos expostos em vitrines, compreendemos que aquele prato ali exposto não está à venda, não a princípio; ele está ali cumprindo uma “função social” de objeto de exposição.

² O prato na vitrine por si só também não é um signo. O que o torna como tal é o processo cognitivo que será instaurado a partir do sujeito observador.

O prato na vitrine enquanto signo é um objeto que remete a todos os outros pratos que podem ser vendidos dentro da loja. O vendedor não precisa mostrar aos clientes todos os pratos iguais aquele da vitrine para que o cliente os compre, basta apenas que o cliente diga que quer um conjunto igual aquele objeto exposto. Esse poder de representar todos os outros pratos da loja é dado ao prato da vitrine pelo que chamamos de *renvoi* (GROUPE μ, 2015).

O *renvoi* potencializa o signo como produto da memória, da mesma forma como a língua age ao se remeter ao mundo natural. O signo não é uma coisa em si, o qual pode ser descrito apenas por estruturas internas, ele é um estatuto, que só tem validade em uma dada situação pragmática, em seu uso (GROUPE μ, 2015). Ora, se o prato da vitrine é retirado daquele espaço e colocado junto aos outros pratos em caixas no depósito, ele deixa de ser um signo e volta a ser um objeto qualquer, como qualquer outro prato do depósito. Se o vendedor resolve colocar em seu lugar, na vitrine, um conjunto de xícaras, que estava guardado lá no depósito também, esse conjunto receberá o estatuto de signo e deixará de ser um objeto comum. Portanto, a condição do signo não é imutável, pelo contrário, ela é determinada pelo uso, pela situação pragmática posta em questão.

Ao identificar o objeto como um signo já fizemos uma decodificação deste, ou seja, o processo da interpretação foi instaurado no percurso da semiose. A interpretação sempre remete a algo, é uma leitura que fazemos de um objeto ou de uma dada situação. Ela depende de fatores perceptivos e de fatores indexicais, os quais permitem a captação de atenção do sujeito por um componente do campo perceptivo global.³

³ Os fatores perceptivos para funcionarem dependem da existência da percepção. Eles correspondem às funções de seleção e de focalização. Já os indexicais se fundam sob um tipo de signo de caráter cultural e só podem existir em seres vivos mais evoluídos, aqueles que já produzem uma semiose longa. Uma questão sobre a interpretação que se coloca é de que se há o segmento, então, já há um sentido e para atualizar essa virtualidade é necessário lançar mão de outros mecanismos.

OS FATORES INDEXICAIS DA INTERPRETAÇÃO: O MUSEU DE ARTE

Os fatores indexicais da interpretação são responsáveis por produzirem uma semantização complementar à semantização produzida pelos fatores perceptivos, eles são objetos de uma cultura. Tais fatores indexicais mobilizam não apenas o signo em si (o prato), mas também o espaço envolto (a vitrine, a loja) e um terceiro elemento, fruto da relação entre o signo e o espaço, remetendo à fórmula já apresentada ($1+1=$ + que 2). O espaço só é indexicado quando percebido como uma unidade homogênea, diferente do restante, que se apresenta no campo do sentido pela heterogeneidade. Observe que o espaço delimitado pela vitrine da loja se difere dos outros espaços do mundo, ao passar pela rua o sujeito faz uma limiarização, uma cisão entre o espaço vitrine, dentro do espaço loja, e o espaço restante. A própria segmentação do espaço já é uma interpretação.

No *Principia Semiotica* (2015, p. 358), os autores dão o exemplo do pedestal, ele tem o poder de transformar qualquer objeto em uma obra de arte dentro do espaço do museu. Os objetos expostos deixam de ser entendidos como simples objetos e são semanticamente categorizados a partir do *status* que eles assumem por utilizarem o suporte pedestal dentro do ambiente museu. Para que esse objeto deixe de ser um objeto qualquer e se torne uma obra de arte, ele precisa ser requalificado, e tal movimento só é possível a partir das grades que regem a indexicação, as quais fazem parte dos fatores de interpretação.

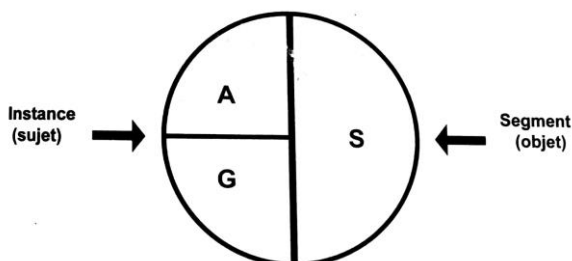
A partir da discussão realizada até aqui, podemos avançar para os fatores de interpretação: o segmento, as expectativas e a grade de leitura. O segmento pode ser cognitivamente identificado como relevante, a partir de uma previa categorização realizada, no momento em que o relacionamos com certos elementos que fazem parte de uma isotopia categorial. O segundo fator corresponde às características preexistentes que o observador projeta sobre os estímulos, as quais são chamadas de expectativas. O ser humano está a todo o momento procurando sentido no mundo e nas coisas;

fazemos isso quando visitamos um museu, compramos um jornal, entramos nas redes sociais, etc. O fato de “procurar” já indica que há certas expectativas, emocionais e racionais, previamente instaladas nesse desejo e na ação continuamente executada.

Neste aspecto, a grade, o terceiro fator, pode ser compreendida como uma enciclopédia, uma configuração categorial considerada homogênea. É por meio da nossa grade que temos uma relação com parte da experiência sensível e com parte da experiência inteligível; transformamos a experiência, e a porção do mundo que tivemos acesso no referente, em sentido propriamente dito. As grades são provisórias e podem ser alteradas ao longo do tempo, do lugar e das circunstâncias; elas são frutos de uma seleção de certas unidades do plano de expressão relacionadas às outras certas unidades do plano do conteúdo. Um mesmo segmento pode ser tomado por várias grades ao mesmo tempo ou sucessivamente, como é o caso da análise do texto, que pode ser analisado pelo ponto de vista do seu conteúdo histórico, figurativo, narrativo, estilístico, etc, que podem ainda ser combinados (por exemplo: o narrativo e o estilístico).

Depois de instalada uma virtualidade de grades, fazemos a escolha de quais grades são adequadas para o uso a partir das expectativas que temos. Por outro lado, a própria existência da grade já produz as expectativas. Observe que as expectativas e a grade são fatores que se relacionam por uma solidariedade e que a relação entre os fatores da interpretação pode variar. A relação mais comum é a dos três fatores igualmente sensíveis. Na figura, a seguir, o segmento é representado pelo S, as expectativas pelo A e a grade pelo G:

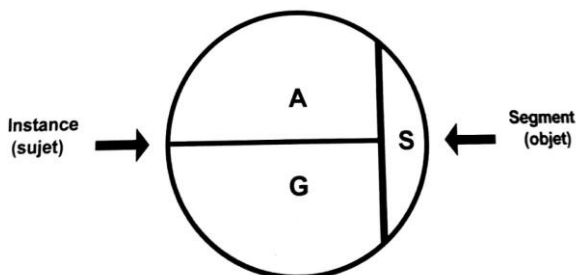
Fig. 1: A relevância de todos os elementos.



Fonte: Groupe μ (2015, p. 371)

Quando o sujeito projeta a sua grade de leitura e expectativas, tem-se o seguinte esquema de solidariedade:

Fig. 2: Relevância da grade e das expectativas.

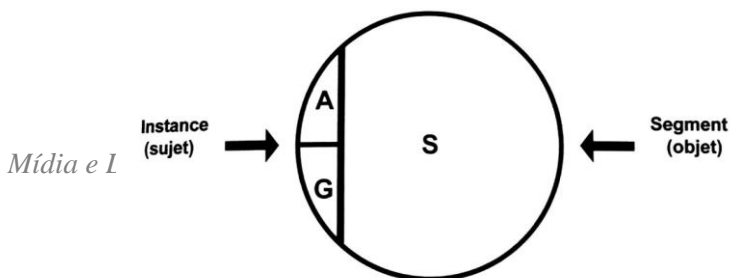


Fonte: Groupe μ (2015, p. 386)

Nesse esquema, pouco importa o objeto; a instância assume o papel principal no processo, como é o caso, por exemplo, da ideologia. Quando o objeto é interpretado a partir da ideologia que o sujeito tem, a interpretação se torna uma projeção da grade e das expectativas do próprio sujeito. A partir de sua ideologia, o sujeito interpreta todos os objetos, sem considerar as especificidades do referente.

Em outra configuração, o segmento pode tomar o centro do processo e ser considerado como irrefutável e única fonte de referência importante. É o caso dos livros sagrados, tal como a Bíblia, pois há um alargamento do fator do referente para que tudo seja explicado por meio dele, de maneira que a grade e as expectativas do leitor sejam desconsideradas ou, na melhor das hipóteses, tenham uma participação medíocre no processo.

Fig. 3: Relevância do segmento

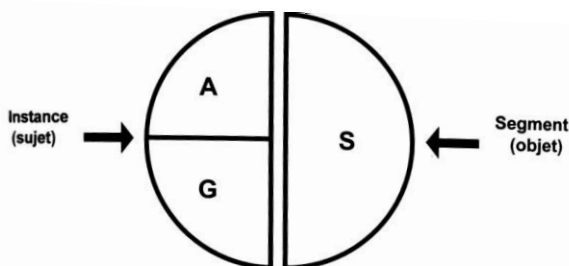


Fonte: Groupe μ (2015, p. 389)

Os semioticistas consideram que, nesse caso, há a presença da sacralização do enunciado, de tal modo que a interpretação só pode ser permitida se for julgada como uma leitura fiel do original.

A última configuração, diferente de todas as outras, não prevê uma interação entre os fatores e, por isso, não se pode dizer que exista a instauração de um processo de interpretação.

Fig. 4: A ausência de interação.



Fonte: Groupe μ (2015, p. 389)

A ALTERAÇÃO NA GRADE: A CANÇÃO DO CHICO BUARQUE

Uma alteração da grade leva à uma revisão do processo de interpretação, isso acontece, por exemplo, no caso das canções populares, marchinhas de carnaval, sambas, que hoje são consideradas inadequadas e machistas, mas que antes, na época de seu lançamento, não causavam nenhum estranhamento por parte desse mesmo público. O fenômeno acontece porque, atualmente, os ouvintes estão inseridos em um outro contexto social sobre a discussão a figura da mulher na sociedade, em uma outra situação pragmática, e suas expectativas são diferentes.

Para ilustrar a alteração da grade de interpretação, usaremos o caso do lançamento da canção *Tua cantiga*, em 2017, do Chico Buarque, que foi acusada de reforçar a figura da mulher brasileira como submissa, abandonada e resignada.

Na letra, lemos “Quanto teu coração suplicar/ Ou quando teu capricho exigir/ Largo mulher e filhos e de joelhos vou te seguir”, o que nos remete às outras canções do próprio Chico, por exemplo, a canção *Com açúcar, Com afeto*, escrita para ser cantada na voz de Nara Leão, cinquenta anos antes, na qual diz:

Quando a noite enfim lhe cansa, você vem feito criança/ Pra chorar o meu perdão, qual o quê! [...] E ao lhe ver assim cansado, maltrapilho e maltratado/ Ainda quis me aborrecer? Qual o quê!/ Logo vou esquentar seu prato, dou um beijo em seu retrato/ E abro os meus braços pra você (BUARQUE, 1967, s/p).

Na época do lançamento de *Com açúcar, com afeto*, o Brasil era um outro país, as discussões feministas ainda engatinhavam e muito pouco era se falado sobre o assunto. O ano de 1967 certamente tem diferenças com o ano de 2017 e o lançamento de *Tua cantiga* foi recebido com bastante desaprovação pelo público de Chico Buarque, principalmente, o público feminino engajado nas lutas sociais. O público de Chico Buarque, prioritariamente formado por uma parcela da população que tem mais acesso à educação e às discussões de gênero, teve sua grade sobre o assunto feminismo alterada nas últimas décadas, e com tal alteração, suas expectativas são outras.

A canção de 2017 acabava de ser lançada, quando várias pessoas e grupos feministas organizados se mobilizaram nas redes sociais em repúdio à letra de *Tua Cantiga*. Com toda a repercussão, o público começou a revisitar as canções mais antigas de Chico, que passaram na época de seu lançamento despercebidas, e as trouxeram para a discussão atual, a partir de um critério de leitura mais crítico e consciente da teoria dos gêneros e do feminismo. Essa mudança na postura do leitor/ouvinte no momento da interpretação pode ser explicada usando os fatores de interpretação da semiótica do Groupe μ , pois as nossas experiências no mundo são constantemente

recategorizadas e a interpretação que fazemos são alteradas graças às mudanças que chegam em nossa grade por meio das experiências que temos, manipulando as nossas expectativas.

A VITRINE, O MUSEU E A CANÇÃO DO CHICO BUARQUE: O PROCESSO DA INTERPRETAÇÃO

No processo da decodificação do mundo, destacamos o papel da interpretação, que não é um fenômeno linear, único e estanque; um mesmo segmento pode gerar variadas interpretações, as quais podem ser alteradas ao longo do tempo, por meio das experiências sociais e culturais, etc. Podemos, no entanto, nos questionar: se a interpretação não é estanque e está em constante transformação, por que então um mesmo fenômeno permite diversas interpretações? Em busca de uma resposta, é necessário considerar que um único segmento pode ser analisado usando várias grades e que cada uma delas produzirá uma leitura do objeto observado. A multiplicidade e a evolutividade são possibilidades, elas estão virtualizadas no processo da interpretação, e para serem ativadas é preciso que as instâncias apresentem certo grau de sensibilidade (GROUPE μ , 2015).

Para compreender melhor a questão da sensibilidade, pensemos no caso daquelas pessoas chamadas de fundamentalistas. Um fundamentalista é uma pessoa que acredita em suas crenças e dogmas como verdade absoluta, as suas crenças são a única verdade e, por isso, são indiscutíveis. As instâncias de interpretação desses sujeitos não estão sensíveis para outros pontos de vistas sobre seus dogmas, não há espaço para outras interpretações. Nesse exemplo usado, o segmento recebe um sentido definitivo, ele não é evolutivo e não pode ser plural, o que faz com que exista a ausência da possibilidade, do ponto de vista do grupo fundamentalista, para outras interpretações que não sejam aquelas previstas por eles.

Entendemos, portanto, o papel de importância da grade nesse processo, pois a interpretação já acontece de certo modo desde a escolha da grade. A ação de escolher uma determinada grade já é

uma “interpretação”, uma vez que a grade orienta em direção às certas categorias do sentido e exclui outras tantas. Por exemplo, a grade da teoria de gênero não fornecerá a mesma interpretação que a grade da ideologia cristã oferece sobre o velho testamento na Bíblia. Cada uma das grades pressupõe escolhas determinadas de direção e exclui outras possibilidades, evidenciando a complexidade e a necessidade de se estudar o processo da interpretação à luz da semiótica.

No percurso que nos leva da categorização ao signo e desse à decodificação, a interpretação fica em evidência, uma vez que o sentido é resultado da experiência multissensorial do sujeito e que sempre retorna ao mundo pela via da ação. Nesta perspectiva, o sentido está presente em todo o universo, mas é no mundo humano que encontramos a semiose longa, mais sofisticada, e que permite o surgimento do signo, condição necessária para a existência da pulsão interpretativa. Tudo leva a crer que as culturas humanas são habitadas por um *furor interpretatioinis* (GROUPE μ , 2015, p. 393).

Pensando na questão colocada no título deste trabalho, podemos dizer que a vitrine da loja de pratos, o museu de arte e a canção do Chico Buarque, mesmo tendo planos de conteúdo e planos de expressões diferentes, exigem que o sujeito instaure um processo de interpretação para que o sujeito possa se dar conta deles e, também, dos sentidos produzidos. Esse processo é mediado não apenas pela instância, mas, também, pela grade, que orienta o sujeito cognitivamente (e semioticamente) para certas categorias do sentido. Desta maneira, parece-nos prudente afirmar que o conceito de grade é produtivo para que se investigue, por exemplo, as discussões sociais presentes na cultura contemporânea, tal como é o caso do discurso polêmico. A partir desse conceito, é possível compreender como os diversos grupos sociais existentes interpretam um mesmo objeto de maneiras diferentes.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, Chico. *Chico Buarque de Holanda – Volume 2*.
Intérprete: Nara Leão. Rio de Janeiro: RGE, Som Livre, 1967. 1 CD.

BUARQUE, Chico. *Caravanas*. Intérprete: Chico Buarque. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2017. 1 CD.

GROUPE μ . *Principia Semiotica. Aux sources du sens*. Bruxelles: Les Impressions Nouvelles, 2015.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. *Sentir, saber, tornar-se: estudo semiótico do percurso entre o sensório e a identidade narrativa*. São Paulo: Humanitas, 2016.

CHARGE VIRTUAL EM SALA DE AULA: UMA PROPOSTA DE LEITURA

Aryane Amelia de Paula Souza¹

Helena Maria Ferreira²

INTRODUÇÃO

Em função da multiplicidade de gêneros textuais que circulam na sociedade e que, por consequência, passam a integrar o cotidiano das salas de aulas, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de textualização de uma charge virtual, já que ainda são incipientes análises desse gênero nas escolas. Entendemos que a busca de compreensão dos processos de constituição dos textos audiovisuais podem favorecer os processos de produção de sentidos e de aperfeiçoamento das habilidades de leitura. Se considerarmos que a presença de textos multissemióticos tem sido cada vez mais recorrente na escola, dadas as facilidades oferecidas pelos meios eletrônicos, que ampliam as possibilidades de produção, circulação e recepção de textos audiovisuais por meio de diferentes suportes, torna-se relevante problematizar questões ligadas à leitura nesse contexto.

Embora a coexistência de múltiplas linguagens sempre tenha integrado o processo de comunicação e interação humana, o reconhecimento em assumir outros sistemas, recursos semióticos ou linguagens/semioses como objetos de estudo, tanto para leitura,

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Federal de Lavras. E-mail: aapsouza@letras.ufla.br.

² Professora do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Lavras e do Programa de Mestrado Profissional em Educação/UFLA. Doutora em Linguística Aplicada. E-mail: helenaferreira@del.ufla.br. <http://lattes.cnpq.br/4670251806372445>.

quanto para produção textual (impressa e/ou digital), é recente e tem mobilizado diferentes pesquisas. Para Gomes (2018), esses textos multissemióticos exigem a reconfiguração das práticas de ensino de leitura nas escolas que ainda privilegiam a leitura de textos/enunciados nos quais predomina a modalidade verbal escrita da linguagem.

Nessa perspectiva, Oliveira (2015) destaca que ser um leitor/escritor proficiente não se limita no saber codificar/decodificar aspectos linguísticos do texto verbal e saber lidar com todas as características do contexto de produção e recepção dos textos, mas também saber interpretar todos os modos semióticos presentes no texto. Para o autor:

As construções multimodais usadas na charge animada permitem a observação de elementos sógnicos diversos e confluentes. O leitor se vale do áudio e das imagens visuais em movimento com suas expressões e gestos que imbricados ao verbal, ou seja, justapostos de forma agregada, contribuem para a construção ou reconstrução do sentido global. Os componentes de significação (imagens, sons, palavras, cores, etc.) são construtos semióticos imprescindíveis para a compreensão. [...] Esta semiose de palavras, imagens e sons produz uma ação retórica argumentativa numa confluência verbo-audiovisual que revela uma construção ideológica, ou seja, um ponto de vista sobre um determinado assunto (OLIVEIRA, 2015, p. 39).

Por meio do estudo de textos multissemióticos, é possível problematizar várias questões e usos da língua, pois eles são formas verbais escritas, orais e audiovisuais decorrentes de enunciados produzidos pela sociedade, determinados por uma composição, objetivos enunciativos e estilos produzidos por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas. Nesse âmbito, tratamos do processo de textualização, que contempla outros sistemas semióticos, tais como movimento, cores, sons, formas composicionais, que são constitutivos dos textos que circulam na sociedade da informação. Além disso, buscamos compreender os indiciamentos de sentido propiciados por essas semioses no projeto de dizer dos sujeitos-produtores.

Dessa feita, este artigo apresenta uma proposta de discussão acerca do trabalho com textos multissemióticos em sala de aula, a partir de uma análise dos processos de textualização da charge animada “*na Delegacia, noite dessas*”, assinada por Maurício Ricardo e publicada no site Charges.com.br.

Esperamos que o presente trabalho possa contribuir para uma reflexão acerca das múltiplas semioses constitutivas dos textos que circulam nas mídias sociais, de modo a apontar sinalizações para os diferentes recursos que contribuem para o processo de produção de sentidos e para a percepção dos projetos de dizer que emergem das charges animadas, dadas às peculiaridades de sua produção. Desse modo, o estudo dos processos de organização das semioses pode contribuir para processos de leitura menos intuitivos, já que a formação de leitores de textos multissemióticos implica, necessariamente, a incitação a questionamentos e reflexões acerca dos modos e dos contextos em que as semioses foram produzidas/recebidas.

DA CONSOLIDAÇÃO DOS GÊNEROS COMO OBJETO DE ENSINO

As discussões sobre os usos da linguagem e do trabalho com gêneros textuais têm sido recorrentes nas pesquisas e nas orientações teórico-metodológicas voltadas para o ensino de línguas. Nesse sentido, antes de discorrermos sobre o gênero charge, apresentaremos uma reflexão acerca da inserção dos gêneros como objeto de ensino.

Em conformidade com Marcuschi (2002, p. 32), “todos os textos se manifestam sempre num ou noutro gênero textual, um maior conhecimento do funcionamento dos gêneros textuais é importante tanto para a produção como para a compreensão”. A partir dessa afirmação, reiteramos que o trabalho com gêneros em sala de aula pode possibilitar um estudo da língua(gem) de modo mais significativo, propiciando a compreensão mais contextualizada dos modos de organização dos textos.

Vale destacar que os gêneros, enquanto objeto de ensino, tiveram sua expansão e sua consolidação a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no final dos anos 1990. De acordo com os PCN (BRASIL, 1998), o ensino por meio dos gêneros pode trazer várias contribuições para o estudo das práticas linguístico-discursivas, bem como para a compreensão dos contextos de produção, circulação e produção dos discursos, já que no cotidiano social circulam diferentes gêneros em suas diferentes funcionalidades. Nessa direção, Marcuschi (2002, p. 20) nos esclarece que:

Os gêneros surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e instrucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. Soa de difícil definição formal, devendo ser contemplados em seus usos e condicionamentos sociopragmáticos caracterizados como práticas sociodiscursivas (MARCUSCHI, 2002, p. 20).

Entre as várias características dos gêneros, podemos destacar a infinidade de exemplares, que integram as práticas de linguagem dos diferentes grupos sociais. Também podem sofrer variações na sua constituição e são dinâmicos. Como podemos perceber a partir da citação acima, os gêneros não são estagnados, eles vão se transmutando em outros gêneros e essas mudanças se acentuaram, de modo especial, a partir das inovações tecnológicas.

Os gêneros textuais podem ser entendidos como um mecanismo orientador para a produção e para a compreensão de textos/discursos, já que são constituídos a partir de/por características sócio-comunicativas definidas pelos conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica, dependendo da necessidade e dos objetivos específicos de se expressar de cada sujeito, tendo em vista um público determinado e uma situação comunicativa.

Diante do exposto, podemos considerar que todos os gêneros possuem função e características próprias, apresentando um objetivo comunicativo específico, o que lhe encaminha a um meio de

circulação próprio. Essa circulação abarca as circunstâncias em que normalmente é produzido o gênero, ou seja, onde, como, em que momento ele circula e se faz necessário. O processo de (re)conhecimento da situação social dos gêneros, de seu funcionamento na sociedade e em uma situação de interação pode viabilizar experiências de usos da linguagem mais aproximadas da vida dos alunos, ou seja, uma abordagem menos artificializada, notadamente, encontrada a partir da pedagogização dos textos.

Assim, conhecer que gêneros circulam, como e por que são produzidos, a quem se dirigem, qual é o projeto de dizer do produtor é condição fundamental para a formação de sujeitos críticos e para a ampliação de habilidades que promovem a proficiência linguístico e discursiva. Aprender a analisar as condições e os processos que regulam a circulação de textos em uma sociedade letrada possibilita saber identificar interlocutores, as funções do gênero e suas estruturas, usos linguísticos/semióticos.

A CHARGE VIRTUAL

As charges têm sua origem marcada por uma busca de apagamento do sujeito-autor, ou seja, pessoas opostas a governos ou críticos políticos que buscavam o anonimato. Apresentando uma configuração opinativa, notadamente caricatural, esse gênero busca retratar um acontecimento social, conjugando humor e crítica (SILVA, 2004). Nesse sentido, percebemos que as charges recuperam alguma notícia ou assunto da atualidade, incluindo uma crítica com humor, refletindo, assim, em uma opinião.

A charge virtual explora, recorrentemente, recursos do campo das mídias, videoanimações, por exemplo, para atrair a atenção do leitor. Esses recursos são, na maioria das vezes, meticulosamente explorados, de modo que cada semiose contribua para o processo de produção de sentidos, ou seja, as escolhas não são aleatórias. Assim, recuperar essas possibilidades de sentido são tarefas atribuídas aos sujeitos-leitores, que precisam atentar-se para a diversidade de detalhes, para as possibilidades de interpretação e para as estratégias

discursivas (discurso hiperbólico, recursos de construção do humor, crítica social, orientação argumentativa etc.).

Discorrendo sobre os gêneros multissemióticos, categoria em que a charge virtual se insere, Souza (2007, p. 50) postula que:

Os mecanismos multimodais (áudio, animação, texto verbal, etc.) servem de apoio para fixar, ainda mais, as construções ideológicas provenientes da crítica abordada nas charges. Os discursos propagados pelas personagens são moldados com base nos gestos, expressões faciais, objetos, cenário que complementa e (re)afirmam as práticas sociais estabelecidas pelas estruturas sócio-políticas que compõem a sociedade (SOUZA, 2007, p. 50).

A partir da citação podemos entender que, por englobarem diversos sistemas de signos, as charges induzem os leitores a questionar a inter-relação semântica e os signos constitutivos desse tipo de texto.

Nesse sentido, Vieira e Silvestre (2015) defendem que é relevante levar em consideração as transformações sociais e semióticas ocorridas na sociedade, com vistas à formação de sujeitos críticos. É nos textos multissemióticos que encontramos palavras, imagens, cores, brilho, sombra, luz, escolhas tipográficas, movimentos, enquadramentos, sons, ruídos etc. Segundo as autoras,

Para levar a efeito a análise multimodal, é necessário que tratemos dos modos semióticos, que descrevem como as semioses podem representar a verdade do mundo real; como as imagens constroem a realidade; como elas recortam o mundo e como intencionalmente podem omitir detalhes. (VIEIRA; SILVESTRE, 2015).

Nesse sentido, podemos considerar o fato “de que ser iletrado em linguagem visual denuncia vulnerabilidade social e baixo empowerment do sujeito” (VIEIRA; SILVESTRE, 2015, p. 43). Todos os recursos semióticos são construções culturais, ou seja, prestam-se para construir mundos simbólicos diferentes, levando em conta a intencionalidade e o objetivo do discurso, pois por meio das imagens presentes em um texto multimodal, os produtores podem

construir referências diretas ou indiretas à realidade social. Nessa direção, podemos considerar que charge é um exemplo de um gênero multissemióticos, pois há a conjugação de variados modos semióticos: presença/ausência de áudios, cores, imagens, sons e movimentos se constituem como elementos indiciadores de sentido, que orienta o processo de interpretação e dinamiza as interações. Vale ressaltar que tanto os recursos de áudio (entonações, pausas, onomatopeias, ruídos, sons) quanto os movimentos (duração, corte, aproximação de cenas, expressões faciais, angulação, enquadramento) dão vida aos personagens de uma charge. Por das expressões faciais, os personagens demonstram sentimentos e emoções e por meio das imagens há o desvelamento de posicionamentos. A charge animada é construída por várias imagens em sequência, o que permite a exploração de tempos e espaços discursivos, dimensionados na perspectiva do tempo/espço da narração, das cenas, da recepção etc.

De acordo com Silva (2010):

O tempo, que se atrela ao discurso como consequência da organização sequencial dos elementos, também emprega à charge alargamento de suas possibilidades de abordagem temática, ou seja, ‘podemos produzir sentido (e o tempo está intrínseco na produção de sentidos) através da dialética dos elementos das imagens’ (LAURENTIZ, 2002, p. 142). Isso quer dizer que, em uma única peça virtual, podem ser referenciadas mais temas ou assuntos do que se verifica naquelas charges impressas (SILVA, 2010, p. 53).

Para além da constituição organizacional, a charge se caracteriza por abordar assuntos do cotidiano social de forma bem-humorada, incita um posicionamento crítico em relação a uma questão social e busca “um sentimento de adesão que pode culminar com um processo de mobilização” (MIANI, 2002, p. 11).

Diante do exposto, podemos considerar que a charge é uma espécie de crônica humorística e tem caráter crítico, provoca o divertido, o qual é obtido por meio do exagero. Com a era digital, esse gênero ganhou outras proporções, para além do impresso, surgiram as charges virtuais, que se transmutam do meio estático

para uma formação mais animada, com diferentes efeitos, que incitam o interesse dos leitores, que acentuam os recursos de humor, que ampliam os mecanismos de expressividade. Souza (2007, p. 8) afirma que “elas vão se diferenciar das charges impressas por fazerem uso de recursos audiovisuais proporcionados pela tecnologia”.

De um modo geral, a charge não foca o acontecimento em si, mas direciona-se para a questão da recepção por parte do leitor, ou seja, busca provocar no leitor uma reação em relação a determinadas ideologias que envolvem o cotidiano social. Isso exige um conhecimento de mundo e referências anteriores sobre a questão abordada na charge, que precisam ser mobilizados pelo leitor. O leitor deve desvendar também a presença de humor, de sátira e de ironia, identificar a crítica e os recursos utilizados para a construção da argumentação (seja eles verbais, sejam eles não verbais), compreender as relações intertextuais emanadas de outros textos e de perceber os elos entre a construção ficcional e o fatos/acontecimentos cotidianos. (ROMUALDO, 2000).

Assim, na charge animada, a sequência de cenas normalmente culmina na busca de uma reflexão por parte do leitor. De acordo com Silva (2010, p. 29),

a crítica construída na charge virtual pode ser uma resposta ou reação a outros discursos ou mesmo situações sociais que podem ser expressas nitidamente no desenho ou estar presentes intrinsecamente na enunciação. Mesmo nas representações gráficas dos personagens ou das situações está presente a heterogeneidade e o dialogismo na construção de uma relação de intercompreensão, na medida em que são construídas as vozes do discurso (SILVA, 2010, p. 29).

A charge caracteriza-se pela interatividade, pois estimula o leitor a dialogar com ela, a partir de seus conhecimentos intertextuais, para interpretá-la e compreendê-la. A charge virtual é mais interativa e cômica, pois ao retratar os personagens reais, as vozes e os gestos são também caricaturizados, acentuando os efeitos de humor. O humor, nesse caso, não se limita a provocar riso, mas busca provocar uma indagação das estruturas sociais, a partir da

quebra de expectativa em relação ao que é apresentado no início do enredo.

A animação, a música e efeitos sonoros contribuem para conferir uma impressão mais realística aos fatos/acontecimentos. De acordo com Miani (2002, p. 12), é expressando opinião que a charge “revela toda a sua potencialidade política e ideológica enquanto manifestação de linguagem.” Nesse sentido, a charge virtual é um texto multissemiótico, que explora questões ideológicas, a partir de episódios do cotidiano social e utiliza diferentes recursos linguístico-semiótico-discursivos na constituição do projeto de dizer e para a organização do processo de indiciamentos de sentido.

ANÁLISE DA CHARGE

Além da pesquisa teórica apresentada anteriormente, este capítulo apresenta uma proposta de análise de uma charge virtual, intitulada *Na delegacia... noite dessas*, de Maurício Ricardo, retirada do site www.charges.com.br, que aborda o tema da violência contra mulher. Ao buscarmos analisar o processo de textualização da charge em questão, podemos considerar que o enredo acontece em um ambiente de uma delegacia. As cenas são organizadas em dois momentos:

Etapas	Processos	Produção
1ª momento: a vítima (mulher) e o agressor na delegacia, sendo interrogados pelo investigador.	Violência contra mulher (submissa, fragilizada, com medo)	Comparação entre os tipos de violência. O agressor da cena 1 é reintroduzido na cena 2 na condição de vítima

<p>2ª momento: a vítima (torcedor do Corinthians) e o agressor na delegacia (torcedor do Palmeiras), sendo interrogados pelo investigador.</p>	<p>Violência contra times rivais (domínio, comando, força)</p>	<p>para que seja problematizada a questão da violência da mulher em relação a outros tipos de violência social.</p>
--	--	---

Ainda em relação ao processo de textualização, merece destaque também o espaço: as cenas acontecem em uma delegacia. A escolha do espaço não é aleatória, ela representa uma estratégia para dar maior credibilidade ao fato narrado. Na construção desse espaço merece destaque a predominância da cor verde. Segundo Stamato, Staffa, Von Zeidler (2013, p. 10), “quando determina uma cor como dominante, o diretor está escolhendo minimizar ou amplificar determinados conceitos.” Assim, a cor verde, no contexto midiático, sugere esperança e segurança. Desse modo, parece ser possível inferir que o espaço se configura como um lugar potencial para a minimização das violências.

Além disso, a esperança e a segurança podem ser percebidas a partir do interrogatório feito pelo delegado, que busca não constranger as vítimas, uma vez que o diálogo é direcionado aos agressores, com argumentos que não culpabilizam as vítimas.

No processo de textualização, a interação entre personagens acontece com o delegado posicionado de costas para os leitores-espectadores e os personagens agressores e vítimas de frente, o que permite o acesso às expressões faciais, gestos, olhares etc. Os produtores fazem uso da estratégia de utilização de um mesmo diálogo nas duas cenas, o que parece ser possível inferir que o segundo diálogo exerce uma função crítica, qual seja, a diminuição da violência contra a mulher, notadamente reiterada na sociedade.

<p>Cena 1: Personagem 1- agressor: a culpa foi dela doutor, olhe a roupa! Personagem 2 — delegado: mas</p>	<p>Cena 2: Personagem 3- agressor-torcedor: a culpa foi dele doutor, olhe a roupa! Personagem 2 — delegado: mas ele</p>
--	---

<p>ela se dirigiu ao senhor?</p> <p>Personagem 1- agressor: não!</p> <p>Personagem 2 — delegado: olhou para o senhor?</p> <p>Personagem 1- agressor: não, mas a roupa já é uma provocação!</p> <p>Personagem 2 — delegado: provocação por quê?</p> <p>Personagem 1- agressor: porque ela vestida desse jeito, me viu com os meus brothers e não atravessou a rua!</p> <p>Personagem 2 — delegado: mas ela não era obrigada a atravessar a rua...</p> <p>Personagem 1- agressor: Frescura dela, doutor, mal encostei hehehehehe (riso)</p>	<p>se dirigiu ao senhor?</p> <p>Personagem 3- agressor-torcedor: não!</p> <p>Personagem 2 — delegado: olhou para o senhor?</p> <p>Personagem 3- agressor-torcedor: não, mas a roupa já é uma provocação!</p> <p>Personagem 2 — delegado: provocação por quê?</p> <p>Personagem 3- agressor-torcedor: porque ele vestido desse jeito, me viu com os meus brothers e não atravessou a rua!</p> <p>Personagem 2 — delegado: mas ele não era obrigado a atravessar a rua!</p> <p>Personagem 3- agressor-torcedor: Frescura dele, doutor, eu mal encostei!</p> <p>Personagem 4: vítima: hãm...hãm...hãm... (reclamação)</p>
<p>Mensagem final: Respeito, sem ele não há humanidade...</p>	

O diálogo evidencia que a intenção discursiva dos produtores se direciona para a problematização do discurso de violência contra a mulher. Para tal, uma situação semelhante é colocada em jogo — a violência entre torcedores de times de futebol. Nesse sentido, as pistas deixadas para a interpretação permitem inferir que há a assunção de um ponto de vista voltado para a culpabilização dos agressores, em detrimento de justificativas recorrentemente atribuídas às vítimas. A estratégia discursiva da repetição “não se constitui como um problema. Ela é uma estratégia utilizada na interação para a expansão de novos e crescentes significados; a retomada se dá no plano formal e não no do significado. Repetir não é dizer o mesmo (OLIVEIRA, 1998, p. 41). Nesse sentido,

Marcuschi (2001, p. 14) complementa que “esse caráter multifuncional da repetição manifesta-se não só na sua contribuição para a formatação linguística do discurso e nos temas nele tratados, mas também na organização das relações entre os interlocutores.” Atentar-se para a relevância da estratégia da repetição para a construção da textualização da charge parece-nos ser um procedimento essencial para o entendimento da crítica proposta pelo texto.

Na dimensão discursiva, merecem destaque também expressões cristalizadas no cotidiano social, tais como “a culpa foi dele(a) doutor”, “olhe a roupa”, “a roupa já é uma provocação”, “ela/ele vestida/o desse jeito”, “não atravessou a rua”, “frescura dela/e”, “mal encostei”, que transferem para as vítimas a culpabilização pelos atos de assédio praticados por agressores. Essa questão é também abordada por Souza (2007):

Os discursos propagados nas CVs criam um ambiente propício para a construção de identidades através da utilização de traços estereotipados que são vinculados às personagens. As escolhas linguísticas atribuídas pelo autor às personagens, bem como as escolhas dos diversos meios (animação — dança, gestos, expressões faciais -, cores, roupas, acessórios etc) que complementam o texto verbal, são regidas com base nas idéias “cristalizadoras” vigentes em nossas práticas sociais, pois, inevitavelmente, estamos expostos a constantes rotulações por parte da sociedade. (SOUZA, 2007, p. 122)

A construção dos personagens também integra o processo de textualização. Na primeira cena, evidenciam-se as formas de representação da mulher — bonita, com roupa decotada, cabelos lisos azuis, corpo escultural - que, recorrentemente, são tomadas como referências para a provocação de atitudes de assédio. O chargista faz uso da imagem feminina estereotipada que coincide com o imaginário cultuado na contemporaneidade. Os contornos da personagem feminina são acentuados para representar como a “gostosona”, “malhada”, “siliconada” etc... Na segunda cena, destacam-se as tradicionais camisas de futebol também são

motivadoras de brigas entre torcidas, além das representações masculinas: homens carecas, de meia-idade, em que a oposição fraco/forte (franzino/musculoso) se sobreleva. Aqui, os gestos apresentam-se como recursos indiciadores de sentido, a posição de assertividade (mãos em punho) dos depoentes e a posição de submissão/ (braços cruzados/abaixados) das vítimas.

Ao final da charge, aparece a mensagem “Respeito: sem ele não há humanidade”, o que representa uma estratégia discursiva para congregar as duas cenas constitutivas do enredo. A cor vermelha utilizada para a frase destaca a mensagem proposta pelos produtores e a tipografia da palavra “respeito” a coloca em evidência em relação ao restante da construção fraseológica. Desse modo, podemos reiterar que os recursos semióticos podem ser considerados como modalizadores, pois evidenciam uma marca autoral.

Nesse contexto, o olhar para os diferentes recursos semióticos podem nos permitir ver além das “aparências”. Na medida em que assumimos que a textualização de uma charge virtual envolve outras concepções de texto e de sujeitos — e, decisivamente — de mundo, reconhecemos a necessidade de um esforço teórico-epistêmico-metodológico que se desloca não somente da compreensão conceitual do gênero em si, mas da discussão ética, pedagógica e sociológica sobre a constituição dos sujeitos-leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi apresentar uma discussão sobre a charge virtual *Na delegacia... noite dessas...*, e provocar uma reflexão acerca das diferentes semioses para o processo de produção de sentidos. Para a consecução do objetivo proposto, consideramos válido discorrer sobre os gêneros textuais e a sua consolidação como objeto de ensino. Nesse sentido, enfatizamos que o trabalho com gêneros textuais em sala de aula possibilita um processo de compreensão do funcionamento dos textos na sociedade, consideradas as funções sociais, a organização composicional, o conteúdo temático e os estilos de linguagem. Esse reconhecimento

permite viabilizar experiências de usos da linguagem que, efetivamente, contribuam para a ampliação de habilidades que relacionadas aos multiletramentos.

Nessa direção, as charges virtuais podem contribuir para a ampliação de habilidades, uma vez que mobilizam o interesse dos alunos e oferecem uma possibilidade para discussão de temáticas que integram o cotidiano social. Além disso, apresentam uma configuração composta por sistemas sígnicos diversos, o que favorece uma leitura mais ampliada dos indiciamentos de sentido das diferentes semioses.

Assim, conhecer que gêneros circulam, como e por que são produzidos, a quem se dirigem, qual é o projeto de dizer do produtor é condição fundamental para a formação de sujeitos críticos e para a ampliação de habilidades que promovem a proficiência linguístico e discursiva. Aprender a analisar as condições e os processos que regulam a circulação de textos em uma sociedade letrada possibilita saber identificar interlocutores, as funções do gênero e suas estruturas, usos linguísticos/semióticos.

Além dessas questões, as charges oferecem possibilidades para a percepção de recursos de linguagem bastante elaborados, tais como estratégias de humor, construções subliminares, metáforas visuais, construções semânticas (implícitos, pressuposições, etc.), discursos hiperbólicos e processos caricaturais. Por meio da leitura de charges virtuais é possível explorar diferentes configurações de linguagens, que permitem um deslocamento das práticas de leitura centradas, predominantemente, na modalidade verbal, viabilizando um dimensionamento das questões culturais, estéticas, científicos, técnicas, artísticas integrantes dos textos multissemióticos, o que pode minimizar leituras realizadas de modo intuitivo ou ingênuo. A consideração das relações estabelecidas entre os elementos constitutivos e das referencialidades dos sentidos presentes nas charges pode permite um enfrentamento da complexidade inerente ao processo de leitura de imagens em movimento, viabilizando a formação de um leitor mais crítico e mais sensível.

Nesse sentido, consideramos pertinente destacar que é função da escola e do professor possibilitar momentos de análise de textos multissemióticos que possam favorecer a ampliação de habilidades de usos da língua por parte dos alunos, promovendo o aperfeiçoamento das estratégias para uma compreensão mais ampla dos textos, bem como uma percepção dos efeitos de sentido possibilitados pelas diferentes semioses.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Editora Cortez, 2001. 133p.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.
- MIANI, R. A. *A utilização das HQ nos processos de formação e organização políticas dos trabalhadores veiculadas pela imprensa sindical*. Escola de Comunicações e Artes — Universidade de São Paulo, 2013.
- OLIVEIRA, M. R. *Repetição em diálogos: análise funcional da conversação*. Niterói: EDUFF, 1998.
- OLIVEIRA, J. F. de. *A Multimodalidade da charge animada e seu uso em sala de aula*. (Dissertação). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- ROMUALDO, E. C. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo*. Maringá: Eduem, 2000.
- SILVA, C. L. M. *O trabalho com charges em sala de aula*. Pelotas: UFRGS, 2004.

SILVA, M. R. *Charges virtuais, narração e interculturalidade*. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Estudos Interculturais) - Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

SOUZA, H. V. A. *A charge virtual e a construção de identidades*. Dissertação – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

STAMATO, A. B. T.; STAFFA, G.; VON ZEIDLER, J. P. A Influência das Cores na Construção Audiovisual. *Intercom: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação – Bauru - SP – 03 a 05/07/2013*.

VIEIRA, J.; SILVESTRE, C. *Introdução à Multimodalidade: Contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica, Semiótica Social – Brasília, DF: J. Antunes Vieira, 2015*.

DISCURSOS MUDIÁTICOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E COMO ELES CONTRIBUEM PARA A (PERMANÊNCIA DA) VIOLÊNCIA MACHISTA

Bianca M. Q. Damacena¹

INTRODUÇÃO

Quando se fala em violência contra a mulher, é preciso levar em consideração que ela se apresenta em várias formas. Existe a violência institucional, que é cometida pelo Estado, como quando não se assegura o protagonismo e a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio de políticas públicas, ou quando não se garante equidade no trabalho doméstico ou no remunerado. Assédio, exploração sexual, estupro, tortura, violência psicológica, agressões por parceiros ou familiares, perseguição, feminicídio. De várias formas e intensidades, a violência contra as mulheres continua acontecendo sistematicamente e está presente no mundo todo, motivando gravíssimas violações de direitos humanos e crimes hediondos.

Entretanto, é preciso ter em mente que nem os discursos e muito menos as formas de violência surgiram hoje. Eles são fruto de uma construção histórica do papel da mulher na sociedade e, portanto, para entender como é que as mulheres ainda sofrem com tanta violência, ou como é que discursos machistas continuam sendo reproduzidos, inclusive em manchetes de jornais, é preciso refletir sobre os processos históricos que geraram essa situação. Aliás, historicamente, a mídia é uma grande aliada da reprodução de discursos machistas sobre as mulheres.

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem pelo PPG Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: bianca.damacena@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8409526794416337>.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo debater questões que fazem com que as desigualdades de gênero no sistema capitalista existam e contribuam para que às mulheres seja relegado um papel inferior ao do homem, resultando nas diversas formas de violência. Além disso, nosso objetivo é mostrar como manchetes de jornais que tratam a violência contra a mulher de forma secundarizada contribuem para que o mito da inferioridade feminina continue pairando nas relações sociais e, portanto, para a permanência da violência machista. Para tanto, nosso trabalho se filia à Análise do Discurso (AD) de origem francesa, com vistas a pensar essas manchetes numa perspectiva sócio-histórica e ideológica.

A Análise do Discurso de origem francesa é considerada uma disciplina de entremeio que articula três regiões do conhecimento científico, a saber: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. Isso quer dizer, entre outras coisas, que os sentidos, em AD, dependem de determinações históricas e ideológicas. Dessa forma, pensar sobre o funcionamento da ideologia na produção de discursos, no caso, de manchetes de jornal, é de suma importância.

IDEOLOGIA EM PÊCHEUX: A QUESTÃO DO DISCURSO

É a partir dos estudos de Althusser, em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, que Pêcheux vai pensar uma teoria materialista do discurso com enfoque na descentralização do sujeito. Para o autor, seguindo na esteira de Althusser, a ideologia é uma das condições de reprodução da base econômica e, a partir daí, ele vai desenvolver uma teoria que pensa o discurso como um processo atravessado pela História e pela Ideologia e que envolve indivíduos, ou melhor, sujeitos do discurso, afetados e constituídos por questões sociais, ideológicas e históricas, e que acreditam ser a origem do que dizem, mas não são.

Para tanto, Pêcheux (2014a; 2014b) foca em dois aspectos da teoria de Althusser: na tese de que indivíduos são interpelados em sujeitos e no conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). O questionamento que perpassa os estudos de Pêcheux é que se, de

fato, no seio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, a ideologia transforma indivíduos em sujeitos, é preciso entender como é que os indivíduos aceitam como óbvio, ou não, o sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem e escrevem, e se tornam, assim, sujeitos.

Pêcheux (2014b) retoma Althusser para lembrar que, apesar da ideologia dominante se realizar pela instauração de AIEs, estes não são um instrumento exclusivo da classe dominante para reproduzir as relações de produção existentes, pois “os AIEs constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista)” (PÊCHEUX, 2014b, p. 131). As condições de reprodução/transformação, então, são formadas, num dado momento histórico e numa dada formação social, pelo conjunto complexo dos AIEs que estão dentro dessa formação social.

Ainda com base em Althusser, Pêcheux (2014a) toma o conceito de assujeitamento do sujeito também. Ele vai dizer que o funcionamento da ideologia, no que tange a reprodução das relações de produção, se dá a partir da interpelação dos sujeitos. Ou seja, o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico é essencialmente o que permite que as relações de produção sejam reproduzidas no interior dos AIEs, “de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (PÊCHEUX, 2014a, p. 162).

Para Pêcheux (2014), a ideologia existe materialmente sob a forma de *formações ideológicas*, que permitem entender como funcionam as instituições e, dentro delas, estão convivendo uma série de contradições e antagonismos. Pêcheux (2014), então, se vê na posição de questionar qual é, então, a relação entre ideologia e discurso. Para o autor, o discurso é uma das materialidades da ideologia, assim como é a História e as práticas sociais. A língua é a base onde se realizam os processos discursivos.

Com base no que precede sobre a materialidade discursiva, Pêcheux (2014) vai confirmar que as formações ideológicas estão inscritas nas formações sociais, mas que são determinadas através da

formação discursiva (FD)², dos lugares sociais que cada sujeito ocupa, e também estabelecem imagens que representam estes lugares. As formações discursivas não são as palavras em si, mas os discursos.

Ademais, as formações discursivas existem historicamente dentro de dadas relações de classes e, dessa forma, é importante salientar que elas não são estanques, ou seja, as FDs podem se transformar, ou até mesmo deixar de existir. Isso significa que elas podem fornecer elementos que resultam em novas formações discursivas, formando-se no seio de outras relações ideológicas, e colocando a possibilidade de surgimento de novas formações ideológicas.

Sendo assim, é importante lembrar que o autor defende que é através da linguagem que as formações ideológicas se revelam, de modo que os processos discursivos são responsáveis pelos efeitos de sentido, e é na língua que esses efeitos se realizam. Novamente, a língua é a materialidade do discurso que, por sua vez, é a materialidade da ideologia. Dessa forma, o surgimento de um sujeito do discurso para a AD está intimamente ligado aos conceitos de formação ideológica e formação discursiva uma vez que

os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes [...] por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Especificamos também que ‘a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina’ (PÊCHEUX, 2014b, p. 198).

Com base no exposto acima, Pêcheux (2014a; 2014b) defende que o indivíduo está sempre inserido em uma determinada ideologia,

² O conceito de formação discursiva em Pêcheux vem de Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber*. Trata-se, também, de um conceito que sofreu alterações ao longo do tempo, como pode ser visto, por exemplo, na obra *Discurso Comunista Endereçado aos Cristãos*, de Jean-Jacques Courtine. Não entraremos nesses aspectos no presente trabalho.

portanto, se a ideologia faz dos indivíduos sujeitos, o indivíduo é sempre sujeito dentro da formação social em que está inserido. Mas, num exercício de retornar para avançar, a interpelação se dá sempre através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas* que realizam dentro deste conjunto um papel desigual tanto para a reprodução quanto para a transformação das relações de produção. Essa ação desigual acontece em razão de características ditas “regionais” das formações ideológicas. Pêcheux (2014a) vai afirmar que as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes tanto para a reprodução quanto para a transformação.

Em seu percurso teórico, então, Pêcheux vai demonstrar a importância de se reconhecer o funcionamento da ideologia no seio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, e que esse funcionamento se dá através da interpelação dos indivíduos em sujeitos. Porém, o que se acrescenta é que existe uma materialidade através da qual esse assujeitamento acontece: o discurso. Este, por sua vez, se realiza por meio de formações discursivas diversas, contraditórias e antagônicas, contidas em formações ideológicas cujas características intrínsecas e inerentes as fazem igualmente contraditórias dentro dos AIEs. O choque entre essas formações ideológicas é uma das formas de realização da luta de classes cujo resultado pode ser a reprodução das relações de produção ou a sua transformação.

Antes de refletir sobre o AIE imprensa e como a ideologia machista funciona através das manchetes de jornais que tratam a violência contra a mulher modo secundarizado, é preciso pensar sobre a violência machista em si, sob uma perspectiva histórica, no âmbito do sistema capitalista. A próxima seção tratará disso.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA QUESTÃO DE MACHISMO

O regime capitalista, desde o seu advento, deixa bem clara a divisão da sociedade em classes em que uma explora a outra e, nesse sentido, para justificar essa lógica, ele lança mão da tradição, da ideia

de eternidade das posições sociais. Quer dizer, a eficácia da ideologia, nos termos de Pêcheux (2014a; 2014b), se dá no sentido de que as classes sociais são eternas, fruto de alguma entidade divina e, portanto, não há o que fazer para mudar. Dentro da divisão de classes, há divisão de gênero, por exemplo, que há muito já se tratava de uma justificativa para inferiorizar a mulher. Ela passa a configurar uma justificativa também dentro do sistema capitalista. Saffioti (2013) aponta que:

A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade [capitalista], uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. (SAFFIOTI, 2013, p. 66)

Tais obstáculos impedem que a mulher tenha uma integração social igualitária, porém, não agem com uniformidade. Essas barreiras são reguladas pelas necessidades da sociedade competitiva, de forma que “as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função [...] do estágio de desenvolvimento atingido por suas [do modo de produção vigente] forças produtivas” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Dessa forma, é possível perceber que o modo de produção capitalista lucra muito com o grande excedente de mão-de-obra feminina que fica à disposição e pode ser contratado a qualquer momento por valores inferiores aos dos homens. O funcionamento da ideologia machista, para retomar os termos de Pêcheux (2014a; 2014b), se dá na medida em que se dissemina a fraqueza física, a instabilidade emocional e a reduzida inteligência das mulheres, com o objetivo de caracterizar o trabalho feminino como secundário. Isto faz com que a mulher se torne elemento fundamental, por excelência, dos contingentes humanos diretamente marginalizados das funções produtivas. Assim, o capitalismo se fia, também, no mito da

inferioridade feminina. A questão é que esse mito vai ultrapassar as esferas econômicas e avançar para a esfera da violência.

Saffioti (2001) apresenta que a sociedade capitalista-patriarcal, num exercício de ideologia machista, coloca os homens no papel de detentores do poder de determinar o comportamento das categorias sociais (mulheres, adolescentes e crianças), e enfatiza que os homens exercem esse papel inclusive “recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2001, p. 115). A violência de gênero, portanto, “não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (SAFFIOTI, 2004, p. 81). Ou seja, as diversas formas de violência contra a mulher, como dito anteriormente, são fruto das ideologias machistas que colocam homens e mulheres em posições de desigualdade na sociedade. Assim, o funcionamento das ideologias machistas, de certa forma, permite aos homens qualquer coisa, às vezes abertamente, outras veladamente, inclusive que cometam violência para manter seus privilégios, o que vem acontecendo com certo sucesso, embora sempre haja resistência.

Conforme Rita Segato (2003), a violência tem papel crucial na reprodução da ordem do gênero de forma que fica evidente que a moral e o costume são indissociáveis da dimensão violenta do regime hierárquico. É possível, portanto, colocar que a violência contra a mulher em si é a ideologia machista funcionando dentro dos AIEs. Saffioti (2004) complementa dizendo que:

A ideologia [machista] constitui um relevante elemento de reificação, de alienação, de coisificação. Também constitui uma poderosa tecnologia de gênero, assim como “cinema, discursos institucionais, epistemologias e práticas”, estas últimas entendidas como as mais amplas práticas sociais e culturais. A alienação, em sua acepção de cisão, é alimentada pelas tecnologias de gênero, aí incluídas as ideologias. [...] não obstante a força e a eficácia política de todas as tecnologias sociais, especialmente as de gênero e, em seu seio, das ideologias de gênero, a violência ainda é necessária para manter o status quo. Isto não significa adesão ao uso da

violência, mas uma dolorosa constatação. (SAFFIOTI, 2004, p. 139)

Retomando a teoria de Althusser sobre os aparelhos ideológicos de estado, utilizada por Pêcheux (2014a; 2014b) para pensar o funcionamento da ideologia nos discursos, compreende-se que os AIEs são o local onde se realizam todas as ideologias. Se pensarmos em termos de machismo, são várias as instituições que durante séculos contribuem para que a mulher permaneça em posição inferior à do homem na sociedade de classes. Da Igreja Católica com Eva culpada pela expulsão do homem do paraíso, à legislação brasileira que até pouco tempo atrás permitia que homens pudessem cometer crime de honra em caso de adultério de suas esposas, todos colaboram, à sua maneira, para que o mito da inferioridade se mantenha, e junto com ele, as violências. Sendo assim, para retomar Pêcheux (2014a; 2014b), os discursos proferidos ao longo dos séculos e até os dias de hoje materializam a ideologia machista e contribuem para que a violência contra a mulher siga acontecendo. É aqui que entram as manchetes jornalísticas que tratam violência contra a mulher como algo de segundo plano, uma vez que, a imprensa é também considerada um Aparelho Ideológico de Estado.

REFLETINDO SOBRE UMA MANCHETE ESPECÍFICA

Todos os dias, os jornais veiculam notícias de mulheres assassinadas por companheiros, namorados, etc, ou que sofreram qualquer outro tipo de violência machista. Essa é uma realidade ainda muito presente na rotina das mulheres, em pleno século XXI. Por motivos de espaço, não será possível aqui analisar uma grande quantidade de manchetes. Tomaremos apenas uma para fazer uma breve análise, mas que pode ser repetida em muitos outros casos. Observemos a seguinte manchete: “Mulher nega sexo, apanha e é

suspeita de matar marido em Cariacica”, veiculada no jornal online Folha Vitória, em 30 de abril de 2016³.

A despeito do conteúdo da notícia, sabemos que uma manchete serve para chamar atenção dos leitores e, de certa forma, ela comporta uma espécie de resumo do que vai ser tratado no texto jornalístico. À primeira vista, o que se tem é uma mulher que assassinou seu marido. A manchete é construída em ordem cronológica, na voz ativa: primeiro a mulher se nega a transar com seu marido, depois ela apanha dele e, por fim, o mata. Essa escolha lexical coloca a mulher como agente de uma série de ações, culminando no assassinato de seu marido, o foco da manchete. Não é o marido que força sexo, depois bate na esposa e é assassinado (em legítima defesa). O que está mascarado é que, antes de assassinar o marido, a mulher havia sido vítima não de um, mas de dois tipos de violência: sexo forçado, ou seja, estupro, e violência física. A ação do marido que resulta em reação por legítima defesa da esposa é apagada na manchete e esse apagamento não é aleatório, ou sem querer. Ele é resultado do funcionamento da ideologia machista no AIE imprensa. Uma ideologia machista que não reconhece, por exemplo, o estupro conjugal uma vez que se confirma que um dos papéis da esposa é sim o de satisfazer seu marido sexualmente. Além disso, é uma manchete que apaga o sofrimento dessa mulher antes de tomar uma atitude desesperada.

Estamos, na realidade, observando a olho nu a eficácia das ideologias machistas sendo reproduzidas e reproduzindo-se num exercício cíclico praticamente sem fim, uma vez que, segundo Pêcheux (2014a; 2014b) a materialidade da ideologia é o discurso. E se o discurso “concretiza” um papel inferior às mulheres, naturalizando esses papéis, então a prática da violência machista se torna um vetor de mão dupla, cuja função é manter a relação de desigualdade, bem como as relações de produção do sistema

³ Notícia pode ser acessada em <https://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/04/2016/mulher-nega-sexo-apanha-e-e-suspeita-de-matar-marido-em-cariacica>.

capitalista, uma vez que, como visto anteriormente, este lucra bastante com o mito da inferioridade das mulheres.

A manchete em questão, ao discursivizar que as violências sofridas pela mulher estão em segundo plano, revela que a ideologia machista está sendo eficaz e, por outro lado, contribui para que esta situação de segundo plano seja naturalizada. Ao se naturalizar as violências contra a mulher, naturaliza-se também o papel de inferioridade relegado às mulheres, uma vez que indivíduos vão sendo assujeitados e reproduzem essa mesma lógica, inclusive a lógica da violência. É realmente um ciclo que precisa ser quebrado em defesa da vida das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a questão da violência contra a mulher, bem como sobre processos históricos e ideológicos em torno da construção do atual papel da mulher na sociedade ocidental, capitalista, que se diz democrática mas ainda é conivente com altos índices de violência, com salários mais baixos, ou seja, com uma posição de “segundo sexo” para as mulheres. Para tanto, foi necessário refletir sobre a relação entre ideologia e discurso. Ademais, selecionamos uma manchete de jornal para visualizar esta relação.

A Análise do Discurso, ao se propor como uma teoria materialista do discurso, compreende que os sentidos dependem de questões históricas e ideológicas e, portanto, coloca a necessidade de entender as circunstâncias em que os discursos são criados. Não só as circunstâncias imediatas, mas também as sócio-históricas. Por exemplo, para que possamos entender que em pleno século XXI as mulheres ainda sejam vítimas de violências diversas, é preciso entender como a ideologia machista foi funcionando ao longo do tempo, no regime capitalista, para que hoje em dia essa prática aconteça quase que naturalmente.

Com o advento do capitalismo, a situação da mulher é bastante desfavorável. A partir da leitura de textos de Saffioti, descobrimos

que, por determinações sócio-histórica e biológicas, ambas considerando a mulher como sexo frágil, seu papel na produção social fica limitado. Não é o suficiente para tirar completamente as mulheres do mercado de trabalho, mas justifica que elas façam parte de um grande contingente à espera de uma vaga, que seus salários sejam menores, entre outras coisas.

É possível compreender, também, que na medida em que rígidos papéis para homens e mulheres foram sendo historicamente determinados, a desigualdade de gênero foi se acentuando e, pode-se dizer que está na raiz dos sofrimentos físico, psicológico, estrutural, que atingem bilhões de mulheres em todas as classes. São violências que foram sendo historicamente construídas e que vigoram nos campos social, político, cultural, econômico, etc, e são reproduzidas no dia-a-dia, inclusive por meio de discursos aparentemente inofensivos, mas que, no fim, só contribuem para manter a mulher em uma posição inferior à do homem.

Nota-se que o papel relegado à mulher na sociedade capitalista, ocidental, atual, é uma construção histórica que começou há alguns séculos na medida em que as relações foram se transformando, a mulher foi perdendo prestígio na sociedade e, até os dias de hoje, exige-se que ela esteja dentro de casa, servindo. Apesar de algumas transformações e verdadeiros episódios de resistência que renderam às mulheres algumas vitórias, é o caráter histórico do machismo, que justifica que ainda hoje tenhamos que ler certas manchetes de jornal que tratam a violência contra a mulher como algo secundário e que, portanto, colaboram com a manutenção da mulher como “segundo sexo”. Ao se manter, discursivamente, a ideia de inferioridade da mulher com relação ao homem, a violência também continua. É o caso da manchete analisada aqui, que naturaliza o rígido papel relegado à esposa de servir sexualmente o seu marido. Ela se nega a fazer sexo, apanha e, ainda por cima, assassina o marido.

Ao fazer a reflexão sobre a teoria dos aparelhos ideológicos de estado, de Althusser, que inspirou Pêcheux na criação de sua teoria do discurso, entendemos que são os AIEs o lugar de funcionamento

das ideologias, onde, através de rituais, se concorre para a reprodução ou transformação da ideologia dominante. No caso das ideologias machistas, elas podem ser observadas em vários tipos de AIEs diferentes, como por exemplo, na Família, na Escola, na Igreja e também na Imprensa, como foi o caso analisado aqui neste artigo. E para que as ideologias sejam reproduzidas, elas precisam de um meio concreto, que é o discurso. É essa a relação entre discurso e ideologia. Dessa forma, entendemos que seguir refletindo sobre o funcionamento da ideologia machista dentro de AIEs, através da análise dos diversos discursos, em especial nos jornais e revistas, pode contribuir, e muito, para desvendar mais questões acerca da violência contra as mulheres e dos discursos que a permeiam, bem como auxiliar na desconstrução dessas práticas.

REFERÊNCIAS

- PÊCHEUX, Michel. *Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Décalages*: v. 1. 2004. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani [et al.]. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. p. 159-249.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2014b.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Cadernos Pagu* (16). Unicamp, 2001, p. 115-136.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SEGATO, Rita L. *Las estructuras elementales de la violencia - ensayos sobre gênero entre antropología, psicoanálisis y derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

EFEITOS DE SENTIDO E ELEMENTOS DE INTERTEXTUALIDADE NA CAMPANHA POLÍTICA D'A BALA, DE GERALDO ALCKMIN

Carlos Fabricio de Castro¹

Paulo Gerson Stefanello²

INTRODUÇÃO

No Brasil, o ano de 2018 foi marcado por severa tensão social a partir dos embates provocados durante as campanhas eleitorais, especialmente, aquelas dos candidatos à Presidência da República, que parecem ter definido concisamente a posição assumida pela população comum no que se refere à sua inclinação político-partidária e ideológica mais à esquerda e mais à direita.

Os discursos dos candidatos ao mais alto cargo da política nacional, muitas vezes estratégicos, envolvem o convencimento e a manipulação do eleitorado pelas atenuantes de seus programas de governo. A propaganda eleitoral seguiu como o meio de difusão mais rápida das ideias e valores de cada candidato a fim de angariar apoio e votos. Vale realçar, em vias de introdução, a pluralidade de plataformas e recursos midiáticos utilizados nesse ano de campanha, que marcaram espaço na televisão e no rádio, como já é costumeiro, e na internet, com ênfase para as mais diversas redes sociais, que garantem maior acesso às propostas de cada candidato, aos seus

¹ Graduando do curso de licenciatura em Letras hab. Português/Espanhol, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8648676H4>
Contato: carlinhosla@hotmail.com.

² Doutor em Linguística. Professor no curso de Letras hab. Português/Espanhol, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Contato: pgrstefanello@hotmail.com. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4485516E3>

pronunciamentos e a um conjunto interminável de juízos de valor que daí emergem.

As posições assumidas pelos candidatos e pelos eleitores durante as eleições presidenciais de 2018 ofereceram aos estudos linguísticos materiais riquíssimos a partir dos quais se verifica, sobretudo, a composição das relações ideológicas circulantes na sociedade geral e a própria formação do sujeito social e de sua visão de mundo, que se mostram presentes nas construções enunciativas.

Tendo isso em vista, este trabalho se voltará para uma propaganda eleitoral produzida pelo presidenciável Geraldo Alckmin, que circulou em múltiplas plataformas de mídia, e cuja campanha publicitária intitulou-se *A bala*. Essa repercussão deveu-se a dois fenômenos intertextuais: o primeiro consiste em um diálogo direto contra as falas e propostas governamentais de outro presidenciável à época, Jair Bolsonaro, que venceu a corrida eleitoral tendo como proposta mais conhecida a liberação do porte de armas de fogo aos cidadãos comuns. O segundo, para o qual o foco deste estudo se direciona com especial cuidado, consiste na apropriação que se fez de outro comercial, a campanha *Kill the gun*, produzida pela agência AMV/BBDO, de Londres, patrocinada e encomendada pela rádio local Choice FM. Os dois comerciais defendem que o acesso mais facilitado a armas de fogo pela população comum teriam consequências essencialmente negativas para a sociedade.

A análise dos materiais aos quais se dedica este estudo abrangerá, ademais da noção de intertextualidade, os conceitos de dialogismo e de polifonia (BAKHTIN, 2004; BRAIT, 2003) em comunhão com os processos de tematização e de figurativização que compõem a semântica discursiva do percurso gerativo de sentido (BARROS; FIORIN, 2003). Deste modo, pretendemos verificar como se desenvolve o percurso semiótico que responde pela construção de alguns sentidos que se manifestam, particularmente, entre o comercial da campanha inglesa e o comercial político brasileiro.

AS VOZES PRESENTES NOS TEXTOS

Em uma propaganda política, o texto não se caracteriza unicamente como um instrumento de convencimento do eleitorado a partir da condensação de uma ou mais ideias de um candidato. Nele também se pode demonstrar, através da escolha dos elementos que a compõem, a sua leitura de mundo, suas visões e impressões, que serão transmitidas ao interlocutor, empoderando-o, de certa forma, e ressaltando sua competência de sujeito capaz de tomar decisões. A linguagem empregada no texto envolve uma complexa formação ideológica e discursiva.

O texto é considerado hoje tanto como um objeto de significação, ou seja, como um ‘tecido’ organizado e estruturado, quanto um objeto de comunicação, ou melhor, objeto de uma cultura, cujo sentido depende do contexto sócio-histórico (BARROS, 2003, p. 2).

Valendo-se de uma linguagem simplificada, acessível ao maior número possível de interlocutores, uma propaganda política costuma apresentar discursos quase didáticos para tratar um elemento principal, estrutural, sobre o qual recai toda uma carga de sentidos vinculados a outros discursos vigentes na sociedade.

A questão da arma de fogo juntamente com o discurso da violência consiste em uma superposição textual que faz com que se desenvolva um processo semiótico que fará dado enunciado significar.

[...] toda expressão semiótica exterior, por exemplo, a enunciação, pode assumir duas orientações: ou em direção ao sujeito, ou, a partir dele, em direção à ideologia. No primeiro caso, a enunciação tem por objetivo traduzir em signos exteriores os signos interiores, e exigir do interlocutor que ele os relacione a um contexto interior, o que constitui um ato de compreensão puramente psicológico. No outro caso, o que se requer é uma compreensão ideológica, objetiva e concreta, da enunciação (BAKHTIN, 2004, p. 60).

Nesse sentido, podemos verificar a importância que tem o contexto sobre qualquer prática enunciativa. Ele determinará o

emprego e as escolhas na narrativa, enquanto método de abordagem na construção discursiva e semiótica, pressupondo as interpretações do interlocutor ao entrar em contato com esse gênero de texto. É fundamental, portanto, a relação entre enunciador e enunciatário, do/no texto e das/nas intertextualidades.

Toda atividade enunciativa se dá, de início, extralinguisticamente, num espaço visível e de comum acordo entre os enunciadores, com vistas a formalizar uma avaliação e a representação de algo comum. Concomitantemente, instancia-se o “nascimento do enunciado”, pois é preciso representá-lo, principalmente no domínio material do texto (manifestado ou concreto), estruturando-o e revestindo-se na estrutura semiótica, como bem sintetiza Brait (2003), a seguir:

[...] o discurso, forma histórica e falante, faz-se ouvir através de inúmeras vozes, dirige-se a um interlocutor e impõe uma atitude dialógica, a fim de que os vários sentidos, distribuídos entre as vozes, possam aflorar. Nessa perspectiva, o discurso, e seu concerto incessante produção de sentidos e efeitos de sentido, não é jamais um objeto pacífico e passível de submissão ao monologismo de uma teoria acabada (BRAIT, 2003, p. 16).

Nas vozes que se fazem ouvir nos discursos de várias formas, estão contidos os elementos de alusão e estilização intertextuais e interdiscursivos. É em virtude disso que as condições de produção de cada uma das duas propagandas em questão — a inglesa e a brasileira — devem ser discutidas considerando os seus respectivos campos de circulação.

Essa exterioridade, que chamamos de condições de produção [...] deve incluir fatores da situação imediata ou situação de enunciação (contexto de situação, no sentido estrito) como os fatores do contexto sócio-histórico, ideológico (que é o contexto de situação, no sentido lato). A distinção dessas duas espécies de contexto situação — *o imediato*, ou de enunciação, e o amplo ou sócio-histórico, ideológico — está refletida nas diferentes formas com que se constituem as diversas tipologias. O que significa dizer que pensar a sistematicidade do objeto da análise de discurso é refletir

sobre a questão da tipologia e, necessariamente, sobre o estatuto das diferentes espécies de contexto (ORLANDI, 2011, p. 218).

Analisando os aspectos em comum entre as duas propagandas, é necessário deixar claro que no contexto inglês o armamento é legal, diferentemente do caso brasileiro, nele também os serviços públicos funcionam de maneira distinta, sobretudo no que se refere à segurança pública. Ainda assim, realçamos que a arma de fogo se caracteriza como um signo universal, tendendo a formar no imaginário coletivo tanto a ideia de proteção como a de poder que um indivíduo adquire juntamente com a arma de fogo.

Dessa forma, o item seguinte irá se preocupar com o aprofundamento em algumas características que constroem a perspectiva dialógica da linguagem, a fim de tornar possível a identificação e a formação de alguns sentidos a partir de outras vozes que integram o nosso dizer, e, mais especificamente, que integram os dizeres da propaganda brasileira veiculada durante a campanha eleitoral do então candidato Geraldo Alckmin à Presidência do Brasil.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DIALÓGICAS E A INTERTEXTUALIDADE

O dialogismo pode ser compreendido como o espaço interacional entre o *eu* e o *outro*, no texto. O papel do outro na nossa fala é fundamental para compreendermos que ela não é nossa, de fato, mas constitui-se e significa, precisamente, no espaço interacional. Dessa maneira, outra(s) voz(es) devem ser vistas como pertencentes ao dizer que, culturalmente, chamamos de nosso, bem como devem ser essenciais nos processos de interpretação textual. (BARROS; FIORIN, 2003).

A teoria dialógica bakhtiniana, assumida para o desenvolvimento deste trabalho, compreenderá, mais particularmente, o dialogismo composicional. Fiorin (2008) entende o dialogismo composicional como aquele em que há incorporação de

outras vozes contidas em outros enunciados, não necessariamente apresentadas no fio do discurso, como ocorre no dialogismo constitutivo, mas arranjadas sobre outro enunciado, de modo que não fique claro quando se trata de um ou de outro. A esse fenômeno se dá o nome de bivocalidade, e é, possivelmente, a característica mais relevante que caracteriza a relação entre as duas propagandas analisadas.

Há mais do que mera semelhança entre as duas propagandas. A versão brasileira quase consiste em uma cópia da versão original inglesa, no entanto, elas significam diferentemente, à medida que partem de realidades distintas uma da outra.

No âmbito do jogo entre duas vozes, Blikstein (1999) aponta para a existência de uma ilusão referencial, em que é necessária a constituição de uma relação filológico-semiótica para perceber como essas vozes são detectadas pela “redes de isotopias”, ou seja, nos textos e nos discursos numa certa ordem na organização. O autor explica o seguinte:

O enunciatador leva o destinatário a dois níveis de decodificação: um, no plano da superfície, em que se capta o referente X (“ilusório”); o outro, na estrutura profunda do intertexto, em que se absorve inconscientemente, o referente Y (correspondente às “reais” intenções do enunciatador). (BLISKSTEIN, 1999, p. 45).

Com isso, é possível perceber a intencionalidade do candidato brasileiro Geraldo Alckmin em não somente referenciar sua proposta como plano de suas intenções (superfície), mas, ao mesmo tempo, em responder ao opositor principal, Jair Bolsonaro, partindo de um texto anterior para se produzir essa “rede de isotopias” (BLIKSTEIN, 1999, p. 45) que modifica ou delimita o conjunto das vozes.

Com sua propaganda, o candidato à Presidência da República faz uma tentativa de anular a voz de outro oponente (opositor), na qual desconstrói a expectativa de que a arma de fogo traria soluções ou medidas efetivas e, em lugar disso, a substitui por outras propostas, relativas aos serviços públicos representados pelos

diversos elementos e objetos inscritos com as palavras-chave de suas propostas.

Indiretamente, o candidato alcança o opositor, sem citar seu nome em qualquer momento e sem valer-se da materialidade de suas falas repercutidas negativamente, mostrando-se oposto à ideia de que o armamento da população comum reduziria a violência no país.

Essa ação se dá através das vozes que acompanham as representações, na existência de “outro referente se movendo na intertextualidade”, como descreve Blisktein (1999, p. 46), materializadas pelo texto não verbal da propaganda, que contextualiza o texto verbal, haja vista que ambos figuram em todos os quadros do vídeo.

A propósito da associação de textos verbais e não verbais na propaganda política brasileira, é válido observar que a verbalidade se encarrega de elementos como *desemprego*, *fome*, *analfabetismo* e *falta de saneamento*, por exemplo, ao passo que as figuras compõem o aspecto temático. Juntos, o verbal e o não verbal encarregam-se da passagem de um valor eufórico, haja vista que figurativizam questões que devem ser tratadas na sua especificidade, para um valor disfórico quando *a bala* (o projétil) entra em cena, destruindo as figuras.

O mesmo ocorre com a propaganda inglesa, contudo, os elementos figurativizados que são destruídos fazem parte, culturalmente, do café da manhã do cidadão britânico, a saber, ketchup, ovo, leite, melancia. No caso brasileiro, outras figuras como a bolsa de sangue rotulada pelo dizer *filas na saúde* e os livros rotulados por *analfabetismo*, por exemplo, trazem ao contexto nacional a complexidade de questões de âmbito social e político. Isto é, enquanto uma das publicidades realça elementos que fazem parte do contexto inglês, a outra realça aqueles que faltam ou são deficientes no cenário brasileiro.

As figuras são distintas, os problemas a que se associam também o são, mas o projétil se faz presente nas duas situações. A clara relação intertextual que aproxima as propagandas ora analisada configura um mecanismo de alusão, no qual

não se citam as palavras (todas ou quase todas), mas reproduzem-se construções sintáticas em que certas figuras são substituídas por outras, sendo que todas mantêm relações hiperonímicas com o mesmo hiperônimo ou são figurativizações do mesmo tema (FIORIN, 2003, p. 31).

Sendo o processo das intertextualidades, ainda, “uma incorporação de um texto a outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo”, (FIORIN (2003, p. 35), não se pode perder de vista a *estilização* a partir da propaganda brasileira. O estilo contido na sua construção, determinado por formações ideológicas, direciona ideologias e semioses no fenômeno linguístico e produz novos textos para o interlocutor, ainda que as vozes presentes na estilização apresentem “a mesma posição significante” (FIORIN, 2008, p. 43).

Baseado na perspectiva bakhtiniana do mecanismo de estilização no âmbito da intertextualidade, Fiorin esclarece:

Estilo é o conjunto de procedimentos de acabamento de um enunciado. Portanto, são os recursos empregados para elaborá-lo, que resultam de uma seleção dos recursos linguísticos à disposição do enunciador. [...] O estilo é o conjunto de particularidades discursivas e textuais que cria uma imagem do autor, que é o que denominamos efeito de individualidade. Essa individualidade pode ser singular [...] ou coletiva (FIORIN, 2008, p. 46).

A estilização da propaganda brasileira se dá na reprodução dos procedimentos da propaganda inglesa, tanto no plano da expressão (a música, a cor, a bala, a criança, principalmente), como no do conteúdo (os danos causados pelo projétil).

Os danos causados pelo uso da arma de fogo fazem parte de um jogo que realça a possibilidade efetiva de sua generalização no contexto brasileiro, caso o opositor do candidato responsável pela propaganda vencesse a corrida eleitoral e se tornasse o novo presidente do país. Com esse jogo, portanto, desenvolve-se o intuito de atingir o eleitorado pela desconstrução do opositor, estilizando o discurso do outro e incorporando-o ao seu.

Em certa medida, trabalha-se na propaganda brasileira com a desconstrução também dos aspectos de desejo, do querer possuir uma arma de fogo, que parece figurar no imaginário de considerável parte da população brasileira como a solução aos problemas em torno da violência.

Na propaganda inglesa, podemos observar uma tentativa de conscientização do abandono das armas em um presente factual, que se firma com o dizer imperativo *Stop the bullets. Kill the gun (Pare com as balas. Mate as armas*, em tradução livre). Já na propaganda brasileira, a mesma ideia ganha forma com o dizer *Não é na bala que se revolve*, porém, verifica-se com ele a retomada de implícita da violência para impedir, enfim, a concretização da proposta do opositor em um futuro breve.

o real se apresenta para nós semioticamente, o que implica que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos, que semiotizam o mundo. Essa relação entre os discursos é o dialogismo. Se não temos relação com as coisas, mas com os discursos que lhes dão sentido, o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem (FIORIN, 2009, p. 152).

Dessa forma, pode-se compreender que a realidade material para qual cada texto (propaganda) aponta, diferencia os contextos histórico-político-sociais, pois a propaganda inglesa realça aquilo que se entende como prejuízos no tempo presente, decorridos do armamento, e a propaganda brasileira questiona/desconstrói os possíveis benefícios, caso existam, que surtirão na sociedade a partir do mesmo armamento civil.

O elemento responsável por toda ação — a arma de fogo —, contém, nos dois casos, uma relação contratual em todos os aspectos da intertextualidade, ou seja, sua utilização responde pela destruição de vários objetos que se espalham pelo enquadre da câmera nas propagandas. Destacam-se na diferença os objetos selecionados para compor cada um dos textos, que, como vimos até aqui, têm sentido nas suas relações culturais com cada um dos países referidos.

O final das duas propagandas merecem atenção especial neste trabalho. Vejamos as Figuras 1 e 2, que ilustram, respectivamente, a finalização da propaganda inglesa e a finalização da propaganda brasileira.

Figura 1: Encerramento da propaganda inglesa.



Fonte: Abbott Mead Vickers BBDO (2007).

Figura 2: Encerramento da propaganda brasileira



Fonte: Alckmin (2018).

Ao final da propaganda inglesa (Figura 1), um garoto negro aparece cabisbaixo e com olhar apequenado, expressando desânimo e tristeza. Já na versão brasileira (Figura 2), aparece uma menina que pisca os olhos enquanto a bala se aproxima, abrindo-os com esperança juntamente com os dizeres que surgem e transformam a

cena: *não é na bala que se resolve*. Diante disso, fica implícita a ideia de que os problemas apontados podem ser resolvidos de outros modos. Eis que surge no vídeo, poucos segundos depois, a inscrição *Geraldo Alckmin Presidente*, revelando-se como um desses outros modos possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação intertextual que se estabelece ao considerarmos dois textos tão semelhantes entre si, excetuando-se a realidade contextual para a qual cada um deles aponta, envolve vozes distintas no que se refere à sua produção e circulação. Nosso objeto maior de estudo, a propaganda da campanha política do então candidato Geraldo Alckmin à Presidência do Brasil em 2018, traz consigo a voz de um candidato opositor, Jair Bolsonaro, que defendia abertamente o direito ao armamento do cidadão comum como meio de defesa e segurança em tempos marcados por práticas de violência.

A propaganda não parece propor Geraldo Alckmin como um salvador de todos os problemas nela presentes, mas como uma alternativa à não possível banalização da violência na sociedade brasileira, fazendo com que o eleitorado se questione a si próprio sobre essa posição marcadamente ideológica.

Por fim, a utilização de crianças no fim das propagandas é muito importante. A criança tem como características genéricas a inocência, a ingenuidade, a indefesa, que são elementos contrapostos ao uso de armas de fogo. O fato de serem negras as crianças pode ter a ver com a participação desse grupo racial nos indicadores de pobreza e de maior vulnerabilidade diante dos problemas enfrentados pela sociedade. Mais relevante ainda, a criança representa a esperança e o futuro, que são dois fatores primordiais com os quais se trabalha em uma corrida presidencial que, de forma semelhante, lida com as expectativas sobre o futuro do país, como um todo.

REFERÊNCIAS

Abbott Mead Vickers BBDO. Guns kill: kill guns (Advertisement). London, 2007.

ALCKMIN, Geraldo. *A bala*. (Propaganda eleitoral). São Paulo, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Diana L. Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana L. Pessoa de; FIORIN, José Luiz. (Org.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: EdUSP, 2003.

BLIKSTEIN, Izidoro. Intertextualidade e polifonia. In: BARROS, Diana Pessoa de & FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 45-48.

BRAIT, Beth. Dialogismo, polifonia e enunciação As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana L. Pessoa de; FIORIN, José Luiz. (Org.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: EdUSP, 2003.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2017.

FIORIN, José Luiz. Língua, discurso e política *ALEA: Estudos Neolatinos*. v. 11, n. 1. Rio de Janeiro, 2009.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana L. Pessoa de; FIORIN, José Luiz. (Org.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: EdUSP, 2003.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

EFEITOS DE SENTIDO NA ENCENAÇÃO MIDIÁTICA: UMA ANÁLISE DE PEÇAS PUBLICITÁRIAS SOBRE O “NOVO ENSINO MÉDIO”

Jailson Almeida Conceição¹

Geison Araujo Silva²

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos três peças publicitárias que versam sobre o “Novo Ensino Médio” (NEM), objetivando investigar os efeitos de sentido, as condições de produção, os interdiscursos e o contra discurso nelas presentes, num movimento que entrelaça memória discursiva e sociedade bem como os mecanismos de persuasão utilizados pelos seus idealizadores para convencer os sujeitos para os quais elas se direcionam, ou seja, educadores e alunos, principalmente.

Para tanto, apropriamo-nos de pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, que toma a língua em sua opacidade, isto é, assumindo que esta não se caracteriza apenas como um sistema de códigos abstrato e transparente cuja significação está dada a *priori*, mas como acontecimento/(inter)ação marcada por fatores históricos, sociais, ideológicos e intersubjetivos, através dos quais se constroem efeitos de sentido nos discursos, considerando-se as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos que os produzem/consomem (ORLANDI, 2010). Consideramos também que, embora os discursos midiático e

¹ Doutorando em Linguística Teórica e Descritiva/UFRN. Mestre em Letras/ UFS e Professor Assistente II de Linguística/UESPI. E-mail: almeidajai@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0042109630701724>.

² Graduado em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: geison-araujo@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1180065495952786>.

publicitário se camuflam sob o prisma da informatividade descompromissada, a eles subjazem, como enfatiza Charaudeau (2012), intenções, jogos ideológicos, bem como mecanismos de manipulação e sedução que têm por função estabelecer relações discursivas de identificação com o público-alvo, na tentativa de conduzi-los ao convencimento ou à mudança de opinião sobre determinado objeto de discurso.

(RE)CONSTRUINDO O PERCURSO AXIOMÁTICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

A linguagem, entrelaçada pelo poder social e simbólico, sempre despertou interesse dos homens mais antigos e, de lá para cá, ela foi usada para explicar os fenômenos inexplicáveis que o circundavam para compreender-se e compreender o mundo. Hodiernamente, não é diferente, pois, complexa por sua própria natureza ideológica e capaz de aproximar o sujeito das suas instâncias moventes que (re)velam o que está opaco, na tentativa de reconstruir os sentidos que estão na materialidade discursiva, nas suas múltiplas facetas e tentar apreendê-los, passou a se configurar como objeto de investigação de várias abordagens no campo da Linguística. No nosso caso, tomaremos a língua(gem) no circuito epistemológico da Análise do Discurso de linha francesa, que se desenvolveu na década de 60-70 e tem ensejado muitas pesquisas de ponta que se debruça(ra)m por várias discussões em torno de temas centrais, como: discurso, interdiscurso, ideologia, sujeito, história, sentido, formação ideológica, formação discursiva, por exemplo, a partir de Orlandi, Pêcheux, Foucault e Bakhtin e seu círculo, apenas para citar alguns estudiosos.

Como prática social, a língua é sócio e historicamente situada no tempo e no espaço e inscreve-se como construto do sujeito na sua interpelação com o mundo e com o outro, numa dinâmica em busca de sentidos instituídos através da ideologia. Assim, buscaremos, em primeira instância, remeter-nos à concepção de discurso, trazendo o contraponto entre o papel da AD e da Linguística Descritiva, conforme o linguista americano Harris, que foi o primeiro a cunhar

esse termo, a partir de uma publicação de um artigo da revista *Language*, intitulado *Discourse Analysis*, em que mostrou a possibilidade de ultrapassar as análises meramente confinadas à frase. Assim o linguista descreveu:

A análise do discurso dá uma multiplicidade de ensinamentos sobre estrutura de um texto ou de um tipo de texto, ou sobre o papel de cada elemento nessa estrutura. A linguística descritiva descreve apenas o papel de cada elemento na estrutura da frase que o contém. A AD nos ensina, além disso, como um discurso pode ser construído para satisfazer diversas especificações, exatamente como a linguística descritiva constrói refinados raciocínios sobre os modos segundo os quais os sistemas linguísticos podem ser construídos para satisfazer diversas especificações (HARRIS, 1952 apud MAZIÈRE, 2007, p. 7).

No seio da ciência da linguagem, então, com base no autor, a diferenciação feita entre um estudo descritivista das formas da língua com a função da AD residia, exatamente, porque essa última preocupava-se com o “discurso construído para satisfazer diversas especificações” e uma dessas especificações é a busca pela construção, descolamento e deslizamento dos sentidos atravessados pela ideologia entre o dito, o não dito, o a ser dito e o dito de outra maneira. Capturar esses sentidos subjacentes, no processo de enunciação e interação dialógica pelo sujeito, é a função da AD, disciplina de entremeio.

Dentre tantas concepções acerca do discurso, acreditamos naquela que se alinha aos estudos linguísticos das condições de produção de sentido contextualizado, produzido por um sujeito descentrado, não assujeitado, interativo, cuja forma centra-se na atuação, no agir sobre o outro, portanto, dialógico e polifônico. Assim sendo, a corrente de linha francesa com a qual nos filiamos para análise do *corpus* deste artigo assenta-se numa prática voltada para a orientação de base linguística com forte influência do marxismo e da psicanálise, na medida em que os sujeitos são fortemente condicionados por uma determinada ideologia e, em

última instância, são tomados como campo fecundo entre linguagem, história e o discurso.

Para Bakhtin (2008), a língua é um fato ideológico e isso implica dizer que essa ideologia se presentifica na luta de classes, no campo socioeconômico, tendo a língua dupla significância: seu caráter semiótico e semântico, em que a primeira estaria alicerçada na concepção de Saussure e a segunda na concepção de discurso de Benveniste. A ideia que emerge aqui é a de signo e ideologia fortemente marcada por Bakhtin, que é realizado em palavra, não é a palavra, pois ele, o signo, no âmbito da semiótica, está fora do discurso. Portanto, seus sentidos são oriundos das formações discursivas em que se instanciam pelo campo simbólico.

Nesse campo moedição do discurso, a ideologia, segundo Thompson (1995), refere-se às formas e processos sociais das quais e através das quais formas simbólicas circulam no mundo social. Por outro lado, para Althusser (1985), a ideologia representa a relação do homem com as suas condições reais de existência e que esta representação é sempre imaginária. Podemos assim asseverar que a ideologia guarda uma relação próxima com o sentido de manipulação, pois a relação estabelecida entre sujeitos sociais, bem como as maneiras com lidam com o poder da linguagem, permitem que muitos sejam manipulados pelo processo de convencimento a partir de um discurso autoritário, hegemônico que, com o passar dos tempos, as suas formas simbólicas foram ganhando novos contornos e performances, principalmente pelo dispositivo midiático no qual um sujeito controla a outro sem seu consentimento. Assim, nessa arena de luta e de campo antagonico de força, o discurso midiático emerge pela formação discursiva que se traduz como aquilo que numa formação ideológica dada faz pela sua posição numa conjuntura sócio-histórica determinada quanto ao que pode e o que deve ser dito de forma velada. Isso acaba por permitir que, no caso da mídia televisiva, por exemplo, ou por outros mecanismos de difusão de poder expresso pela ideologia dominante, o sujeito seja convencido de que determinada forma de pensar, agir, controlar seja verdadeira e, portanto, segue-a ou adota-a. É o que denominamos de

discurso persuasivo, por estar assentada sob a égide de uma lógica de convencimento pela retórica, argumentação e ideologia.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A reforma do Ensino Médio, oficializada a partir da implementação da Lei 13.415 de fevereiro de 2017, suscitou mudanças consideradas por muitos estudiosos como as mais notáveis desde a aprovação da LDB n. 9.394/96. Muitas dessas alterações foram recebidas negativamente pela comunidade docente e discente, o que culminou em manifestações e ocupações de escolas realizadas por esses sujeitos em diversas regiões do país. Do ponto de vista histórico, a reforma do Ensino Médio, nos moldes em que foi aprovada, não é exatamente algo recente, dado que movimentos de reestruturação dessa modalidade de ensino circulavam nas instâncias governamentais desde a década de 1990, sendo construídas sob a égide dos ideais neoliberais, em franca expansão na sociedade hodierna, recrudescidos por órgãos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que têm orientado as políticas educacionais brasileiras, nos últimos anos, visando a alinhá-las à sociedade globalizada, controlada, essencialmente, pelo capital e pelo poder das mídias.

Pela ótica neoliberal, a relação entre educação e trabalho ganha novos contornos, visto que, como aponta (FOUCALT, 2008), o produto visado é a constituição do *Homo economicus*, ou seja, o sujeito-empresa, investidor e gerenciador de si, responsável pelo seu percurso formativo, forjado para sobreviver na sociedade da alta competitividade. Além disso, apregoa-se a pluralidade e a dispersão dos sujeitos atravessadas e justificadas pelo discurso de liberdade e autonomia, característicos do neoliberalismo, cujo sujeito é livre para tomar suas decisões, para investir em si próprio, enquanto capital, embora, contraditoriamente, esteja subordinado à lógica de mercado, assim como estão o próprio Estado e a Escola.

Essa visão parece ser a base da reforma, principalmente quando nos direcionamos para a mudança mais substancial que ela traz: a flexibilização do currículo, acompanhada da ampliação da carga horária anual mínima obrigatória para abarcar as formações específicas e profissionalizantes. Essa ampliação, de 800h para 1.400h, visa a se adequar à nova estrutura curricular, que passa a contar com duas divisões. A primeira delas é erigida nos componentes comuns de ensino, cuja matriz de referência será a Base Nacional Comum Curricular. É preservada, nessa instância, a relevância das aulas de Língua Portuguesa e Matemática, em detrimento de outras disciplinas, apesar de figurarem como obrigatórias, mas ganham um caráter secundário ou transversal, não havendo especificidades sobre o tratamento dessas nesse novo modelo curricular.

A segunda parte, apresentada como o grande diferencial da reforma, diz respeito aos chamados itinerários formativos, que correspondem à parte flexível do currículo. Através deles, as escolas poderão ofertar arranjos com conteúdos/práticas diversificados, a partir de cinco áreas de concentração, a saber: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além de formação técnica e profissional. A escolha desses itinerários ficará a cargo dos Sistemas Estaduais de Ensino, considerando-se, para tal, o contexto sociocultural de cada unidade escolar. Nesse sentido, segundo o Ministério da Educação, essas alterações são importantes para tornar o EM mais atrativo, de modo a diminuir os níveis de evasão escolar. Além disso, focalizam-se, teoricamente, as escolhas e aptidões do aluno como guia de seu próprio percurso formativo, pois caberá ao aluno decidir que itinerários deseja cursar. Deseja-se, finalmente, que os índices quanto à qualidade do EM possam ser alavancados.

Outra mudança dita importante refere-se à implantação do sistema de escolas de tempo integral e o foco na formação profissional, que, como apontado, pode ser escolhido pela escola como possibilidade para a composição do currículo. Nesse caso, a

carga horária dos conteúdos da BNCC é reduzida para comportar o ensino técnico.

Embora, a princípio, tais mudanças pareçam benéficas e revolucionárias, no sentido de dar ao jovem mais poder sobre sua formação ao encontro da visão neoliberal ascendente, muitos pesquisadores têm apontado uma série de pontos obscuros e equivocados apresentados pela Lei 13.415/17. O primeiro deles refere-se à sua própria origem, visto que ela teve sua gênese a partir da transformação do antigo Projeto de Lei nº 6840/2013, cujas pautas foram debatidas por meio de comissões especiais, em Medida Provisória nº 746/2016, fato que marcou a cisão entre o percurso democrático de construção/atualização do sistema educacional, que abrangia diversos setores da sociedade, passando a um regime unilateral, em que as decisões foram outorgadas pelo governo.

Outrossim, criticou-se a visão do Ministério da Educação cuja defesa era a de que o melhoramento nos índices do EM está ligado unicamente à estrutura curricular vigente, o que, em tese, justificaria essa atualização. Sabe-se que, há muito, as escolas brasileiras têm enfrentado diversos problemas, muitos deles decorrentes de deficiências estruturais e funcionais, o que é um grande (senão o maior) obstáculo para a implantação desse novo sistema, uma vez que ele exige uma estrutura mais robusta para dar conta de uma formação de qualidade, sobretudo quando nos reportamos ao ensino técnico/profissionalizante. Outra preocupação diz respeito à composição do currículo, visto que ela pode gerar formações deficientes e discrepantes, contribuindo para aumentar os abismos sociais já presentes em nossa realidade, seja pela oferta secundária de conteúdos considerados relevantes para a formação íntegra do sujeito, prevista na LDB n.9.394/96, seja pelo método de distribuição dos itinerários formativos, uma vez que o texto final não esclarece um número mínimo destes para cada sistema de ensino, ou seja, uma escola pode ofertar, por exemplo, cinco itinerários, enquanto outra ofertará apenas um, gerando regionalismos que podem ser limitadores e excludentes. Esse problema associa-se a outro: a falsa sensação de liberdade do jovem na construção de seu percurso formativo, dado que, como dito, a oferta de itinerários formativos

ficará a cargo dos governos estaduais, cabendo aos alunos escolherem entre opções já postas, se houver.

Diante da polêmica frente às mudanças radicais ora expostas e das reações majoritariamente negativas das comunidades docente e discente, assim como de outros profissionais ligados à educação, a solução encontrada pelo governo federal para acalmar os ânimos foi a veiculação, na mídia televisiva e na internet, de uma série de peças publicitárias destinadas, principalmente, ao público jovem. A seguir, analisaremos três dessas peças publicitárias, desvelando o jogo de verdade, numa perspectiva discursiva e estratégica, persuasivamente marcada, para convencer os sujeitos (telespectadores) sobre os pretensos benefícios que a reforma do EM trará para a educação brasileira.

AS TRAMAS DO DISCURSO NAS PEÇAS PUBLICITÁRIAS: O QUE (DES)VELA O CORPUS?

Como sabemos, estamos vivenciando uma reviravolta no campo da tecnologia e da informação em que, diariamente, mensagens publicitárias e midiáticas têm sido utilizadas sob diferentes feições e intencionalidade, provocando uma instabilidade no sujeito frente à sua (in)capacidade de compreender o que ouve, lê e vê, por permitir um verdadeiro bombardeio de discursos que, às vezes, nos questionamos: os sujeitos do séc. XXI são/estão conformados, transformados, informados ou deformados? O que nos parece, guardadas as devidas proporções, que esse emaranhado de mecanismos, no mundo hipermidiático, tem provocado tudo isso de forma desarmônica, dadas as condições de produção dos discursos.

Assim sendo, olhando, minuciosamente, a primeira peça publicidade sobre o NEM, nota-se, claramente, a estratégia persuasiva, pois, dentre os objetos escolhidos para análise da AD de linha francesa, encontram-se aqueles mais tradicionalmente tratados pela retórica/ argumentação, ou seja, o discurso publicitário. Nesse bojo, a vida em sociedade reclama e exige para os seres humanos um aprendizado extremamente relevante, uma vez que não se pode

resolver todas as questões atinentes ao tema aqui em discussão à base da força ideológica, sendo, portanto, imperioso o uso de dispositivo persuasivo sobre os sujeitos a eles destinados. Por essa razão, o aparecimento da argumentação está ligado à vida em sociedade e, principalmente, ao surgimento dos processos democráticos. Nesse sentido, como aponta Charaudeau (2012), todo discurso tem uma dimensão argumentativa que (re)mobiliza sujeito a agir, conforme interesses do outro e isso é marcado, explicitamente, pelo poder argumentativo como é o caso do publicitário. No caso da publicidade midiática, essencialmente multimodal, as estratégias argumentativo-discursivas emergem também das imagens e de sua intersemiose com o texto verbal.

Nesse sentido, ao visualizarmos essa primeira peça publicitária, percebemos que a escolha de um jovem estudante e não a professora, para persuadir, simulando uma sala de aula, traz, para o público, a aproximação dele com o (tel)espectador, principalmente pelo uso de uma linguagem informal e identificacional (“*Aí, galera!*”! *Vocês já conhecem o novo Ensino Médio? Essa proposta que “tá” todo mundo comentando por aí...*”). A informação de que a reforma do Ensino Médio é uma pauta que “*tá todo mundo comentando por aí*”, entretanto, é apresentada de forma positiva, como se não houvesse, em sua maioria, comentários negativos sobre o tema. Nessa peça, emerge a formação discursiva, pois o jovem diz aquilo que pode dizer dentro de uma formação ideológica dada, definida por meio dos interdiscursos que lhe dão possibilidade de existência.

Verifica-se, ainda, a princípio, a postura do estudante que nos remonta a um *ethos* de protagonismo, em que o jovem, exercendo sua posição sujeito, posiciona-se como detentor do poder de fala/argumentação, participante das decisões sobre si e sobre a sociedade, atualizando os efeitos por meio de um jogo entre memória e acontecimento. Esse dispositivo é utilizado para que haja a persuasão, mediante a figura construída pelo enunciador de si mesmo, nesse caso o jovem socialmente ativo e agente, portador de outras vozes heterogêneas que aí se manifestam. Do mesmo modo, os jovens e a professora que escutam demonstram expressões de

contentamento, com um sorriso sempre presente durante todo discurso ao falar com os “colegas de classe”, o sujeito discursivo e faz com que todos ajam pela forma com que tenta persuadir. Trata-se de um apelo constituído sob a égide do *pathos*, ou seja, por meio de emoções despertadas intencionalmente no e pelo discurso, visando a criar um estado emocional no interlocutor que facilite adesão dele à tese defendida pelo(s) enunciador(es), nesse caso, de que o novo Ensino Médio é uma mudança positiva e necessária nos moldes em que foi engendrado.

Na sequência, o jovem-protagonista apresenta o primeiro argumento para justificar a implementação do NEM: o de que o modelo é baseado na experiência de países do primeiro mundo como Coreia do Sul, França, Portugal e Austrália, ressaltando que neles a educação é vista como prioridade. Sabe-se, entretanto, que essa realidade é bem divergente da encontrada em nosso país em que, historicamente, a educação nunca foi prioridade e nunca foi tratada como apregoam os documentos oficiais.

Figura 1: Frames da 1ª campanha “Conheça o novo Ensino Médio”



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=P_1iPX6Ui54

Ademais, ao utilizar o argumento de que o modelo é bem sucedido em outros países, a cena enunciativa oculta que isso só foi possível devido à existência condições econômicas, sociais, políticas e educacionais ideais para assim proceder, o que não acontece com o Brasil, cuja estrutura se mostra frágil e latente não só nesse âmbito, mas, sobretudo, em todos os outros como infraestruturais, o que vem

dificultar sua coroação com êxito desse modelo implementado. Por outro lado, ao trazer as informações dessa nova mudança do Ensino Médio, como, por exemplo, de que o currículo será formato numa Base Nacional Comum Curricular, além de destacar as áreas e Conhecimento, como matrizes de Referência, além de aludir à possibilidade de atuação rápida dos jovens ao campo do trabalho, que não é uma realidade na atual conjuntura política e econômica em que estamos vivendo, o garoto-propaganda afirma que quem deseja ingressa no mercado de trabalho pode optar pela Formação Técnica Profissional. O que se observa é o complexo de representações de posições de classes em conflito; de um lado, operadores da Lei e, do outro, os especialistas e professores que veem a reforma sem as devidas reflexões, o que constitui uma formação ideológica.

Durante todo o discurso, nota-se que os sujeitos persuadidos se mantêm alerta e mostram uma postura de atenção, muito característica da submissão pela ideologia e pela persuasão. Ao finalizar, verifica-se um sorriso generalizado como se não houvesse nenhuma rejeição ao conteúdo que foi ecoado no discurso persuasivo e provoca no interlocutor, o telespectador, a mobilizar-se também nessa luta e na aceitação absoluta de que é a melhor escolha é aderir e desejar que seja aprovada essa nova mudança do EM, sem questionar, sem revelar-se, o que faculta dizer que o efeito de sentido aí instaurado é canalizador, persuasivo e tem caráter de controle pelo poder emanado pelo Estado, aqui representado pelo Ministério da Educação.

A peça publicitária 02 inicia-se com a declaração “*novo Ensino Médio: quem conhece, aprova*”, tal discurso é utilizado para reforçar a intenção do idealizador, que é a de representar um regime de verdade, que, segundo Foucault (2010, p. 67), corresponde àquilo que “constrange os indivíduos a certo número de atos de verdade”, cujo enunciado visa a dar impressão de que as informações que serão apresentadas, durante todo o vídeo, são verídicas, benéficas e coerentes com a atual conjuntura sócio-histórica e política e que conhecê-las, por si só, geram adesão à proposta defendida. Em seguida, focaliza-se uma plateia, na qual os jovens, um por um, vão recebendo o holofote, revelando as profissões que desejam seguir,

em uma clara metáfora da dicotomia atores/plateia, nesse caso, simbolizando a saída do jovem da condição de mero espectador para o papel de agente, protagonista social. Isso é reforçado ainda pelos contrastes entre luz e sombra, preto e branco, que não aparecem no vídeo por coincidência.

Figura 2: Frames da 2ª campanha “Conheça o novo Ensino Médio”



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=RuF0GYgmrJQ>

Outro ponto de intersecção entre as duas peças publicitárias é o foco no discurso de liberdade, típico do neoliberalismo e Iluminismo, demonstrado em falas assim materializadas: “*No novo ensino médio você tem mais liberdade para escolher o que estudar*” e “*É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro*”. Como visto acima, a construção do percurso formativo no novo Ensino Médio é dependente das decisões, em primeiro lugar, do sistema estadual de ensino, que definirá quais itinerários formativos serão ofertados por escola, contrariando o discurso divulgado nessa peça que haverá liberdade de escolha e que o jovem é o grande responsável pela sua própria formação. Ademais, focaliza-se, sobremaneira, a entrada do jovem no mercado de trabalho, deixando claro que o NEM visa essencial e prioritariamente a fins mercadológicos, manipulando a essência da mudança.

Já na peça publicitária 03, à primeira vista, é nítido perceber que o dispositivo discursivo utilizado faz evocar vozes que ecoam no interior das condições de produção em que foi produzida, cuja ressonância de sentido se faz presente no imaginário simbólico e

cognitivo do telespectador, reverberando uma formação discursiva dada.

Figura 3: Frames da 3ª campanha “Conheça o novo Ensino Médio”



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=iIszj0WWqfA>

Por meio do sujeito enunciativo, cuja cena retrata uma praça pública, tendo à frente uma figura de um “professor” que dialoga com jovens, essa peça faz com que eles acreditem e passam, por meio de suas perguntas, interesse ou dúvidas sobre as vantagens da mudança do Ensino Médio sobre aquilo que, aparentemente, parece favorável e atraente. Percebe-se, no entanto, uma estratégia que, como na propaganda anterior, alude diretamente para o convencimento, já que a peça publicitária consegue ser forjada num discurso com marcas de neutralidade e naturalização que traduzem o que os jovens devem pensar e como devem proceder diante dessa abrupta mudança, o que configura um poder exercido pela ideologia.

Partindo do pressuposto de que a publicidade “vende” ilusão nos seus poliformes aspectos, com essa peça publicitária não é diferente. Com o uso de canal de TV e com o YouTube (divulgação de vídeos), a persuasão, sujeito e discurso se confluem não só pelo cenário em que as cenas ocorrem, mas, sobretudo, como ocorrem, sobre o que é dito e como é dito, do ponto de vista das perguntas e das respostas. Esse mecanismo estratégico, retórico e persuasivo convence quem o assiste que é o público-alvo a quem é direcionado (alunos, professores, pais e sociedade em geral), pois esse adere ao propósito intencional do idealizador das peças (o governo). Portanto,

é tácito afirmar que a ausência de escolha dos jovens sobre o futuro da profissionalização, nesse discurso de mudança, parece ser o mecanismo da formação ideológica aí configurada. Assim, há um apagamento das questões culturais e do real sentido dessa implementação de mudança no Ensino Médio, cujos efeitos a médio e longo prazos serão desvelados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma do Ensino Médio revisitada sob o signo da AD de linha francesa e seus reflexos enquanto uma política pública equivocada reacenderam discussões profícuas e reverberaram com essa nova forma de relações estabelecidas pela força, pelo poder, capitalismo, pela pouca divisão de bens/consumos que se afirmam quando o povo se rebela e o Aparelho Repressivo do Estado (ARE) althusseriano vem à tona, mostrando quem manda é quem tem poder econômico, força para manipular os meios de comunicação de massa e midiáticos, para ter seus súditos sempre subservientes e não subversivos. Assim, pensar nessas encenações como uma trama hegemônica para legitimação do poder, por meio da aceitação da reforma do EM, as peças deixaram bem claro que o poder nele assentado passa uma verdade que precisa ser questionada e debatida. Assim, a interpelação dos sujeitos pela ideologia ficou muito patente nos vídeos cujo discurso de autoridade passou a falsa ilusão de que os jovens concordam com a mudança, perpassando um discurso falacioso, eivado de uma visão equivocada de mundo, de mudança e, evidentemente, de “cópia”, como o que sempre aconteceu com a nossa educação. Com essas análises aqui empreendidas, pensamos no discurso como estrutura/ acontecimento e na instabilidade gerada pela tensão, conflito e no contradiscurso. Desejamos, pois, abrir um espaço interlacunar para que outros trabalhos possam preenchê-lo e que se debrucem sobre o NEM, ancorado em diferentes modelos teóricos e revelem nuances que possam corroborar com esta proposta de dar visibilidade a uma temática tão premente atravessada pelos discursos dialéticos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BRASIL. Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de set. 2016.

BRASIL. *Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 out. 2018.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ESTRATÉGIAS ENUNCIATIVAS: UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DA CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO JORNADAS DE JUNHO NAS MÍDIAS HEBDOMADÁRIAS

Jaqueline dos Santos Batista Soares¹

INTRODUÇÃO

As Jornadas de junho foram manifestações populares ocorridas no Brasil no ano de 2013. A principal reivindicação desses movimentos de início foi a redução na tarifa dos transportes coletivos que em seguida se amplificou para questionamento do aumento nas passagens de coletivos, para a falta de investimentos em serviços públicos e ainda ao questionamento dos expressivos investimentos nos preparativos para a Copa do mundo de 2014. Tais movimentos foram massivamente midiáticos alcançando repercussão no cenário nacional e internacional dada a sua comparação com outros movimentos, tais como o Occupy Wall Street nos EUA e a Primavera árabe.

Nosso trabalho tem como objetivo o demonstrar um estudo comparativo entre três reportagens das mídias hebdomadárias Veja, Carta Capital e Istoé, nas quais analisamos os mecanismos linguísticos discursivos imbricados na transformação do acontecimento histórico *Jornadas de junho* em acontecimento discursivo e os sentidos que perpassam a produção.

Para tanto, lançamos mão do arcabouço teórico metodológico da Análise do discurso, mais especificamente Teoria da Semiologia, de Patrick Charaudeau (1983/2009) e nas propostas de estudos do discurso jornalístico encontradas na obra Discurso das

¹ Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: Jack.uemglettras@gmail.com. Link lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1132062944601816>>. Mestre em estudos linguísticos.

mídias, Charaudeau (2013), em Maingueneau (2013), e nas pesquisas de Emediato (1996), (2001) e Arantes (2010), além de outras pesquisas já desenvolvidas no âmbito da Análise do discurso e das teorias enunciativas.

INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

A teoria Semiolinguística foi formulada por Patrick Charaudeau em 1983, na França, e desenvolvida no âmbito da Análise do discurso de tendência francesa. A escolha dessa teoria e da categoria de discurso do Modo de Organização Enunciativo deve-se, principalmente, aos traços característicos do discurso jornalístico e às perspectivas que essa categoria de discurso nos disponibilizou para enquadramento do *corpus*.

O Modo de Organização Enunciativo será compreendido como estratégia de discurso, como forma de reforçar o apagamento enunciativo do locutor ou de reforçar a sua credibilidade e objetividade como instância informativa que detêm um saber sobre os acontecimentos. Apesar desses traços, sabemos que nenhum discurso pode ser considerado neutro e, por isso, além da descrição das categorias de língua, buscamos, com a análise qualitativa, destacar os traços discursivos que podem demonstrar como o sujeito comunicante interpreta a realidade e se engaja subjetivamente na construção do acontecimento.

Para Charaudeau (2009 [1983]), o Modo de Organização Enunciativo assume certa relevância, pois pode interferir nos modos descritivo, narrativo e argumentativo. De acordo com o autor, o Modo Enunciativo, se diferencia dos demais modos na medida em que tem a função de posicionar, por meio da ordenação das categorias da língua, o locutor em função de seus dizeres, dos dizeres do seu interlocutor e dos dizeres outros que participam do discurso. Desse posicionamento do locutor resulta a construção do que o autor define como *aparelho enunciativo*.

Trata-se de uma *categoria de discurso* que indica as atitudes do sujeito falante na encenação linguageira. Para a Semiolinguística

as funções do Modo Enunciativo podem ser organizadas em três atitudes, quais sejam:

Alocutivo, estabelecer uma *relação de influência* entre locutor e interlocutor

Elocutivo, revelar o ponto de vista do locutor

Delocutivo, retomar a fala de um terceiro

No comportamento *Alocutivo*, ao implicar o interlocutor em seu dizer, o locutor age sobre o interlocutor em uma atitude acional e impositiva em uma relação de influencia. O comportamento *Elocutivo* tem como efeito a modalização subjetiva dos dizeres nos *modos de saber*, nas *avaliações/ apreciações*, no *engajamento* do sujeito comunicante. No comportamento *Delocutivo*, a atitude do sujeito falante é a de apagamento enunciativo, intencionando um jogo com vistas a uma não implicação subjetiva do locutor por meio do *discurso relatado*— como forma de distanciar o seu posicionamento interno da enunciação.

Ao mobilizar as categorias do Modo Enunciativo nas nossas análises, partiremos da hipótese de que o posicionamento ideológico do enunciador se faz presente no discurso e a sua inscrição subjetiva encontra-se mais na sua relação com os objetos do que em um engajamento marcado formalmente. Nesse caso, “trata-se mais dos valores de um objeto para um sujeito que os do sujeito em ação (marcas do aparelho formal)” (DAHLET, 1997, p. 202, apud RABATEL, 2013, p. 26).

O COMPORTAMENTO DELOCUTIVO UM PONTO DE VISTA APARENTEMENTE OBJETIVO

O comportamento delocutivo será analisado como um jogo protagonizado pelo sujeito falante, uma estratégia discursiva, consciente ou inconsciente, que permite ao sujeito se apagar de seu ponto de vista. Diremos que esse jogo permitirá que a enunciação assumira contornos ora mais objetivantes, ora mais subjetivantes. Como vemos nos excertos abaixo:

²(7) “Em todo o mundo parece haver um conflito entre a juventude e a política. Os jovens não se sentem representados pelos partidos e querem respostas rápidas às suas novas demandas”, disse à VEJA Jordi Tejel Gorgas, historiador e sociólogo do Instituto Graduate, de Genebra — (Veja)

(4) “Muitos deles [jovens] rejeitam as forma tradicionais de organização política expressam nas ruas uma insatisfação que talvez nem eles saibam resumir”, afirma Renato Janine Ribeiro — (Carta Capital)

(3) “Consegui marcar uma entrevista a sós com um deles”, conta o senador Wellington Diaz, ex-governador e principal liderança política do estado “Queria entender o que pretendiam [os responsáveis por atos de vandalismos]. É outro mundo. Eles eram contra o sistema. Queriam quebrar tudo. São adversários de toda autoridade, desprezam as leis. O simples fato de encontrar-se com um político, como eu, já era perigoso e condenável” — (Istoé)

Nos exemplos, ao empregar o *discurso relatado* o locutor procede a uma *mimese*, uma encenação, visando a criar um efeito de objetividade e de seriedade. Porém, de acordo com Maingueneau (2013, p. 182), trata-se de uma reconstrução efetivada pelo sujeito que relata, ou seja, uma descrição subjetiva de outra situação de enunciação, condicionando a interpretação do discurso citado.

A presença do sujeito comunicante, ou do relator, pode ser notada por meio do emprego dos verbos de dizer. Ao usar os verbos *dicendi* (*diz, afirma, conta/dizer, afirmar, contar*) com os quais o locutor atribui o dito a terceiros (Jordi, Renato, Wellington) relatando com o maior efeito de realidade possível, ou seja, como ouviu. As mídias de informação jornalística selecionam quais e de quem serão os atos relatados no interior de seu discurso em função de variáveis que vão desde a linha editorial, da orientação ideológica

² Formatação adotada com a finalidade de destacar do texto os recortes que foram selecionados de nosso corpus.

à conjuntura política, na qual o acontecimento é construído (MENDES, 2013).

No recorte (7), o verbo (disse) marca um distanciamento do locutor que atribui os dizeres ao locutor de origem do modo mais objetivo possível, pois situa o discurso a partir de uma ideologia ou de valores científicos. Já, no excerto (4), por meio do verbo *dicendi* (*afirmar*) o jornalista enfatiza a certeza do locutor de origem e o institui como uma autoridade sobre a questão que parece corroborar com o ponto de vista ideológico do sujeito comunicante, afinal, a escolha das vozes privilegiadas nos discursos não é aleatória, a seleção desse locutor é significativa para os leitores de Carta Capital uma vez que se situa ideologicamente em um espectro político de esquerda.

O recorte (3) apresenta uma natureza de discurso relatado diferente dos outros dois exemplos, o locutor apresenta o ponto de vista do locutor de origem que *conta* (*narra*) o que viu/ ouviu, ou seja, o efeito de verdade se ancora em uma experiência pessoal (fala em 1º pessoa) desse locutor de origem, como se o locutor dissesse ao leitor: *Ele esteve lá é verdade o que ele diz!* Visando a um efeito de testemunho que confere uma maior força ao efeito de objetividade/ verdade, marca ainda a construção identitária de determinado grupo de manifestantes representados por um perfil ideológico anarquista, gesto significativos no contexto das Jornadas de junho. Nesse caso, a revista Istoé parece ter como objetivo definir quem foram os manifestantes que provocaram atos violentos, evitando generalizações. Com isso, a instancia de comunicação assume um posicionamento mais favorável às manifestações, como se quisesse, sutilmente, “separar o joio do trigo”.

A presença do locutor, configurada pelos verbos *dicendi*, nessa modalidade do *discurso relatado* não nos parece muito relevante, dada a obviedade da presença de um relator que reconstitui o discurso de um terceiro a fim de construir seu próprio discurso. Focalizamos no que diz Emediato (2013, p. 88), nesse caso, o locutor apagado oferece aos leitores os pontos de vista de outros atores

sociais sem a necessidade de parafraseá-los ou de comentá-los, pois conta com o trabalho de co-enunciação de seus leitores.

Carta Capital apresenta uma tendência de discurso relatado em que o verbo de dizer pode qualificar o locutor de origem:

(2) “O pessoal pode até pedir para baixar a bandeira [dos partidos], mas arrancar à força é uma atitude de fascista”, queixou-se Eduardo Silva, de 30 anos, da Juventude do PT — (Carta Capital)

(1) “O PT não tem medo de povo nas ruas”, justificou [Rui Falcão] em entrevista à Carta Capital — (Carta Capital)

Em (2), a marca verbal do discurso citado permite que o locutor de origem seja qualificado como “vítima”, denotando uma clara interpretação dos dizeres do locutor de origem pelo jornalista, ou seja, hipoteticamente pode-se dizer que o locutor de origem foi vitimizado por manifestantes “fascistas” processo de identificação costumeiramente utilizado como forma de qualificação de grupos situados em posicionamentos ideológicos de extrema direita. O conteúdo do dizer selecionado por Carta Capital remete a posições políticas e ideológicas bem marcadas, conduzindo a uma distinção entre manifestantes ditos de esquerda e de direita. No excerto (1), ao dizer que o locutor de origem se justificou o enunciador expõe seu ponto de vista na medida em que qualifica uma conduta político-partidária, digna de justificativa. Portanto, nesse caso dizer que houve uma justificativa equivale, hipoteticamente, a dizer que houve um motivo plausível, ou seja, o partido errou em não apoiar a manifestações, mas reconheceu seu erro, o que nos revela um ponto de vista favorável à nova conduta assumida pelos representantes do Partido dos Trabalhadores.

Para Mouillaud (2012, p. 135), o discurso jornalístico utiliza estratégias para conferir às vozes o efeito que reproduz, isto significa que, no interior do discurso, é possível notar o efeito do agente e o efeito da fonte. A estratégia de identificação do locutor de origem faz dele a referência do discurso jornalístico mesmo que a fala citada seja uma estratégia de distanciamento ou empregada de modo estratégico pelo locutor relator a fim de reforçar os efeitos de

sentidos intencionados e alcançar as expectativas do contrato de comunicação. Isso significa que a estratégia de apagamento enunciativo carrega intenções interpretativas não explícitas nos discursos analisados (RABATEL, 2013, p. 55).

Outra forma de apresentação do locutor de origem que merece nossa atenção, mesmo não sendo uma tendência da publicação de *Veja* — houve somente uma ocorrência — trata-se da modalidade de discurso relatado em que o ator social é uma instituição. Na acepção de Maingueneau (2013), a indefinição marca um locutor de origem genérico.

(1) “Esse movimento cresceu como hospedeiro de interesses políticos e se tornou um vetor de violência”, disse um agente de inteligência da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo — (Veja).

Nesse excerto, a Secretária de Segurança Pública se constitui como uma autoridade sobre a questão da violência. A escolha de dar voz a uma instituição como ator social pode revelar o peso ideológico que a instância de comunicação e seus leitores atribuem às instituições como fonte garantidora de credibilidade. Porém, o fato de o locutor relator não identificar o responsável específico pelo dito pode, supostamente, enfraquecer seu efeito de objetividade, levando o leitor “a desconfiar dessa fonte”. O jornalista parece ter a intencionalidade de proteger-se do ponto de vista relatado ao atribuir o enunciado a um terceiro denominado de modo genérico, mas em contra partida coloca em “dúvida se ela cumpre realmente o dever de informar” (CHARAUDEAU, 2013, p. 170). Nesse caso, essa declaração pode conduzir um a um efeito de opinião que reside, principalmente, nas qualificações “hospedeiro” e “vetor de violência”, uma analogia que faz parte do jogo discursivo empregado pela instância de comunicação com forte posicionamento ideológico contrário à esquerda tanto no âmbito político quanto no âmbito da ação dos manifestantes nas ruas das principais capitais do país. Esse traço característico da revista *Veja* pode ser atribuído ao perfil editorial dessa instância de comunicação que tradicionalmente se coloca ao lado de pautas neoliberais.

Além das formas de discurso relatado, anteriormente exemplificadas, as reportagens de *Veja* e de *Carta Capital* apresentaram uma tendência ao emprego de uma forma de citação um tanto complexa que diremos integrada na acepção de Charaudeau (2009 [1983]), ou híbrida, pois se aproxima da forma proposta por Maingueneau (2013), na reconstrução dos dizeres de alguns atores sociais.

(9) PELOS AMIGOS Marília Thomazzi, de 29 anos, estaria mais à vontade em uma passeata contra o aumento da gasolina. “Uso carro diariamente pela rapidez de locomoção, já que trabalho como corretora de imóveis e preciso ir de apartamento a apartamento”, *afirma*. Transporte público, ela só utiliza *eventualmente*, três ou quatro vezes por mês, geralmente nos dias de rodízio. Marília *diz* não ter um partido político de sua preferência e nunca participou de movimentos populares. Sua renda de 5000 reais mensais não será prejudicada com esse aumento. Mesmo assim ela foi ao teatro municipal de São Paulo na quinta-feira passada protestar, atendendo a um convite de amigos que já estavam lá — (*Veja*)

(6) Na segunda 17, com 230 mil manifestantes nas ruas, Dilma *elogiou* em nota os protestos pacíficos, legítimos e próprios da democracia, *afirmou*. Formada na luta contra a ditadura, aproveitou uma cerimônia no dia seguinte e foi além. *Disse* que o Brasil tinha acordado “mais forte” e que era bom ver a defesa por um país melhor. “O meu governo está ouvindo essas vozes pela mudança. O meu governo está empenhado e comprometido com a transformação social” — (*Carta Capital*)

Apesar dos recortes apresentarem de modo bem marcado o discurso direto carregam também traços de outras formas do discurso relatado. O fragmento do discurso citado foi isolado pelo sujeito relator a fim de marcar o que é de sua responsabilidade e o que pertence ao locutor de origem. Essa parte isolada é manipulada pelo relator, pois, ao mesmo tempo ele cita, menciona e emprega os dizeres do locutor de origem na construção do seu (sujeito comunicante) ponto de vista (MAINGUENEAU, 2013). Podemos dizer que existe um caso em que as vozes do locutor e do locutor de

origem se colocam em relação e oposição, além de uma relação em que o sujeito comunicante se coloca em posição de superioridade em relação à voz do discurso evocado, já que se julga capaz de avaliar os dizeres e comportamentos do locutor de origem. A percepção de duas vozes é possibilitada uma por meio dos recursos tipográficos e a outra marcada por meio dos verbos *dicendi*.

Em (9), a modalização no eixo da possibilidade (“PELOS AMIGOS Marília Thomazzi, de 29 anos, *estaria* mais à vontade em uma passeata contra o aumento da gasolina”) confere ao posicionamento do locutor certo tom de ironia ou de zombaria (apreciação negativa), que parece retomar um discurso exterior, a voz de outros enunciadores. A ironia carrega um componente pragmático com a função de desqualificar o referente (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986, p. 102)³. Nesse caso, a voz do locutor de origem é destacada com a finalidade de conferir um maior efeito de verdade ao ponto de vista do locutor.

Em (6), apesar de não ser possível recuperar os dizeres do locutor citado na situação original de enunciação, a hipótese é de que o jornalista faz uma interpretação dos dizeres do locutor de origem. A escolha verbal (*elogiou*) denota certo engajamento e apreciação favorável ao que foi dito pelo locutor de origem e, portanto, um comprometimento afetivo do locutor. A mistura de vozes existentes no hibridismo desse tipo de discurso relatado permite ao locutor um jogo em que, ora ele se mostra, ora se esconde. Para Vion (1988, p. 199 *Apud* RABATEL, 2013, p. 40), nesse caso, o locutor fala de modo a “brincar de esconde-esconde com suas opiniões” de modo a apagá-las até quase desaparecerem, assumindo uma “posição menor ou em contraponto”.

³ No original: “l’ironie comporte toujours en outre cette composante pragmatique particuliere: ironiser c’est toujours plus ou moins s’en prendre à une cible qu’il s’agit de disqualifier” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986, p. 102).

Outro aspecto observado, apenas em *Carta Capital*, foi o caso em que o locutor, ao invés de empregar um verbo de locução, opta por uma configuração em discurso indireto, na qual a configuração verbal denota uma ação ou um discurso relatado narrativizado (CHARAUDEAU, 2009 [1983]). Estratégia bastante estudada por Emediato (1996), porém com o emprego do verbo *atacar*.

(24) Na terça 18, em evento comemorativo dos 25 anos de comemoração do PSDB, FHC mirou no PT — (*Carta Capital*).

Como vemos, esse recorte se apresenta de maneira aparentemente objetiva, através de um ato *delocutivo*, porém a escolha verbal e a escolha pelo discurso indireto narrativizado não podem ser ignoradas ou consideradas como escolhas neutras e, portanto, livres de apreciações do locutor, uma vez que, no discurso, o verbo (mirou) pode assumir uma significação ambígua. Consideração semelhante foi realizada por Emediato (1996) ao estudar o verbo *atacar*, nesse caso o discurso relatado narrativizado comporta uma ação, revelando certo investimento interpretativo do sujeito enunciador, que qualifica o dizer de origem como um ataque.

O efeito da manipulação do discurso relatado recai sobre o locutor de origem que pode ser potencialmente qualificado como “acusador”, dado o caráter polissêmico da escolha linguística. “O verbo, como toda marca formal, é polissêmico, [...] e pode corresponder a modalidades diversas, segundo o contexto linguístico”, nesse caso a situação de comunicação e a imagem que os parceiros da troca constroem de si e do outro será fator determinante para o processo interpretativo, tanto as marcas da interpretação do sujeito comunicante quanto o viés interpretativo disponibilizado para o sujeito interpretante na figura de sujeito destinatário serão importantes para o alcance das intencionalidades da comunicação jornalística (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 95).

Por meio da interpretação do locutor, o locutor de origem se torna o agente de um ato de dizer que marca posições políticas e partidárias bem distintas, um governo de situação (PT) e uma oposição (PSDB) e direções ideológicas, que ao menos no plano

discursivo, assumem, no cenário da política nacional, certo antagonismo: “direita” e “esquerda”. Fato que pode ser confirmado no interior da reportagem com a recuperação do discurso citado (“É claro que a partir daí [das manifestações], os que são responsáveis, que estão no governo [PT], têm de perceber: as coisas não estão tão bem quanto eles pensam”). A segunda parte do recorte nos possibilita observar a transformação operada pelo jornalista relator, fazendo com que o discurso de origem desapareça nos seus dizeres. Assim, o trecho em discurso relatado narrativizado pode ser considerado uma paráfrase de uma ação locutória que revela de modo mais visível a interpretação subjetiva da instância de produção, “remete a um enunciador que não é o locutor” (RABATEL, 2013, p. 33), pois sua fala não se expressa em palavras a não ser pela recuperação ao longo do texto.

Em *Carta Capital*, há uma preferência por asserções que nomeamos de *asserções elocutivas*, por conferirem ao discurso um efeito menos objetivo, no interior das quais classificamos o exemplo supracitado e os que se seguem:

(17) A capitulação das metrópoles *parece*, porém, incapaz de satisfazer o apetite da moçada — (Carta Capital)

(18) Passada a turbulenta gestação, todos *parecem* interessados em abraçar o *bebê* e carregá-lo em seu colo — (Carta Capital)

(22) *Parece* pouco provável que as tentativas de apropriação das manifestações surtam efeitos neste momento — (Carta Capital)

As asserções anteriores garantem ao discurso um efeito de suposição, revelando o ponto de vista do locutor na medida em que expõe seus pensamentos acerca dos acontecimentos e dos seus possíveis desdobramentos. Os atos enunciativos permitem um efeito de gradação da certeza do locutor desde um nível mais fraco a um nível médio, avaliando os comportamentos de acordo com sua opinião e com o que acredita ser possível ou verdadeiro. Os atos não podem ser classificados como puramente *delocutivos* uma vez que, mesmo sendo uma asserção ancorada em dados factuais, as marcas

de uma avaliação e das crenças do locutor são perceptíveis através das escolhas linguísticas e dos encadeamentos descritivos no interior dos enunciados, tornando-os menos objetivos, na medida em que funcionam como atenuantes do efeito de verdade/ objetividade (ARANTES, 2010).

Emediato (1996, p. 148) aponta que tais modalidades criam “um efeito de expectativa em relação ao acontecimento factual”. No nosso caso, a asserção é uma forma utilizada pelo locutor para exprimir seu ponto de vista sobre os estados de coisas, porém, como as afirmações não são categóricas, diremos que há um jogo discursivo em que a relativização é usada como um modo de enfraquecer o efeito de opinião. Assim mesmo que o locutor modalize seu discurso no eixo das possibilidades, ele deixa escapar sua opinião sobre os acontecimentos, de modo irônico, critica a mudança de opinião de algumas mídias jornalísticas que, inicialmente, criminalizaram os protestos, de atores sociais e de políticos que em um primeiro momento ressaltaram a importância de uma forte repressão policial contra as manifestações.

A forma afirmativa e o efeito de evidência alocaria a asserção abaixo no comportamento *delocutivo*, entretanto consideramos que o ato enunciativo deve ser classificado como um ato *alocutivo*.

(28) O cidadão que anda de ônibus duas vezes ao dia deixa na catraca três salários mínimos por ano. *Há razões para protestar* — (Istoé).

Nesse recorte, subtítulo de uma seção da reportagem, a possível reconstrução discursiva parece problemática, se a considerarmos com um efeito polissêmico em função da elisão de marcas formais explícitas de pontuação. Entretanto, a leitura da reportagem nos permite compreender que, embora o enunciado se apresente como ato *delocutivo*, busca um efeito *alocutivo*, ou seja, interpelar o leitor. Observa-se que a forma afirmativa pode incentivar reações no leitor. A elisão da marca paralinguística o interpela mesmo sendo uma interpelação indireta, podendo funcionar como uma estratégia de apagamento enunciativo na medida em que transfere a responsabilidade de construção dos sentidos e do processo

interpretativo ao leitor, permitindo que o locutor não se comprometa com o dito ou que não pareça um ato diretivo ao alocutário, caso que fugiria das condições impostas pelo contrato de informação midiático.

No recorte que se segue, a injunção assume o papel de estabelecer um ato diretivo aos alocutários que se situam na zona leitora de *Carta Capital*, mas parece, igualmente, funcionar em um plano dialógico na medida em que remete a outras situações discursivas e ao apelo de outras mídias no que se refere ao aspecto relacional entre elas e o modo como as manifestações foram mediatizadas ou abordadas por atores políticos. Demonstra a tensão existente na sociedade por meio do discurso e como o locutor se situa com a autoridade que lhe é conferida pelo efeito de saber o colocando em uma posição de superioridade em relação ao alocutário. Como vemos no exemplo:

(31) Parem de subestimar o povo — (Carta Capital).

Entretanto, há alguns casos, observados apenas na publicação de *Veja*, que, mesmo apresentando marcas, tradicionalmente, classificadas como atos como alocutivos, não consideramos que seu funcionamento discursivo permita que sejam inseridos nessa categoria. Por isso as consideramos como atos alocutivos com traços elocutivos.

(20) Mas essa minoria interessa pouco. Ela sempre será minoria por definição — ou alguém acha viável um país em que a maioria dos cidadãos quebra tudo a sua volta, dia sim, dia não?

(38) Por que direitos eles lutam e *vociferam*, então?

(39) Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?

(40) A RAZÃO DE TANTA FÚRIA. Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. *Mas* isso é tudo?

(44) [...] E qual seria a doença brasileira que se manifesta através dos jovens nas ruas? São várias moléstias.

Nos recortes supracitados, o locutor utiliza as marcas do ato alocutivo a fim de ocultar seu investimento subjetivo e sua posição de superioridade em relação ao alocutário, já que de modo implícito impõe seu ponto de vista, marcado por meio de traços que podem revelar seu estado emocional e sua indignação com os protestos/manifestantes, como vemos em (44, 38, 20). Ao longo da reportagem, é possível notar uma posição de saber do locutor, denotando seu ponto de vista subjetivo sobre os estados de coisas e uma apreciação negativa. Por outro lado, como bem observa Emediato (2013, p. 84), a questão se comporta como “um meio discursivo de obrigar o leitor a pensar a propósito do objeto da questão”, pois retoma os acontecimentos tematizados em uma perspectiva que ativa a memória do leitor sobre acontecimentos anteriores, propondo que ele responda a questão (40), comparando as atuais manifestações com as ocorridas em períodos anteriores, implicando o interlocutor em uma postura de avaliação da pertinência das manifestações no espaço social. O ponto de vista do jornalista reside no contraste negativo suscitado pelo jogo discursivo ancorado na oposição semântica entre os termos “paz, democracia, liberdade, passagem”.

Nesses casos, consideramos a existência de uma modalidade de efeitos híbridos, ou seja, que pode funcionar como uma estratégia de interlocução, a depender da interpretação, como uma estratégia para focalizar a atenção do leitor (39); e como reveladoras do investimento subjetivo do locutor, pois ao mesmo tempo em que interpela o leitor expõe o seu (do locutor) ponto de vista subjetivo, por meio da configuração linguística, dos encadeamentos descritivos e de traços que possivelmente revelam um estado emocional do sujeito comunicante. A existência dessa configuração no discurso jornalístico em tese foge às expectativas do contrato comunicacional que deveria ter um objetivo informativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas três publicações, o comportamento *delocutivo* se destaca como preferível. Entretanto, há um forte desequilíbrio no emprego

das categorias, nos modos de seleção, em um nível interno, na gestão do dialogismo, tais como as diferentes formas do *discurso Relatado* e da *asserção e*, ainda, na recorrência do comportamento enunciativo no interior dessas categorias em termos de objetividade e de subjetividade. A “encenação de discursos relatados” ou de categorias que a priori seriam objetivas “é carregada de intenções interpretativas” calcadas na posição ideológica de cada uma das mídias analisadas (RABATEL, 2013, p. 55).

No que se refere ao comportamento *alocutivo*, as três publicações atendem ao *contrato de comunicação* esperado para as mídias de informação, já que foram notadas poucas categorias que remetem a uma interpelação direta ao interlocutor nos termos de Charaudeau (1983/2009). A configuração *elocutiva* foi notada nas três publicações. Entretanto, como o comportamento *elocutivo* não é comumente empregado no discurso jornalístico, em função de seu caráter contratual, tal estratégia foi percebida nas sutilezas do enunciador na construção do discurso com o emprego de verbos, de advérbios, de sinais de pontuação (interrogação subjetiva) e outros marcadores discursivos; que podem expressar um comprometimento emocional ou subjetivo do enunciador com o dito ou um procedimento de avaliação que expõe, sutilmente, sua relação com os objetos discursivos.

Dito isso, concordamos com Charaudeau (2009/1983, p. 69) ao ressaltar a importância de não nos atermos somente às marcas linguísticas ou aos elementos formais para a construção dos sentidos que emergem de uma atividade discursiva. De acordo com Ricoeur (1986 *Apud* FIORIN, 2013), o sentido de um texto é dado por relações entre a organização interna dos textos, a organização linguística, além das relações de um texto com outros textos e a exterioridade. Os efeitos de objetividade e de subjetividade funcionam em um *continuum* na construção dos sentidos do discurso das mídias de informação jornalística.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. C. C. Configuração de títulos e imagens de leitores em jornais populares do Brasil e da Alemanha: uma análise comparativa. 2010. 123f. *Dissertação* (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009 [1983].
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- EMEDIATO, W. Análise contrastiva da configuração lingüístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros. *Dissertação* (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- EMEDIATO, W. (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: Fale- UFMG, 2013.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. L` *Enonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MENDES, P. H. A. Os processos enunciativos no discurso midiático: atos de fala e discurso relatado na imprensa escrita. In: EMEDIATO, W (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, NAD, 2013, p. 363-378.
- MOUILLAUD, M; PORTO, S. D (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- NOGUEIRA, A. N. *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- RABATEL, A. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, W (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, NAD, 2013.

SOMOS TODOS AMARILDO: UM DEVIR MENOR NA LINGUAGEM JORNALÍSTICA

Bianca Queda¹

INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia 16 de dezembro de 2013 um grupo de manifestantes, com cerca de 50 pessoas entre adultos e crianças, acamparam em um terreno, no bairro Vargem Pequena, às margens da SC-401, em Florianópolis². O objetivo do movimento era denunciar o descumprimento do direito constitucional à moradia, conforme entrevista de Rui Fernando da Silva, porta-voz da Ocupação, ao Diário Catarinense³.

O acampamento, formado inicialmente por aproximadamente 40 famílias, teve sua identidade estabelecida como Ocupação Amarildo de Souza. O nome foi dado em homenagem ao Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro, conhecido nacionalmente por seu desaparecimento. No dia 14 de julho de 2013, Amarildo foi detido por policiais militares e conduzido da porta de casa, na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, até a sede da Unidade de Polícia Pacificadora e após essa data ninguém mais o viu. No dia 04 de outubro de 2013 a Justiça decretou a prisão preventiva dos dez policiais envolvidos no desaparecimento de Amarildo. O caso se tornou símbolo para protestos contra abuso de autoridade e violência policial. Na capital catarinense, Amarildo de Souza é o nome que impulsiona o movimento com o lema “Somos todos Amarildo”.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, pela Unisul. E-mail: bianca.costa@unisul.br. <http://lattes.cnpq.br/8738038578015814>.

² Diário Catarinense. Grupo invade área no Norte da Ilha. Diário Catarinense, Florianópolis, 17 dez. 2013. Geral, p. 28.

³ DA SILVA, Rui Fernando. Grupo invade área no Norte da Ilha. Diário Catarinense, Florianópolis, 17 dez. 2013. Geral, p. 28.

Após três meses de acampamento, em Florianópolis, no dia 16 de março 2014, conforme um cadastro feito no local pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, descobriu-se que o movimento contava com presença de 725 famílias que reivindicam não somente moradia, mas o uso coletivo do solo. A disputa seria então por “terra, trabalho e teto”⁴. Segundo o professor de história da UFSC, Paulo Pinheiro Machado, em entrevista ao Diário Catarinense, o problema que se agrava na Ocupação “refere-se à moradia, a alta dos preços dos imóveis. A ocupação Amarildo é formada por uma população vinda do campo, que atualmente vive com empregos urbanos, sobretudo na construção civil, e que demanda moradia, mas também combina elementos agrários.”⁵

No dia 7 de fevereiro de 2014 aconteceu a audiência conciliatória no Fórum Desembargador Eduardo Luz, no Centro da Capital. Na reunião participaram: o juiz agrário Jefferson Zanini, o líder do movimento, Rui Fernando, o advogado do proprietário do terreno, Camilo Simões Filho e o ouvidor agrário, Fernando de Souza; nela foi decidido que a Ocupação Amarildo deveria deixar o local até dia 15 de abril, decisão final sobre o assunto.⁶

A OCUPAÇÃO COMO NOTÍCIA

⁴ Passa Palavra. 18 fevereiro 2014 (BR-SC) Ocupação Amarildo, Florianópolis. Acessado dia 16 de abril de 2014 <http://passapalavra.info/2014/02/91997>.

⁵ Machado, Paulo Pinheiro. Êxodo acentua problema de moradia. Diário Catarinense, Florianópolis, 16 mar. 2014. Política, p. 13.

⁶ Diário Catarinense. Ocupação Amarildo deve deixar terreno até o dia 15 de abril. Acessado dia 2 de abril de 2014. <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/02/ocupacao-amarildo-deve-deixar-terreno-ate-o-dia-15-de-abril-4413037.html>.

A ocupação Amarildo foi considerada a primeira invasão rural-urbana de Santa Catarina. Nunca houve registros de reivindicações de reforma agrária dentro de uma área urbana no Estado. Esse fato faz com que a Ocupação tenha um caráter inusitado e comece a ser retrata pelos jornais impressos como notícia.

Traquina (2008), fundamentado nos estudos do teórico Mauro Wolf, realiza uma análise acadêmica sobre os valores-notícia. Assim como Wolf, Traquina faz a distinção entre valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção. Valores-notícia de seleção consistem “na decisão de escolher um acontecimento como candidato a sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento” (TRAQUINA, 2008, p. 78). Já os valores-notícia de construção “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário” (TRAQUINA, 2008, p. 78).

Para Traquina (2008, p. 78) há dois subgrupos nos quais os valores-notícias de seleção estão divididos: critérios substantivos e critérios contextuais. Os critérios substantivos são as características que um fato deve apresentar para ser ou não notícia. São elas, conforme Traquina (2008, p. 80-85); a morte, a notoriedade “nome e posição da pessoa influenciam para ser notícia”; a proximidade “sobre tudo em termos geográficos, mas também culturais” a relevância “acontecimentos que tem impacto na vida das pessoas” (TRAQUINA, 2008, p. 80), a novidade; o tempo; a notabilidade “cobertura acontecimentos e não problemáticas” o inesperado “subverte a rotina e provoca um caos na sala de redação” o conflito/controvérsia “ruptura fundamental na ordem social” e a infração “violação, transgressão de regras”.

Não somente pela novidade que Traquina (2008) considera um conceito fundamental para o jornalismo, pois “o mundo jornalístico interessa-se muito pela primeira vez” (TRAQUINA, 2008, p. 81), mas a Ocupação tem outras características pertencentes aos valores-notícia: a proximidade - localização geográfica na capital de Santa Catarina faz com que os jornais locais de Florianópolis noticiem; a relevância — um acampamento localizado no norte da ilha de

Florianópolis, uma das regiões mais valorizadas pela especulação imobiliária do Estado causa impacto na vida das pessoas e o conflito - pois a reivindicação da melhor distribuição de terras é uma ruptura na ordem social. Assim, os critérios substantivos apresentados por Traquina (2008) evidenciam o fato da Ocupação Amarello de Souza começar a ser veiculada como notícia nos jornais da capital.

A GAZETA DA OCUPAÇÃO AMARILDO

No dia 1 de fevereiro de 2014, a primeira edição da Gazeta da Ocupação Amarello começou a circular no Terminal de Integração Centro - Ticen em Florianópolis. Foram cinco mil exemplares distribuídos naquela primeira semana do mês de fevereiro. O jornal veio a pedido dos coordenadores da Ocupação, representado, na época, por seis homens e seis mulheres.⁷

Dois dias após o início da ocupação os militantes organizaram uma assembleia. Ali ficou decidido, por meio de um documento, o que os ocupantes chamaram de Manifesto do Povo Organizado, que era de extrema importância à confecção de um material impresso sobre a Ocupação. O objetivo era mostrar a versão dos fatos de dentro do movimento para a sociedade.⁸

O responsável pela elaboração desse jornal foi Rui Fernando da Silva Neto, filho de Rui Fernando da Silva, o porta-voz da ocupação. Rui Neto formado em jornalismo pela faculdade Estácio de Sá, graduou-se na área com o intuito de defender a classe trabalhadora. O jornalista foi responsável por escrever, editar, redigir e diagramar todo o conteúdo jornalístico da primeira gazeta. Apenas a elaboração e edição de imagens ficou ao cargo de Pepe Pereira dos

⁷ A coordenação da Ocupação Amarello é estabelecida através do sistema de núcleo. A cada 10 famílias presentes no acampamento forma-se um núcleo representado por um homem e uma mulher.

⁸ NETO. Rui Fernando da Silva. Entrevista realizada para a aluna Bianca Queda da Unisul. Florianópolis, 23 de setembro de 2014.

Santos, também militante e assessor de imprensa do SindSaúde SC com Rui Fernando Neto.

As dificuldades para produzir o tabloide foram inúmeras, tendo os voluntários que conciliar a vida pessoal e profissional com a militância. Por isso, apenas uma semana antes de circular nas ruas o jornal foi confeccionado. O mais difícil, no entanto, foi à arrecadação de verbas para a impressão da gazeta. O comitê da solidariedade foi o responsável para esse trabalho. Instaurado desde a primeira assembleia da Ocupação, conseguiu juntar o valor necessário três dias antes de o projeto ir à gráfica do Diário Catarinense.

A gazeta superou as expectativas dos coordenadores, que 23 dias depois lançaram a segunda edição. Com tiragem dobrada, de 10 mil exemplares, a gazeta foi confeccionada para a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, realizada todo o mês de abril. Nesse ano os ocupantes fizeram em Florianópolis uma marcha intitulada “Rolezão dos Amarelos”⁹, na Avenida Beira-Mar Norte, com a participação de aproximadamente 300 pessoas.

A produção da segunda gazeta funcionou quase no mesmo esquema da primeira, Rui Fernando Neto esteve no comando e Pepe Pereira auxiliando, a diferença foi que nessa eles contaram com a ajuda de também duas estudantes de jornalismo militantes da causa.

A GAZETA COMO DEVIR MENOR

[...] Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é "necessário" pensar, reter, esperar etc. A linguagem não é informativa e nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas — o que é bastante diferente — transmissão de palavras de ordem (DELEUZE; GUATTARI, 2001, p. 12).

⁹ Os eventos conhecidos como "rolezinhos" aconteceram no final de 2013 quando jovens marcaram encontros em shoppings pelas redes sociais, principalmente na capital paulista.

Para fugir dessa transmissão de palavras de ordem, a Ocupação Amarildo, aqui como um grupo social minoritário, criou seu próprio jornal como “forma de escapar de gestos interpretativos” (MARIANI, 1998, p. 64) — já dados, trazidos pelos jornais de referências. A Gazeta Amarildo então traz as questões da Reforma Agrária sobre a ótica de como eles estão vivendo dentro do Acampamento. Como nos trechos abaixo:

Depois que rompemos as cercas pouco a pouco dezenas de famílias foram chegando à Ocupação Amarildo em busca de uma vida melhor, merecida e justa. Famílias brasileiras do povo Kaigang, que estão trabalhando na cidade também se juntaram a nós. Hoje somos 725 famílias, o caldo engrossou! (Gazeta da Ocupação, 1 de fevereiro 2014, p. 3).

Na segunda-feira às 07:00, os companheiros e companheiras que possuem carros organizarem-se para levar as crianças alimentadas e com os documentos necessários para a escola nova. Este mutirão para garantir o transporte vai continuar até que todas as crianças recebem os passes escolares da prefeitura. (Gazeta da Ocupação, 26 de fevereiro 2014, p. 4).

Com nossas ações fazemos deste um espaço melhor para milhares e milhares de vidas. Preservamos a natureza com a agricultura sem venenos, produzimos para comer, dar e vender [...] Lutar pelo direito à terra, trabalho e moradia é uma decisão que tomas todos os dias (Gazeta da Ocupação, 26 de fevereiro 2014, p. 3).

As informações da Gazeta servem para retratar o cotidiano dentro do acampamento, de uma maneira nada factual, ao contrário das notícias produzidas pelos grandes jornais que “predomina como notícia os “fatos da sociedade”, alguns escândalos políticos, e de vez, quando um ou outro crime” (MEDINA, 1988, p. 52), como observamos em algumas manchetes do jornal Diário Catarinense: Militantes de Esquerda Apóiam Invasão, 120 dos acampados recebem benefícios do governo, e Crimes na ocupação retratam justamente os fatos, escândalos políticos e crimes.

As matérias que foram produzidas sobre a ocupação traziam, na maioria das vezes, uma nova questão sobre os Amarildos, mas

sempre dentro do “padrão jornalístico”, devido ao fato de que “a notícia empurra a opinião de grande parte do jornal; a necessidade de cada dia conseguir levantar um novo mar de novidades, [...] vai montar a manifestação-núcleo do jornal-notícia” (MEDINA, 1988, p. 53).

Podemos entender esse “padrão jornalístico” como sendo aquelas normas que “convém” que todo “bom jornalista” deva seguir. O Manual de Redação da Folha de São Paulo (2009) sugere que “Um bom texto jornalístico depende, antes de tudo, de clareza, raciocínio e de domínio do idioma. [...] Deve ser um texto claro e direto. Deve-se desenvolver por meio de encadeamentos lógicos. Deve ser exato e conciso [...]”. (MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE SP, 2009, p. 5). Toda essa objetividade, esse distanciamento do objeto estão marcados justamente na linguagem “Verbos e substantivos fortalecem o texto jornalístico, mas adjetivos e advérbios, sobretudo, se usados com frequência, tendem a piorá-lo. O tom dos textos noticiosos deve ser sóbrio e descritivo” (Ibidem, p. 5).

Há uma tentativa de mostrar que a linguagem jornalística é imparcial e transparente e que está ali apenas para descrever os acontecimentos, como se isso fosse possível, a ideia de que “[...] O autor deve-se obter de opinar, exceto em artigo ou crítica” (Ibidem, p. 5) é falha. Se pensarmos na ideia de Bakhtin (2014) em que a linguagem é um código ideológico e a ideologia é uma luta de classes, percebemos que é justamente na linguagem que se marca a luta de classes, “o que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes” (BAKHTIN, 2014, p. 37). Assim, o que o jornalismo faz é, através da ilusão da “informatividade”, se caracteriza como neutro a qualquer luta de classes, como sendo monovalente-se nega como sujeito da oração, a fim de ocultar sua parcialidade e sua posição dentro da luta de classe.

O recorte feito pelos jornais constrói os acontecimentos pelo viés das teorias do jornalismo, ou seja, noticiam alguns e não

noticiam outros acontecimentos, recortando — de modo objetivo — as atividades humanas pelo seu interesse econômico, mas tentando se esconder na ilusão da imparcialidade.

Bakhtin (2014, p. 112) contrapõe essa ideia justamente no fato de “não é atividade mental que organiza a expressão, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental”, ou seja, primeiro a linguagem pensa você, e só depois você pensa a linguagem. As palavras são carregadas de história, então cada um molda de acordo com a enunciação, - mil coisas vão dar uma significação. Ninguém está imune aos significados da linguagem, nem mesmo o jornalismo.

A atividade jornalística, exercida na construção da Gazeta da Ocupação, se constitui no jornal da ocupação trazendo matérias com caráter não noticioso, como já aqui conceituado a questão de notícia, para marcar de outra forma a escapar desses gestos interpretativos já marcados pela “linguagem jornalística padrão”.

Deleuze e Guattari (1977) nos aproximam dessa ideia em seu conceito de “devir menor” que seria um potencial de transformação e abertura de espaços dentro de um contexto já dominado pela subordinação de uma língua maior ou dominante, aqui podemos pensar essa língua maior ou dominante como a linguagem jornalística. Para os autores “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior. No entanto, a primeira característica é, de qualquer modo, que a língua aí é modificada por um forte coeficiente de desterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 28). É muito importante esse conceito de desterritorialização para a continuação do nosso pensamento, porque a terra, enquanto território, propriedade privada, é a grande reivindicação da ocupação.

Podemos pensar da seguinte maneira: o que seria territorializar? Seria marcar um território. Deleuze e Guattari (1995) começam a desdobrar essa ideia com a noção de rizoma, em oposição à noção de árvore, mas não na dicotomia, o exemplo dado é o do livro-raiz, “a árvore já é a imagem do mundo, ou a raiz é a imagem da árvore-mundo. É o livro clássico, como bela inferioridade orgânica, significante e subjetiva (os estratos do livro)” (DELEUZE;

GUATTARI, 1995, p. 12). Territorialização é justamente isso, uma marcação bem definida, com raízes profundas que além de marcar, demarcam muito bem um território.

E é justamente esse o território do jornalismo, o jornalismo-raíz, como sendo a imagem do jornalismo-mundo. E é nessa linguagem jornalística- “neutra”, “exata e “concisa” que marca as raízes profundas e demarca muito bem esse território do jornalismo. Já a Gazeta da Ocupação escrita na primeira pessoa do plural, traz relatos do cotidiano que não encaixam nos critérios de notícia, muito menos na linguagem “sóbria” e apenas descritiva seria uma desterritorialização. “A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 4). O jornalismo é, como uma árvore que impõe o verbo ser. A Gazeta da Ocupação vem para sacudir e desenraizar esse “ser” jornalístico. Ela é um jornal tablóide no formato jornalístico e não é ao mesmo tempo, ela é um diário da Ocupação e também é uma forma de denunciar os problemas de moradia quando retoma a memória da luta pela terra sob a ótica de como eles estão vivendo dentro do Acampamento “Preservamos a natureza com a agricultura sem venenos, produzimos para comer, dar e vender [...] Lutar pelo direito à terra, trabalho e moradia é uma decisão que tomamos todos os dias” (Gazeta da Ocupação, 26 de fevereiro 2014, p. 3). Assim, tecendo a conjunção "e... e... e...".

Deleuze e Guattari escrevem que “As três características da literatura menor são desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato-político, o agenciamento coletivo de enunciação.” (Ibidem, p. 28). Na noção mesmo que somos múltiplos, que como um rizoma há uma ramificação do individual. Não seria uma identidade cristalizada em uma causa menor, mas como “linhas de fuga ou de desterritorialização, devir-lobo, devir-inumano, intensidades desterritorializadas — é isto a multiplicidade.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 44). A linha de fuga dentro da linguagem jornalística, um devir-amarildo. E o que seriam esses agenciamentos coletivos? “Se se quer passar a uma definição real do

agenciamento coletivo, perguntar-se-á em que consistem os atos imanentes à linguagem, atos que estão em redundância com os enunciados ou criam palavras de ordem.” Porém, em um devir-menor “a esses agenciamentos, nas condições onde eles não são dados para fora e onde eles existem apenas como potência diabólica futuras ou como forças diabólicas a serem construídas.” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 28). Em um rizoma há também linhas de segmentaridade, pelo qual ele é “estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar” (Ibidem, p. 17). Naquele pensamento oposto ao das raízes bem fixadas e profundas, o rizoma é e não é. A Gazeta da Ocupação em sua ramificação do individual traça uma noção de que explode os estratos, rompe as raízes e opera novas conexões (Ibidem, p. 23).

A MEMÓRIA NA GAZETA

“‘Quem sabe faz a hora’: a marcha e o resultado da audiência”. O título é uma das matérias publicadas na segunda Gazeta da Ocupação. “Quem sabe faz a hora” é o refrão da música *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré. A canção tocada no Festival de Música Popular Brasileira de 1968 ficou conhecida como uma resistência ao regime militar. (NASIF, 2010, p. 2).

A Gazeta da ocupação ao trazer esse trecho da canção estabelece relações entre os acontecimentos presentes e uma determinada memória. Na Análise do Discurso entende-se que:

A memória discursiva ou interdiscurso (PÊCHEUX, 1975; COURTINE, 1982), é a que se constitui pelo esquecimento, na qual “fala uma voz sem nome” (COURTINE, op. cit). Aquela em que “algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, op. cit.), produzindo o efeito do já-dito. (ORLANDI, 2010, p. 4)

Eni Orlandi (2007, p. 31) observa que a memória discursiva é o que “torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada

tomada da palavra”. “Quem sabe faz a hora” então evoca a memória a partir que já foi dito na época da ditadura, produzindo um sentido de oposição no contexto atual da ocupação. Os ocupantes retomam esse momento político do Brasil caracterizado “punição sobre os opositores políticos, estrutura de poder hipertrofiada pelo cimento do autoritarismo, tortura como um fato cotidiano na vida nacional” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 53). Um período marcado pelo endurecimento e exclusão do direito do cidadão de participar, onde um sistema de repressão e controle vigorava por todo o país, se inserindo no mesmo discurso para significar a luta deles contra a opressão da minoria. Já que o contexto social da luta travada contra a ditadura militar também passa pela questão da terra, conforme Welch (2006, p. 62) “a ditadura não perdeu tempo em sua repressão ao movimento sindical dos trabalhadores rurais. Quase 80% dos sindicatos recém-formados tiveram seus registros cancelados”. Segundo Medeiros (1989) as Ligas Camponesas, organização de camponeses formada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1945, foram totalmente reprimidas durante a ditadura militar, além de terem seus principais líderes presos. Welch (1995) conceitua que as Ligas Camponesas foi um dos movimentos mais importantes em prol da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Questões diretamente ligadas a Reforma Agrária.

Dessa forma, a memória é acionada para ressignificar um sentido já significado. A oposição contra a opressão é retomada pela memória da ditadura militar. Retomando o trecho de Geraldo Vandré “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”, podemos pensar na seguinte questão. O que é fazer a hora para a Ocupação Amarildo?

Quando ocupamos a terra improdutiva, dia 16 de dezembro de 2013, sabíamos a denúncia que estávamos fazendo, de que as terras foram griladas da União, ou seja, do povo. Cabe agora aos órgãos públicos federais provarem que esta terra é nossa e pedirem reintegração de posse, para que sejamos assentados definitivamente em nossas terras (Gazeta da Ocupação, 26 de fevereiro 2014, p. 4).

Aquela era a hora para os ocupantes. A denúncia veio às vésperas do fim do ano, quando a maioria dos órgãos públicos, em

clima de festividade, postergam suas atividades para o próximo ano, 2014 era o ano de eleições, nas quais seriam escolhidos o Presidente da República e em cada Estado o Governador, um Senador, Deputados Federais e Deputados Estaduais. O momento propício para reivindicações. Todos os olhares estavam voltados para processo eleitoral. As campanhas políticas criam um clima de tensão e qualquer reação partidária resultaria nas urnas. Ainda que a ocupação fosse um grupo minoritário, o cenário estava favorável para que políticas públicas de moradias fossem colocadas em pauta. Aquela era a hora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pesquisadores, sabemos que há sempre vários sentidos possíveis, muitas coisas podem dar significação para esse fecho, o sentido sempre pode ser outro - mesmo que isso não signifique que pode ser qualquer um. Assim, Flores (2011, p. 25) enuncia que “o fecho sempre pode ser outro”, há apenas um efeito de fecho, um efeito de terminar, acabar algo. Porém, é apenas um efeito. Não há como colocar um final no sentido.

Por isso, essas considerações finais são apenas provisórias, pois não há como fechar o sentido dessas análises. Mas como efeito-fecho podemos pensar a Gazeta da Ocupação Amarildo como um devir-menor da linguagem jornalística, porque traz as notícias para retratar o cotidiano dentro do acampamento, de uma maneira nada factual e fora os padrões do “bom jornalismo”.

A Gazeta funciona para desterritorializar o terreno bem demarcado do jornalismo e produzir outros sentidos que não apenas os dos grupos dominantes que reproduzem as palavras de ordem. Como um grupo minoritário a Gazeta traz nas notícias a memória da luta pela terra sob a ótica de como eles estão vivendo dentro do Acampamento.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e a filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.

BRASIL NUNCA MAIS. *Um relato para a História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 1*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Paris: Flammarion, 1998.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

JORGE, Thais de Mendonça. *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MANUAL DE REDAÇÃO. *Folha de S. Paulo*. 16 ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística — uma comunidade interpretativa transnacional*. v. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. *RUA* [online]. 2010, n. 16, v. 2 - ISSN 1413-2109

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas: Unicamp, 2007.

VOZES INDÍGENAS NO ESPAÇO VIRTUAL: OS POVOS GUARANI E KAIOWÁ NO FACEBOOK

Nair Cristina Carlos de Medeiros¹

INTRODUÇÃO

Os povos Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva, geralmente chamados Guarani, são povos distintos que se identificam a si mesmos e aos outros como Guarani e Kaiowá. Expulsos de suas terras tradicionais pelas frentes de colonização, os Guarani e Kaiowá foram removidos para oito pequenas reservas no cone sul do Mato Grosso do Sul (MS) e constituem atualmente uma população de aproximadamente 70 mil pessoas (IBGE, 2010). A expropriação territorial, a dizimação demográfica e a escravização econômica, decorrentes do projeto colonial produziram transformações drásticas nas práticas culturais desses povos que se viram forçados a buscar novas estratégias para o exercício da sobrevivência. Devido a esse processo, há um discurso corrente de estigmatização dos Guarani e Kaiowá que assevera que eles abandonaram suas raízes, se aculturaram, ou que “deixaram de ser índios”.

Guerra (2010) destaca que a influência do branco na cultura indígena fez com que os índios tivessem questionada sua “indianidade”, a sua legitimidade étnica — o indígena, por mais que esteja inserido na sociedade branca, ainda é visto com estranheza dentro dela; e, se agir de forma incompatível com os costumes indígenas, é também visto de forma negativa por seus pares na comunidade indígena. Há um discurso recorrente de estigmatização dos indígenas que assevera que eles abandonaram suas raízes, se deixaram falsear, se aculturaram, se tornaram “índios urbanos” ou

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas. E-mail: naircristina.medeiros@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/4600239707687623>

que não são mais índios. Dizeres que significam o índio como “manso”, “bravo”, “inimigo”, “hostil”, “indolente”, “preguiçoso”, “ingênuo”, “exótico”, enfim, uma infinidade de epítetos desse “arquivo colonial”, efeitos da colonialidade do saber, que “não cessa de intermediar” a percepção que temos ainda hoje dos povos indígenas (LIMA, 2005, p. 237). Dizeres, já-ditos produzidos em um contexto de intensa disputa por territórios, que naturalizam e legitimam a condição de marginalização que vivem os índios neste estado.

Nesse cenário de perdas, estigmatizações e intensos conflitos, nos anos 1980 e 1990, o Movimento Indígena Brasileiro adquiriu protagonismo no MS, tendo em suas pautas a luta pelo reconhecimento de seus territórios tradicionais, a contraposição ao modelo colonial de assimilação e integração do indígena à sociedade e a busca pela afirmação da identidade, da autonomia e do protagonismo desses povos. Essas mobilizações em torno de pautas comuns instauram a construção social e política de outro *status* para os povos indígenas, surgindo “um novo campo enunciativo e novas configurações à prática discursiva indígena” (GUERRA, 2015, p. 99) e traz para a cena a afirmação dos costumes, tradições, concepções de mundo, enfim, das práticas identitárias indígenas e a necessidade do índio assumir-se como sujeito da própria história. Emergem novos regimes de enunciabilidade, novos enunciados, novos discursos e, portanto, novos comportamentos são exigidos do sujeito-indígena no que se refere à participação em diferentes instâncias da sociedade.

Nesse quadro de novos regimes enunciativos, os indígenas buscam assumir o protagonismo de suas vidas em diferentes mídias e as redes sociais, fundamentalmente o Facebook, tem servido como ferramenta importante para divulgação de suas formas de compreender o mundo. Os povos Guarani e Kaiowá têm utilizado o Facebook para falar entre si e se articularem, para falar com outros povos indígenas e para falar à esfera pública, para fazer ecoar suas vozes e produzir novas discursividades, disputar narrativas, desestabilizar os efeitos de sentido cristalizados sobre o que é ser indígena. É neste contexto de reconfiguração de sentidos que significam negativamente o índio como incapaz, objeto a ser tutelado

pelo branco por discursos outros que buscam produzir criações novas, reinterpretar, (res) significar e reformular as identidades indígenas, desafiando o poder e a capacidade da sociedade hegemônica de resolver os problemas enfrentados pelos índios, que buscam problematizar os discursos produzidos por sujeitos indígenas Guarani e Kaiowá na rede social Facebook.

Nossa referência teórica é a Análise do Discurso de linha francesa através dos conceitos de memória, interdiscurso e formações discursivas propostos por Pecheux (2009), da formulação do conceito de formações discursivas realizada por Foucault (1987) e da problematização de noções como identidade, processos identitários e fronteira realizadas por Hall (2006), Coracini (2003).

REFERENCIAL TEÓRICO

Dado o complexo arcabouço teórico da Análise do discurso de linha francesa e os limites desse trabalho, focalizaremos apenas os conceitos que serão necessários para a análise que empreenderemos: memória, interdiscurso e formações discursivas. Em consonância com a perspectiva teórica assumida, consideramos que o sujeito é múltiplo, heterogêneo, clivado, “fragmentado, esfacelado, emergindo apenas pontualmente pela linguagem, lá onde se percebem lapsos, atos falhos” (CORACINI, 1995, p. 11). A linguagem, por sua vez, não é transparente, não é neutra; carregada de conteúdos simbólicos, através dela confrontamo-nos cotidianamente com o mundo, com os outros sujeitos, com os sentidos, com a história, contribuindo, com os nossos pensamentos e ações, para reproduzi-los ou transformá-los. A linguagem é efeito de sentidos entre sujeitos historicamente situados, articula conflitos e relações de poder, constitui subjetividades e identidades.

Se compreendermos as identidades como sendo formadas por fragmentos de crenças, valores, ideologias que nos precedem e que recebemos como herança — e que, por isto mesmo, podem sofrer modificações, transformações, — é possível afirmar que elas se constroem na/através da linguagem. Esses fragmentos de múltiplos

fios dos discursos que constituem a memória discursiva se entrelaçam, se mesclam e se entretecem formando o interdiscurso (PECHÊUX, 2009).

Para Foucault (1987, p. 43), os discursos são uma dispersão, ou seja, são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade *a priori*, cabendo à Análise do Discurso descrever essa dispersão, buscando as “regras de formação” que regem a formação dos discursos. Assim, para o autor, “sempre que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva” formada por agrupamento de enunciados que adquirem estatuto de “atos discursivos sérios”, isto é, enunciados que manifestam uma incessante “vontade de verdade”.

Através dessa rede discursiva, expressamos e simbolizamos nossa realidade cultural, criamos e incorporamos experiências e nos constituímos enquanto sujeitos sociais. Assim, não podemos falar em identidades fixas ou permanentes, as identidades são formadas e transformadas continuamente, tornando-se uma “celebração móvel” (Hall, 2006). Segundo Rajagopalan (1998), as identidades estão sempre em estado de fluxo, pois possuímos inúmeras matrizes identificatórias e somos portadores de várias identificações. As múltiplas vozes que são caracterizadas “pela dispersão, pela heterogeneidade, inteiramente vinculada ao momento histórico-social e ideológico, atravessam, de forma conflituosa e dissonante, a constituição identitária do sujeito” (CORACINI, 2003, p. 113). Se esse sujeito, como dissemos, é múltiplo, heterogêneo, clivado, barrado, não nos é possível falar de identidade como algo acabado, estável e fixo. Por isso, compreendemos que a identidade somente pode ser capturada por irrupções diversas no fio do discurso, quando o sujeito, inconscientemente, permite vir à tona a sua heterogeneidade.

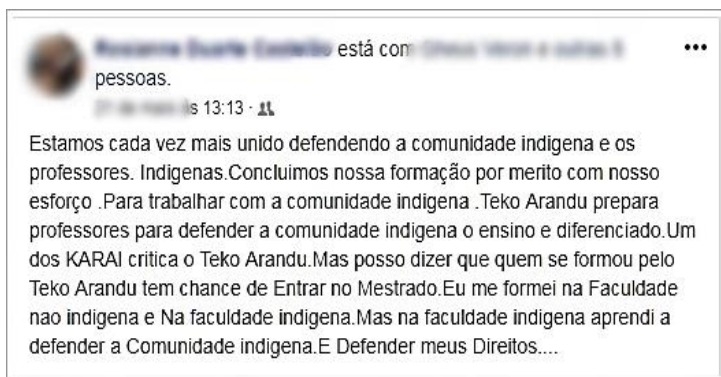
Assim, desta posição que busca analisar os discursos, pensamos ser possível problematizar os processos identitários

Guarani e Kaiowá articulados aos processos de luta pelo protagonismo e os jogos discursivos que se instauram nesta articulação.

OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS GUARANI E KAIOWÁ NO FACEBOOK

Os povos Guarani e Kaiowá têm tido participação ativa no processo de construção de autonomia das escolas nas aldeias, buscando a ruptura com o modelo assimilacionista ocidental, cristalizado pelo projeto de colonização e elaborando uma nova epistemologia, a interculturalidade, “princípio ideológico” do projeto político cunhado pelos movimentos indígenas latino americanos e base das propostas de educação intercultural bilíngue das escolas indígenas do MS. Trata-se de projeto político que rejeita o eurocentrismo moderno e busca construir novas relações sociais, em uma proposta de educação e de construção coletiva de currículo, cujas práticas pedagógicas se realizam a partir das cosmologias, conhecimentos, memória ancestral, relação com a mãe natureza e a espiritualidade de povos tradicionais (WALSH, 2009).

A escola - e todo o processo de formação profissional que nela se exerce - ocupa um lugar importante e privilegiado para os professores indígenas e para a comunidade Guarani e Kaiowá. Nesses espaços, vistos como oportunidades de interlocução e de trocas de saberes, os professores têm exercido um papel importante para a ampliação da luta em defesa dos seus povos, buscando o fortalecimento das escolas e atuando como referencia a partir da qual as aldeias elaboram suas reivindicações. Por esses motivos, nesse artigo, procedemos à análise de três recortes discursivos que remetem à temática da escola indígena e que compreendem um conjunto de dados levantados a partir de postagens publicadas no Facebook por sujeitos professores indígenas das etnias Guarani e Kaiowá. Os recortes foram organizados em RD1, RD2, RD3 e RD4 e os sujeitos foram identificados pela sigla SP (sujeito professor), acrescida do algarismo correspondente ao RD. Vejamos o primeiro recorte:



Recorte Discursivo 1 (RD1)

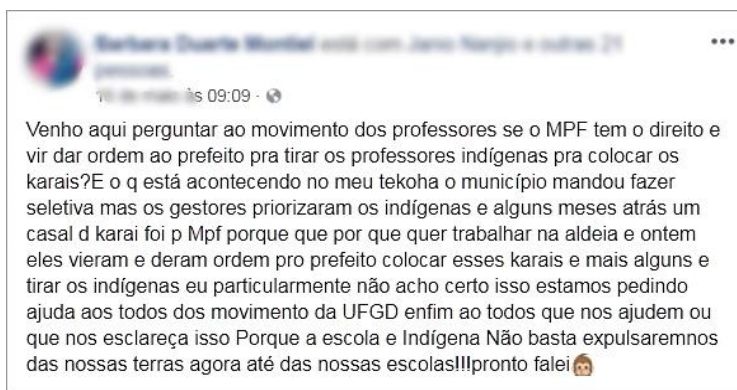
SP1 enuncia a partir de um coletivo de professores, afirmando o discurso da formação educacional para a defesa das causas indígenas. Apesar de buscar qualificar a formação das escolas indígenas, ter estudado em escola não indígena parece ser um “qualificador”, pois assegura-lhe legitimidade pra falar daquilo que vivenciou, instaurando uma “voz da experiência” que legitima a comparação entre as escolas efetuada por SP1. Há um “nós” que afirma a formação obtida através do esforço e mérito próprios em contraposição a um “eles” que confirma a preguiça e incapacidade intelectual do índio e que busca desqualificar a proposta de educação intercultural, principal característica e fundamento do projeto de escola indígena.

Um “nós” e um “eles” já instaurados previamente que atuam, conforme aponta Silva (2009), como indicadores de posições de sujeito fortemente marcadas por relações de poder assimétricas, atualizando, via memória discursiva, as oposições que expressam as divisões entre a escola do índio e a escola do branco. No entanto, ao enunciar sua defesa da escola indígena, S1 põe em cena a valorização da escola do branco: o enunciado “quem se formou pelo Teko Arandu tem chance de entrar no Mestrado” se contrapõe aos dizeres que afirmam que a escola indígena é fraca, não ensina ou não qualifica adequadamente os profissionais que nela se formam e, ao mesmo tempo, confirma a escola do branco, no caso, o ingresso no

curso de Mestrado, como parâmetro de qualidade para a escola indígena, dando mostras da internalização do discurso que afirma a superioridade da escola do branco, unindo e aglutinando posições contrárias, apontando para a fragmentação e multiplicidade inerentes aos processos identificatórios.

Para SP1, a escola indígena se diferencia da escola do branco, não pela “qualidade inferior do ensino” como apontam alguns, mas por ter um ensino diferenciado voltado para a defesa da comunidade e dos direitos indígenas. Sendo utilizada estrategicamente para a construção política de identidades indígenas, a escola se configura, assim, como campo de luta e de contestação por meio de práticas resistentes e que buscam desestabilizar discursos hegemônicos, colapsando as velhas certezas, produzindo novas formas de posicionamento, recuperando e reescrevendo a própria história. SP1, assim, entra na disputa pelas significações, produzindo pontos de identificações contrários aos discursos hegemônicos, desafiando o apagamento da heterogeneidade e da diferença que “promove uns ao lugar de centro e relega outros às margens”.

No recorte discursivo 2 que segue, SP2 questiona decisão que o Ministério Público Federal (MPF) emitiu em favor de professores brancos atuarem em escola indígena.



Recorte Discursivo 2 (RD2)

SP2 enuncia-se no quadro do discurso do Estado, como sujeito de direito, sujeito jurídico com responsabilidades e deveres diante do Estado (ORLANDI, 2012) a partir do discurso da Constituição Federal, e reivindica o direito, já conquistado, de índios, e não brancos, lecionarem em escolas indígenas. Ao iniciar seu texto com “venho aqui perguntar [...]”, o sujeito busca se aproximar do gênero textual carta formal que se inicia com a estrutura protocolar “venho através desta”, produzindo o efeito de sentido de distanciamento entre o sujeito que enuncia e o enunciado (intradiscurso). Ao afirmar “Um casal de karai foi p Mpf porque que por que quer trabalhar na aldeia”, o uso da expressão “quer porque quer” ultrapassa as fronteiras da formalidade e da decisão jurídica e aponta para o sentido da ação como insistência obstinada, teimosia infantil. Tem-se, assim, uma tensão entre dizeres da formação discursiva jurídica ou da ordem do discurso jurídico e dizeres da ordem de um discurso “sentimental”. A designação de professores brancos, em detrimento de professores índios, para atuar na escola é exposta não apenas como uma ação ilegal, que retira direitos dos índios para privilegiar os brancos, mas como uma “afronta coletiva” aos índios.

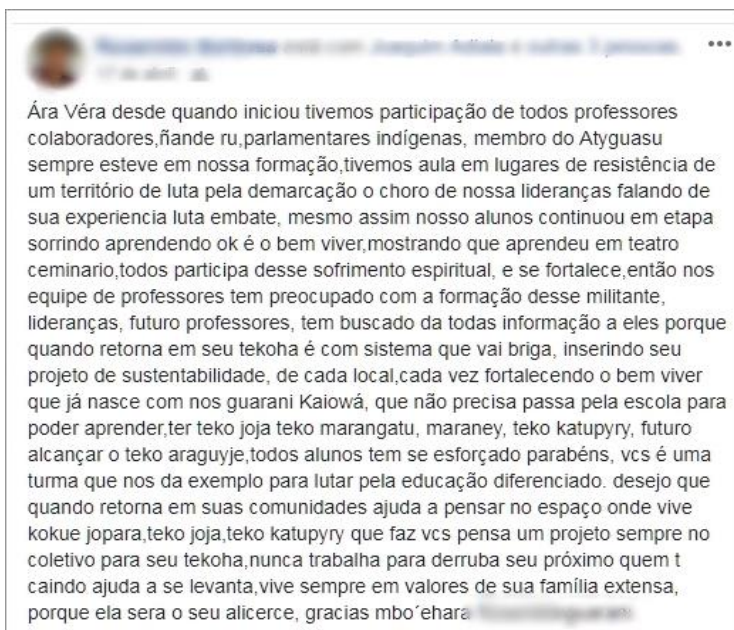
Para os Guarani e Kaiowá, a escola é mais que o espaço onde se leciona, “dá aulas” ou espaço de trabalho pela sobrevivência, ela é conquista, fruto de intensas lutas que se iniciam formalmente na década de 1970, é espaço de afirmação identitária, espaço de construção de autonomia e ruptura com o regime tutelar. A escola é espaço multidimensional, constituído por forças históricas, econômicas e culturais, é espaço vivido, é território. Nesse sentido, retirar um professor indígena da escola para ceder espaço a um professor branco é compreendido também como invasão de seu território, como uma repetição das violências de disputas territoriais sofridas pelos Guarani e Kaiowá. SP2 afirma: “não basta expulsarem-nos das nossas terras agora até das nossas escolas”, justapondo os itens lexicais “terras” e “escolas”, na mesma cadeia de significantes, com a mesma função sintática, ambos, sob a confirmação da lei, alvos de apropriação indébita por parte dos brancos.

O marcador discursivo “até”, “que assinala o argumento mais forte de uma escala de orientação no sentido de determinada conclusão” (KOCH, 2003, p. 31) ou circunscrição de um limite ultrapassado, aponta para a compreensão da escola como espaço de constituição identitária que “sobrou” aos índios, uma vez que suas terras já foram tomadas. Há uma espacialidade significada no item lexical “até” que estabelece outra fronteira territorial ultrapassada pelos brancos. SP2 recupera, no plano da memória discursiva, a trajetória histórica de expulsão de terras vivenciada que, tal como aponta o marcador temporal “agora”, passa a ser revivida nesta circunstância pela expulsão das escolas. Espaço e tempo, “até” e “agora”, passado e presente, escola e terra separam o índio e o branco, o Estado branco, colonial, imperial, republicano. A história se repete, “agora” em outro território, porém as condições de produção não são as mesmas e os indígenas também não são os mesmos.

Há um deslocamento do lugar do sujeito índio que “agora” enuncia a partir dos direitos garantidos na constituição, o que o coloca em condições de se manifestar e reivindicar seus direitos. O sujeito inscreve-se, portanto, na ordem do discurso do Estado como sujeito possuidor de direito, assim como figura na Constituição e nas leis que garantem a autonomia da escola indígena, e enuncia-se como instância que busca respostas para a solução do conflito com os “karai” na lei — “o MPF tem o direito a vir dar ordem ao prefeito pra tirar os professores indígenas pra coloca os karais?” — mas sabe que é “na própria lei que se exerce o lugar da exclusão” (GUERRA, 2015, p. 112) e que seu direito só poderá ser conquistado, de fato, através do diálogo com os movimentos organizados e apoiadores da causa indígena, através da resistência. Estar na lei não é garantia de cumprimento, mas, estando na lei, lhe é facultado o direito de enunciar e reivindicar o seu cumprimento, “pois para poder enunciar determinados discursos, o sujeito não pode ser qualquer um; precisa investir-se de poder e ser reconhecido pelo seu interlocutor” (FOUCAULT, 1996). Dessa forma, seu discurso é atravessado pelo discurso da união que busca estabelecer alianças com outros movimentos ao enunciar “estamos pedindo ajuda a todos os

movimentos da UFGD, a todos que nos ajudem” assumindo uma posição de confiança no cumprimento das leis por meio da luta coletiva.

Nessa superposição de lugares e de sentidos que constituem o “ser índio”, há ainda o lugar da ingenuidade, aceitação, passividade, resignação diante das ações do branco, um dizer que significa o índio como o ingênuo, e, portanto, incapaz, aquele que se deixa enganar pelo branco. Ao assumir o lugar de quem não aceita passivamente as decisões da justiça, de quem enfrenta aqueles que não o reconhecem como sujeito de direito, de quem resiste aos detentores da verdade, SP2 deixa transparecer sua consciência de que “não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja” (FOUCAULT, 1996, p. 2), consciência, portanto, da “rebeldia” de ousar sair do lugar de submissão que lhe foi conferido: “pronto falei” é a expressão recorrente no “mundo ciber” e nas redes digitais que traduz a aparição do discurso considerado inadequado, daquele que ousa dizer o que não pode ser dito, o que não era pra ser dito, mas que, não podendo mais ser reprimido, vaza pelas frestas e pelo enfrentamento. Atravessado por inúmeros dizeres que constroem a identidade indígena, SP2 resiste à nomeação de passividade imposta pelo outro e busca se autoneamar. Ainda nessa perspectiva da escola como espaço de reconstituição identitária, vejamos o RD3 que segue.



Recorte Discursivo 10

Ao dirigir-se a uma turma de formandos do curso de Magistério Ára Verá², SP3 retoma a trajetória do curso, apontando para as relações estreitas entre a escola, os saberes, as práticas e rituais sagrados, o território, as lutas e ações de mobilização dos movimentos indígenas. Nesse recorte o sujeito destaca a chamada interculturalidade que, no caso do Projeto Ara Verá, integra práticas

² Curso Normal em Nível Médio de Formação de Professores Guarani e Kaiowá, promovido pela Secretaria Estadual de Educação em convênio com as Prefeituras Municipais. O Projeto teve início em 1999, como reivindicação e iniciativa do Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá e tem como objetivo um curso específico e diferenciado de formação de professores indígenas para o exercício do magistério em Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. <http://www.douradosnews.com.br/noticias/professora-escreve-sobre-10-anos-do-curso-ara-vera-63663fd1814e45bbd48/364384/>.

culturais dos Guarani e Kaiowá fundamentadas nos eixos: “*teko* , *tekoha* e *ñe’e* (língua, alma), pelas quais se articulam os conteúdos e a metodologia do curso, de forma intercultural, interdisciplinar e bilíngue”.

SP3 narra, em língua portuguesa, a trajetória da formação de professores e enuncia alguns termos na língua guarani: “*teko joha*”, “*teko marangatu*” (jeito sagrado de ser), “*teko Katupyry*” (aquisição de uma habilidade específica conforme o perfil do sujeito que está no processo de elevação do seu *teko*), “*teko aragujy*” (jeito de ser que alcançou a perfeição máxima, próxima ao jeito de ser dos deuses), termos que fazem referência aos ciclos de formação do “*teko*” (movimento em busca da perfeição humana na dimensão física e espiritual) na educação tradicional Guarani e Kaiowá (BENITES E.; RAMOS, 2017). Ao enunciar os processos iniciáticos próprios de seu povo, SP3 recorre à língua guarani, uma vez que tais processos não fazem parte das tradições culturais e religiosas hegemônicas e não existe, na língua portuguesa, termos que possam nomeá-los, restando-nos estabelecer “traduções” aproximadas das expressões. Na busca por enunciar práticas outras, construídas e articuladas entre culturas diversas, o sujeito esbarra na insuficiência, na porosidade e na impossibilidade de dizer o que se quer em uma língua e cultura que lhes foi imposta com pretensões de ser a língua única, a cultura única, o discurso único, monolíngüismo, monocultura e monólogo. Na impossibilidade do dizer exato, encena-se no fio do intradiscurso o hifenizado entre-línguas de sujeitos destinados a falar mais de uma língua dentro das línguas que lhes são permitidas falar, que aponta para o entre-culturas, esse estar entre-lugares que, conforme Bhabha (2001), resiste à imposição dos valores do colonizador europeu.”

Os nominalizadores “professores, ñanderu, parlamentares indígenas, lideanças, membros do Aty Guassu” articulados aos itens lexicais “luta, embate, briga, militante”, produzem o efeito de sentido de coletivo indígena unido para a construção da escola indígena como ferramenta de defesa das ações do branco. O índio busca apropriar-se e (res) significar os espaços da escola - antes voltada para o projeto de imposição e assimilação dos saberes, da cultura, da língua e do dizer único — em que são desenvolvidos projetos

políticos e pedagógicos próprios, territórios de fortalecimento, de construção coletiva e de afirmação da identidade étnica. Através da escola, o índio fragmenta a narrativa que produz o efeito de sentido de unicidade em que muitos são transformados em um e aponta para a multiplicidade na qual encontramos muitos como muitos. Eis a face produtiva dos jogos de poder: a escola, com seus processos e dispositivos de controle que influenciam a configuração das subjetividades individuais e coletivas, também pode ser um espaço de resistência e descolonização. O RD4 traz à baila esta questão:



Recorte Discursivo 4 (RD4)

O RD 4 é composto por fotografias de cartazes, provavelmente elaborado por professores, colados à frente da escola durante manifestação contrária à decisão do MPF em favor de professores brancos atuarem em escolas indígenas. Nas imagens, há desenhos de indígenas expulsando fazendeiros dos espaços das escolas. As duas imagens apresentam desenhos estereotipados de fazendeiros e indígenas: os fazendeiros, representados com chapéu, bota e revólver na cintura; os indígenas são representados da forma como o foram desde a época do “descobrimento” e passaram a fazer parte do imaginário social: com cocares e vestimentas feitas de penas de animais, colares de ossos, arpão nas mãos, enunciando na língua guarani, sua língua materna; a este estereótipo, acrescenta-se um elemento novo: alguns índios, ao invés de arpão, instrumento de caça, pesca e defesa, carregam livros.

Os estereótipos são retomados e assumidos pelos sujeitos indígenas como signos fixos de uma identidade coletiva que aqui busca inverter e reconstruir a narrativa por meio de um enredo em que os índios, representados a partir de um estereótipo construído pelo outro, assumem um novo elemento desse outro, os livros, e, fortalecidos em sua identidade coletiva, expulsam o fazendeiro, o latifundiário, “o inimigo número um” de seus territórios. Assim, conforme SP3, os índios hoje não são os mesmos índios de ontem, mantêm sua tradição e, ao mesmo tempo, incorporaram elementos da cultura do branco que lhes fortalecem. Importante destacar os deslizamentos dos significantes na reconstrução do enredo que retoma a cadeia de eventos da expulsão dos índios de seus territórios: a escola como metonímia do significante “terra”, esse Outro que barra a realização do desejo, que aponta para a incompletude do sujeito e que o constitui (MILLER, 1997) como sujeito clivado e como sujeito heterogêneo.

Tem-se assim que “escola” substitui “terra” em um jogo de produção de sentidos que foge ao lugar comum dos sentidos esperados e se constitui como espaço onde a autoridade e as certezas aparentes do discurso hegemônico são subvertidas, questionadas e desestabilizadas para produzir outro discurso, uma nova narrativa por meio da qual o povo indígena se reconhece como vitorioso, como senhores - de suas terras, sua escola, sua casa - que vivem de acordo com seus modos de vida e seus costumes. Nessa perspectiva, os índios conhecem e adotam os dispositivos de poder da sociedade branca e a escola deixa de ser uma instância de aculturação para se transformar, também, em ferramenta necessária para que os índios se defendam das invasões e abusos sofridos ao longo da história.

Nesse jogo performativo, há um deslocamento do lugar pré-destinado aos índios pela lógica colonial: o sujeito incorpora elementos do outro - a escola, representada pelos livros — para recodificar os lugares de enunciação, deslocar-se dos lugares de “nós” e “eles” e reinventar-se como um terceiro elemento não ajustável à ordem dicotômica proposta pelo colonialismo. A partir de territorialidades porosas e sem margem definida, onde terra, escola e índio se confundem, práticas identitárias são reconstruídas, em um

processo contínuo de desterritorializações. Trata-se dos entre-lugares compreendidos, conforme Bhabha (2001), como um pensamento liminar, construído nas fronteiras, nas frestas, na dobra da linguagem, que fomenta a elaboração de estratégias de subjetivação e que produzem novos signos de identidade de sujeitos que denunciam o caráter autoritário das narrativas homogeneizantes e a falência das verdades absolutas. Como aponta Guerra (2010), a cultura popular do índio talvez seja esse “entre-lugar de sobrevivência e resistência do discurso desse excluído que, assim, reconstrói sua identidade social em confronto com o discurso hegemônico que tenta reduzi-lo a um lugar de subalterno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas reflexões apresentadas, depreendemos o funcionamento de diferentes posições sujeito, constituídas em formações discursivas que estão relacionadas entre si por oposição: uma formação discursiva hegemônica em que se pode dizer que os modos de vida do homem branco são melhores que os modos de vida dos povos indígenas e que inferioriza esses povos e uma segunda formação discursiva em que se nega essa afirmação, buscando afirmar a capacidade política e os modos de ser e de estar indígena. Naquilo que é tomado do nível da constituição (o interdiscurso) para a formulação, deixa-se entrever a memória a que se filiam os sentidos nos segmentos analisados, memória que remete à valorização da cultura tradicional indígena, suas cosmologias, seus modos de ensinar e de aprender, o que nos permite considerar uma construção identitária heterogênea e em constante transformação.

Consideramos que o Facebook se configura como ferramenta que permite a circulação de vozes interdidas pelos espaços das mídias tradicionais. Os sujeitos professores indígenas fazem uso dessa rede social para fazer emergir um discurso de resistência, ressignificando discursos instituídos sobre o que é ser indígena, promovendo fissuras nas certezas que o significam e traçando deslizos do feixe de poder.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BENITES E. & RAMOS, A. D. O. *Caminho Guarani e Kaiowá na busca do jeito sagrado de ser - Oguata teko Araguayje rehehápe*. REA, n. 4, jul de 2017 - Dossier 'Etnologia indígena' p. 30-35.

CORACINI, Maria José R. F. (Org.). *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira)*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CORACINI, Maria José R. F. (Org.). *O jogo discursivo na aula de leitura. Língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 1995.

FOUCAULT, Michel. [1969]. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GUERRA, Vânia M. L. *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GUERRA, Vânia M. L. *Povos indígenas: identidade e exclusão social*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. In: Carlos Lessa. (Org.). *Enciclopédia da brasilidade: autoestima em verde*

amarelo. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2005, p. 218-231.

MILLER, Jacques Alan. *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

PECHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.



Salboa

Ministerio
Agencia del Rey
Comunidad de Balboa
de Valdepeñas
Alfonso Salvo
Alfonso Salvo
Alfonso Salvo
Alfonso Salvo



Vasco Núñez de Balboa

500 aniversario
Sol Cultural

EM

BORDÔ-GRENÁ